

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Ricardo Bonfanti

**A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL
COMO GARANTIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFSM:
O CASO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS**

**Santa Maria, RS
2018**

Ricardo Bonfanti

**A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL
COMO GARANTIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFSM:
O CASO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientador: Profa. Dra. Fernanda Kieling Pedrazzi

Santa Maria, RS
2018

Bonfanti, Ricardo

A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL COMO
GARANTIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFSM: O CASO DA
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS / Ricardo Bonfanti.- 2018.

131 p.; 30 cm

Orientador: Fernanda Kieling Pedrazzi

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2018

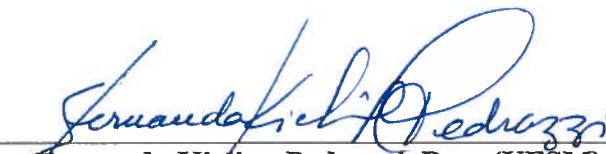
1. Informação Jornalística Digital 2. Memória
Institucional 3. Preservação da Informação Jornalística
Digital I. Pedrazzi, Fernanda Kieling II. Título.

Ricardo Bonfanti

**A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL COMO
GARANTIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFSM:
O CASO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovado em 17 de dezembro de 2018:



Fernanda Kieling Pedrazzi, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Gilson Luiz Piber da Silva, Dr. (UFN)



Sonia Elisabete Constante, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e colaboração de algumas pessoas especiais. Agradeço de coração:

Primeiramente, à minha orientadora, Fernanda Kieling Pedrazzi, que foi meu "porto seguro" nesta jornada pela pós-graduação. A orientação segura e com propriedade, o conhecimento de causa, as palavras de apoio e a afabilidade foram decisivos para que eu chegasse até aqui. A ela, minha admiração e gratidão. Sem falar que foi gratificante me reaproximar de uma querida ex-colega de faculdade – agora também professora, orientadora e amiga!

Aos componentes da banca, Gilson Piber e Sonia Constante, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições.

Às colegas servidoras Cristina Strohschoen dos Santos, quem primeiro me deu o *insight*, e Neiva Pavezi, do Departamento de Arquivo Geral (DAG), sempre incansáveis na batalha pela preservação arquivística, por terem sido sempre solícitas e pacientes na missão de guiar um leigo pelos caminhos da Arquivologia.

A todos os entrevistados no projeto, colegas servidores da UFSM que dispuseram de seu tempo e me receberam de forma prestativa e colaborativa.

Aos colegas servidores da Coordenadoria de Comunicação Social e Agência de Notícias, em especial a coordenadora à época em que iniciei o mestrado, Graziela Braga, querida amiga, pelo apoio inicial.

À Miele Rodrigues, outra querida ex-colega de faculdade de quem o mestrado me reaproximou, pelas conversas, pela companhia, pelo apoio e por tantas vezes ter "quebrado meu galho" nestes últimos meses.

Aos colegas Douglas Flores, pela ajuda decisiva durante o curso, Fabrício e João. Amizade que fica.

Agradeço ainda a toda a equipe do PPGOP, por cada aula, cada aprendizado, cada experiência. Tudo contribuiu para minha qualificação e para a concretização deste trabalho.

E, por fim, meu agradecimento à UFSM, que permite, incentiva e facilita a seus servidores técnico-administrativos buscarem se qualificar.

RESUMO

A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL COMO GARANTIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFSM: O CASO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

AUTOR: Ricardo Bonfanti

ORIENTADORA: Fernanda Kieling Pedrazzi

O presente trabalho busca lançar luz sobre uma problemática que coloca em risco a memória institucional da Universidade Federal de Santa Maria: a inexistência de uma política de preservação permanente para o conteúdo jornalístico digital produzido pela Agência de Notícias da Coordenadoria de Comunicação Social. A produção escrita, acessível pelo portal da UFSM na internet, via computadores e demais dispositivos digitais, não tem guarda permanente assegurada, podendo estar sujeita a perdas irreparáveis. Já há um precedente a servir de alerta: notícias e reportagens publicadas no *site* institucional antes de setembro de 2011 não estão mais disponíveis. A intenção é discutir esta questão por meio de pesquisas documentais, levantamentos quanti-qualitativo e entrevistas semiestruturadas com servidores da Coordenadoria de Comunicação Social, do Departamento de Arquivo Geral e do Centro de Processamento de Dados, bem como de integrantes da Comissão de Estudos da Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais. Buscou-se entender o contexto dessa situação e formular recomendações no sentido de que a Instituição defina e implemente uma política documental arquivística voltada ao conteúdo jornalístico digital da Agência de Notícias, garantindo, desta forma, a preservação e acesso a informações que, no futuro, serão subsídio para a recuperação da memória institucional.

Palavras-chave: Informação Jornalística Digital. Memória Institucional. Preservação da Informação Jornalística Digital.

ABSTRACT

THE PRESERVATION OF THE DIGITAL JOURNALISTIC INFORMATION AS WARRANTY OF THE INSTITUTIONAL MEMORY OF UFSM: THE CASE OF THE AGENCY OF NEWS

AUTHOR: Ricardo Bonfanti
ADVISOR: Fernanda Kieling Pedrazzi

The present work search to throw light on a problem that puts in risk the institutional memory of Santa Maria's Federal University: the inexistence of a politics of permanent preservation for the digital journalistic content produced by the Agency of News of Social Communication Department. The written production, accessible for the portal of UFSM in the internet, through computers and other digital devices, doesn't have insured permanent guard, could be subject to irreparable losses. There is already a precedent to serve as alert: news and reports published in the institutional site before September of 2011 are not more available. The intention is to discuss this subject through documental researches, quantitative and qualitative risings and interviews semistructured with servants of Social Communication Department, of the General File Department and of the Center of Data Processing, as well as of members of the Digital Records Management Study Commission, looking for to understand the context of that situation and to formulate recommendations in the sense that the Institution defines and implement a archivistic documental politics turned to the digital journalistic content of the Agency of News, guaranteeing, of this form, the preservation and access information that, in the future, they will be subvention for the recovery of the institutional memory.

Keywords: Digital Journalistic Information. Institutional Memory. Preservation of the Digital Information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da área para servidores e do ícone “Envie sua notícia”	30
Figura 2 - Página inicial do <i>site</i> da UFSM	32
Figura 3 - Primeira versão do <i>site</i> da UFSM/FATEC.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN	Agência de Notícias
AtoM	<i>Access to Memory</i>
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPD	Centro de Processamento de Dados
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DAG	Departamento de Arquivo Geral
DEDI	Departamento de Divulgação
FATEC	Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência
GeDAI	Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais
ICA	<i>International Council on Archives</i>
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
ONU	Organização das Nações Unidas
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WB	<i>Wayback Machine</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	TEMA E PROBLEMA	21
1.2	OBJETIVOS	22
1.2.1	Objetivo geral	22
1.2.2	Objetivos específicos	22
1.3	JUSTIFICATIVA	22
2	A COMUNICAÇÃO NA UFSM: DOS PRIMÓRDIOS À AGÊNCIA DE NOTÍCIAS	27
2.1	ROTINAS DE PRODUÇÃO E FONTES DE INFORMAÇÃO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS	29
2.2	A MEMÓRIA DIGITAL DA UFSM EM RISCO	33
2.3	A MEMÓRIA DA UFSM ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO	37
2.4	HISTÓRICO DO <i>SITE</i> DA UFSM	41
3	REFERENCIAL TEÓRICO	45
3.1	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	45
3.2	COMUNICAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS	47
3.3	COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL	49
3.4	COMUNICAÇÃO PÚBLICA	52
3.5	COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA	56
3.6	ARQUIVOS E MEMÓRIA	60
3.7	LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ARQUIVOS	62
3.8	LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	67
3.9	POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DE CONTEÚDOS COMUNICACIONAIS DIGITAIS	72
4	METODOLOGIA	77
5	ANÁLISE, A PARTIR DAS ENTREVISTAS, QUANTO À GUARDA DA PRODUÇÃO DIGITAL	81
6	CONCLUSÕES	99
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A - SUGESTÕES PARA OS SETORES DA UFSM ENVOLVIDOS COM A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL	113
	APÊNDICE B - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS SERVIDORES DA UFSM	115
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	119
	ANEXO A - E-MAIL RECEBIDO E TEXTO PUBLICADO APÓS EDIÇÃO	121
	ANEXO B - <i>PRINT</i> DE NOTÍCIA DIVULGADA NO <i>SITE</i> EM 17/01/2015	123
	ANEXO C - <i>PRINT</i> PARCIAL DE NOTÍCIA DIVULGADA NO <i>SITE</i> EM 30/07/2015	125
	ANEXO D - <i>PRINT</i> PARCIAL DE NOTÍCIA DIVULGADA NO <i>SITE</i> EM 16/03/2016	127
	ANEXO E - <i>PRINT</i> PARCIAL DE NOTÍCIA DIVULGADA NO <i>SITE</i> EM 29/06/2017	129
	ANEXO F - NOTÍCIAS MAIS ANTIGAS DISPONÍVEIS NO <i>SITE</i>	131

1 INTRODUÇÃO

Comunicar e informar são verbos que não podem ser preteridos na atualidade. A sociedade da informação demanda por conteúdos. Para uma instituição pública, produzir e compartilhar informações acerca de suas atividades é uma necessidade legal. Noticiar o que se faz no cotidiano é também uma forma de prestar contas à sociedade de como é aplicado o dinheiro público. Para uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), este papel ganha ainda mais relevância.

Instituição educacional que está entre as mais renomadas do país, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é importante geradora de informação, conhecimento e inovação, por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Difundir este conhecimento é parte de sua missão. A produção jornalística institucional contribui significativamente no cumprimento desta missão, ao relatar o dia a dia da Universidade, o saber produzido em salas de aula, em laboratórios e práticas de campo, os atos administrativos, as formas de ingresso, etc.

Mais do que produzir e difundir informações, entretanto, também é preciso preservá-las, pensar na sua guarda permanente, garantidos a autenticidade, o acesso e a confiabilidade. Afinal, o que é produto jornalístico na atualidade tende a ser material histórico no futuro. A notícia de hoje será um fragmento da memória institucional no amanhã, subsidiando a recuperação da história da UFSM e da comunidade onde está inserida.

Fundada em 14 de dezembro de 1960 como Universidade de Santa Maria (USM), a UFSM é um marco na interiorização do ensino universitário público no Brasil, pois foi a primeira IFES a ser criada fora de uma capital no país. Ao longo dos anos, caracterizou-se por uma constante expansão, como aponta Barichello (2000). Hoje, além do *campus* sede, em Santa Maria, possui quatro *campi*, localizados nos municípios gaúchos de Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Silveira Martins e Cachoeira do Sul. Atualmente, disponibiliza 132 cursos de graduação presenciais e 105 cursos de pós-graduação.

A UFSM conta com órgãos específicos que contemplam tanto os processos de comunicação institucional quanto o estabelecimento e gestão de políticas arquivísticas: a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) e o Departamento de Arquivo Geral (DAG), respectivamente. Conhecer e aplicar suas melhores práticas, procurando um permanente diálogo entre estes setores, é imperativo.

De acordo com Barichello (2004), em 1962, dois anos depois de criada, a UFSM já contava com um setor específico para sua comunicação institucional, como será visto mais

detalhadamente no Contexto de Pesquisa. Nos primeiros anos, o setor de comunicação aparecia no organograma com o nome de "Departamento de Divulgação, Intercâmbio e Expansão Cultural". Com o decorrer do tempo, houve sucessivas modificações nesta estrutura, até a criação, em 1998, da Coordenadoria de Comunicação Social, vinculada até hoje ao Gabinete do Reitor, que tem atualmente como núcleos a Rádio Universidade, a TV Campus e a Agência de Notícias, sendo esta última responsável pela apuração, redação e divulgação de informações jornalísticas sobre a Universidade e todas as suas unidades, gerenciando o conteúdo jornalístico (notícias e reportagens) no *site* da UFSM na internet¹. Todo o conteúdo restante do *site* é de responsabilidade do Centro de Processamento de Dados (CPD) e dos respectivos setores.

Antes da internet, porém, o dia a dia da UFSM foi relatado em diferentes jornais e informativos. Cobrindo o período entre 1963, ano em que surgiu o primeiro informativo institucional, o Notícias da USM, e 2008, quando foi publicada a última edição do Jornal da UFSM (além da revista de jornalismo científico Arco, editada desde 2013 até os nossos dias, estando atualmente em sua 9ª edição), este material impresso pode ser recuperado hoje graças ao trabalho do DAG.

O histórico do DAG na Instituição remonta a 1988, quando a Administração Superior designou uma equipe de profissionais arquivistas com o objetivo de diagnosticar a situação dos arquivos, visando estabelecer políticas arquivísticas para a Instituição. A partir do diagnóstico, observou-se que a estrutura organizacional da UFSM não contemplava o arquivo. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005b, p.27), arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Também pode ser, simplesmente, a instituição que contém este acervo”.

O trabalho proposto pela equipe de arquivo firmou-se em um conjunto de recomendações técnico-científicas que representou uma mudança de mentalidade com relação à concepção de arquivo, despertando o compromisso da comunidade universitária com a preservação do patrimônio documental da UFSM. Assim, em 1990 foi criada a Divisão de Arquivo Geral, que em 2006 passou por reestruturação, denominando-se Departamento de Arquivo Geral (DAG) e constituindo-se, na estrutura organizacional da Instituição, como órgão suplementar central.

¹ Pode ser acessado em <www.ufsm.br>.

O DAG tem a finalidade de coordenar o sistema de arquivos e desenvolver a política de gestão arquivística da Universidade, mantendo sob sua custódia documentos de caráter permanente, oriundos das atividades dos órgãos administrativos e das unidades de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com Bellotto (2007), a teoria arquivística considera que o ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades: os correntes, aqueles durante seu uso funcional, administrativo, sua utilização está ligada às razões pelas quais foram criados; os intermediários, documentos que já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas que ainda podem ser utilizados pelo produtor – nesta fase, os documentos são submetidos às Tabelas de Temporalidade de Documentos, que determinam seus prazos de vigência e de vida, segundo a tipologia e função; e, por fim, os permanentes, aqueles com interesse para a pesquisa histórica.

Arquivos permanentes (que em alguns casos são chamados de históricos) recolhem e tratam documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, sendo os responsáveis pela passagem desses documentos da simples condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”, como já referira o consagrado arquivista francês Charles Braibant (BELLOTTO, 2007).

Os arquivos permanentes são, segundo Bellotto (2007, p. 25), “a matéria-prima da história”: ‘Serão ‘dados’ até que a pesquisa os resgate, transformando-os em ‘informações’, que poderão demonstrar, afinal, como se efetuaram as relações Estado-sociedade, e deles façam sua análise, síntese, crítica e ‘explicação’”.

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) tem por finalidade assessorar o Departamento de Arquivo Geral nas ações e procedimentos referentes à avaliação documental. Conforme os critérios na avaliação de documentos da CPAD, entre os documentos de caráter permanente na UFSM estão:

Documentos iconográficos ou sonoros que reflitam os fatos da vida da Instituição: Programas audiovisuais, fotografias, filmes, fitas, DVDs e CDs sobre comemorações, solenidades, obras, etc;

Documentos de divulgação ou de promoção do órgão, dos quais um exemplar pelo menos deve ser preservado como amostra: Folhetos, boletins, formulários, cartazes, convites e postais - conservar apenas um exemplar como amostra. Conservar recorte de jornais e revistas que registram informações relevantes do órgão (UFSM, 2018a).

Embora “notícia” e “reportagem” não estejam especificadas, estas categorias podem ser enquadradas como “documentos de divulgação ou de promoção do órgão”, além de, em

muitos casos, serem ilustradas por fotografias, “documentos iconográficos que refletem os fatos da vida da Instituição” (UFSM, 2018a).

Assim, ao estabelecer a preservação permanente do conteúdo jornalístico institucional, o DAG da UFSM vai além do previsto pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que é o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), do qual a Universidade é integrante. O CONARQ tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

O Código de Classificação de Documentos de Arquivo Para a Administração Pública: Atividades-Meio (CONARQ, 2001), que serve para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades, não considera a produção jornalística como de guarda permanente. Na classe “Administração Geral” (000) do referido Código, que diz respeito à classificação dos documentos referentes às atividades relacionadas à administração interna dos órgãos públicos, as quais viabilizam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados, a subclasse “Documentação e Informação” (060) inclui os documentos relacionados à publicação, produção editorial, preparo, impressão e distribuição de matérias, bem como à aquisição, controle, distribuição e acesso à documentação bibliográfica do órgão. Incluem-se, ainda, os documentos referentes à produção, controle, avaliação, arquivamento e destinação de documentos arquivísticos, como também os documentos relacionados com as atividades de reprodução, conservação e informática. Esta subclasse abrange a pasta “Produção Editorial (inclusive edição ou coedição de publicações em geral produzidas pelo órgão em qualquer suporte)” (061), que se subdivide em dois dossiês: “Editoração. Programação Visual” (061.1) e “Distribuição. Promoção. Divulgação” (061.2).

A guarda dos documentos previstos no Código de Classificação de Documentos de Arquivo está sujeita à Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública (ARQUIVO NACIONAL, 2001), um instrumento arquivístico, resultante de avaliação, que define prazos de guarda e destinação de documentos, com vistas a garantir o acesso à informação a quem demandar, em qualquer fase do ciclo vital dos documentos.

Assim, de acordo com esta Tabela de Temporalidade, os produtos resultantes tanto de “Editoração. Programação Visual” quanto de “Distribuição. Promoção. Divulgação” devem ser mantidos na fase de guarda corrente até a aprovação das contas, e na fase intermediária, por cinco anos a contar da data em que as contas forem aprovadas, sendo, depois, eliminados.

Consta em ambos, como observação, que documentos que não envolvem pagamentos serão eliminados após cinco anos de arquivamento na fase corrente.

O Código de Classificação de Documentos de Arquivo inclui ainda “Comunicação Social – Relações com a imprensa – Entrevistas, noticiários, reportagens e editoriais (012.12)” e “Comunicação Social – Divulgação interna (012.2)”. Pela Tabela de Temporalidade, os produtos de ambos são documentos de guarda corrente, devendo ser mantidos por apenas dois anos, sendo depois eliminados (na primeira categoria, consta que os documentos cujas informações reflitam a política do órgão são de guarda permanente). Somente os produtos do subgrupo “Comunicação Social – Campanhas institucionais e publicidade” (012.3) são considerados de guarda permanente.

Desta forma, o Departamento de Arquivo Geral da UFSM não se restringe às delimitações do CONARQ e vai além, prevendo, para a produção resultante da atividade jornalística decorrente da prática cotidiana na Agência de Notícias da Coordenadoria de Comunicação Social, a preservação permanente. Com esta medida, reconhece-se a importância de manter para a posteridade notícias e reportagens que, no futuro, ajudarão a recuperar o legado da UFSM, contribuindo para o resgate da memória institucional.

Segundo Delmas (2010, p. 21), os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se, sendo que “identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social”.

Assim, pressupõe-se que o conjunto da produção jornalística digital da Agência de Notícias da UFSM, devidamente preservado e acessível a quem possa interessar, será de significativa importância social no futuro. Porém, esta preservação ainda não é uma realidade.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Tendo como tema “A preservação da informação jornalística digital em Instituição Federal de Ensino Superior”, a pesquisa aqui apresentada pretende discutir a preservação da informação jornalística digital produzida na Agência de Notícias da UFSM, garantindo a esta produção guarda e acesso para as próximas décadas, salvaguardando a memória institucional, para que esta possa ser retomada a qualquer tempo.

Dada a importância da produção jornalística para a Instituição e a carência de políticas de preservação a este conteúdo, busca-se pensar no seguinte problema de pesquisa: que ações efetivas a UFSM pode implantar para preservar a memória institucional, que abrange a produção jornalística digital?

1.2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados os objetivos geral e específicos desta Dissertação.

1.2.1 Objetivo geral

Discutir a preservação da informação jornalística digital produzida na Agência de Notícias da UFSM com vistas à salvaguarda da memória institucional.

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos desta pesquisa:

- a) fazer uma retrospectiva histórica do processo comunicacional da UFSM, com ênfase na estrutura e produção jornalística digital da Agência de Notícias da Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM;
- b) contextualizar as rotinas de produção e de fontes de informação da Agência de Notícias;
- c) levantar quantitativamente as notícias divulgadas nos últimos três anos (2015 a 2017) no portal da UFSM;
- d) identificar as iniciativas de preservação da produção jornalística escrita na UFSM;
- e) analisar os entraves e alternativas para a preservação permanente do conteúdo digital da Agência de Notícias da UFSM;
- f) fazer recomendações, à luz do estudo empreendido, quanto à guarda da produção digital da Agência de Notícias.

1.3 JUSTIFICATIVA

Todo o conteúdo publicado no portal da UFSM, seja ele institucional ou noticioso, é estratégico no sentido de dar visibilidade às ações da Universidade e de ampliar a aproximação com seu público nos âmbitos interno e externo.

Barichello (2004, p. 29) afirma que “a visibilidade das instituições depende da sua capacidade de informar e comunicar seus atos”. A mídia constitui-se no novo local de visibilidade da sociedade e, portanto, no novo local de legitimação (processo que engloba as práticas de explicação e justificação de uma instituição perante uma sociedade), considerando que, na atualidade, não só é necessário legitimar os atos da instituição universitária, mas

também torná-los legítimos por intermédio dos novos suportes de visibilidade (BARICHELO, 2004), como os *websites*, por exemplo.

Mais do que visibilidade e legitimação, contudo, a comunicação gerada por uma instituição pública não deve perder de vista os preceitos da comunicação pública, a qual, segundo Duarte (2007), diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo, sempre que houver a existência de recursos públicos ou interesse público.

Além disso, há uma série de leis e documentos que regulam a comunicação em órgãos da administração pública, enfatizando a importância deste processo. No caso de instituições educacionais, a principal norma é a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo inciso IV do art. 43 determina que uma das finalidades da educação superior é “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (BRASIL, 1996).

Arouche (2013, p. 26) aponta que, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o “lugar estratégico da comunicação” nas universidades está previsto também no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) do governo federal. O SINAES propõe dez dimensões para a avaliação institucional, interna e externa, das instituições de ensino superior. Uma delas é a “comunicação com a sociedade”, que diz respeito aos procedimentos organizativos e operacionais das instituições e tem como elementos centrais:

- Consistência e exequibilidade das propostas de comunicação com a sociedade, constituindo-se como referência na identificação e solução de problemas de natureza social, técnica, organizacional, econômica, cultural e ecológica; e
- Consistência e exequibilidade das propostas de comunicação com a comunidade interna, favorecendo a socialização das informações e qualificando a participação coletiva nas atividades da IES, envolvendo a relação entre os cursos e demais instâncias acadêmicas (BRASIL, 2005, p.18).

Para a avaliação desta dimensão são considerados dois grupos de indicadores: os de comunicação interna (canais de comunicação, sistemas de informações e ouvidoria) e os de comunicação externa (canais de comunicação, sistemas de informações e imagem pública da Instituição de Ensino Superior). Alguns dos indicadores avaliados são “meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa” e “folhetos e jornais para divulgação interna, existência de *sítios-web* de divulgação” (BRASIL, 2004, p. 25).

Destacam-se ainda, enquanto diretrizes comunicacionais para as instituições da esfera federal, o Decreto nº 7.379, de 1º de dezembro de 2010, que dá nova redação e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal, e as Instruções Normativas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em especial a de nº 8, de 19 de dezembro de 2014, que disciplina a implantação e a gestão da identidade padrão de comunicação digital das propriedades digitais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Entretanto, não basta apenas disponibilizar informação. É preciso prover meios para que ela permaneça acessível, ao longo do tempo, a toda a sociedade. Neste aspecto, como será visto mais aprofundadamente no Contexto da Pesquisa e no Referencial Teórico, também há leis e resoluções, até mesmo no âmbito da Instituição, que dizem respeito à preservação permanente de documentos arquivísticos, como forma de legar, para as futuras gerações, o registro histórico da atualidade. Contudo, sua implementação ainda não é efetiva.

Jornalista do quadro de pessoal da UFSM desde abril de 2013, atuando na Agência de Notícias desde janeiro de 2014 e tendo ocupado a chefia deste núcleo da Coordenadoria de Comunicação Social de setembro de 2014 até fevereiro de 2017, o autor desta pesquisa observou a necessidade de suscitar a discussão acerca da guarda permanente da produção jornalística digital da Agência de Notícias, especialmente a partir de conversas informais e reuniões com arquivistas do DAG² no período da implementação do projeto “Fotografia e gestão: o arquivo digital da Agência de Notícias da UFSM”, conforme será relatado no Contexto da Pesquisa.

No referido projeto, muitas das fotografias constantes no arquivo digital não puderam ser descritas devido à indisponibilidade no *site* institucional das notícias as quais ilustraram. Este fato corroborou para que os jornalistas da Agência, até então pouco conhecedores das questões pertinentes à arquivística, passassem a se conscientizar sobre a necessidade da preservação permanente do conteúdo jornalístico que produzem no cumprimento de suas tarefas enquanto servidores públicos federais em uma IFES e a se preocupar com o problema observado, buscando que não se repita.

Atualmente vive-se em um momento de transição no que diz respeito aos documentos. Diferentemente de décadas atrás, quando a produção documental baseava-se apenas no suporte papel, hoje os meios digitais encaminham-se para ser o suporte predominante. E com

² Em especial as arquivistas Cristina Strohschoen dos Santos, coordenadora do projeto, e Neiva Pavezi, participante.

as mudanças tecnológicas sucedendo-se vertiginosamente, novos desafios impõem-se aos profissionais de todas as áreas que têm contato com a informação registrada em meio digital.

Por atuar na produção de conteúdo jornalístico na Agência de Notícias da UFSM, o autor desta pesquisa deve alertar para o fato de que o que está sendo produzido hoje não está sendo preservado, correndo o risco de que sejam criadas lacunas informacionais irre recuperáveis para a memória institucional da UFSM.

A Instituição tem em seu quadro profissionais da Comunicação Social, da Arquivologia e da Tecnologia da Informação, justificando que esta questão seja levantada e trabalhada adequadamente. A UFSM produz conhecimento acadêmico nestas áreas e não pode prescindir de políticas de comunicação pública e memória institucional, considerando também suas obrigações enquanto universidade pública.

2 A COMUNICAÇÃO NA UFSM: DOS PRIMÓRDIOS À AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Dois anos depois de criada, a Universidade de Santa Maria, hoje UFSM, já contava com um setor específico para sua comunicação institucional, segundo levantamento de Barichello (2004, p. 353):

Conforme a documentação verificada, a UFSM possuía um sistema instituído de comunicação, criado bem no início de sua existência, através do Estatuto de 1962. A criação desses canais oficiais demonstra que a Instituição já se preocupava em buscar a integração com seus públicos, procurando estabelecer estratégias de contato.

Nos primeiros anos, conforme Barichello (2004), o setor de comunicação aparecia no organograma com o nome de "Departamento de Divulgação, Intercâmbio e Expansão Cultural", contando com duas subdivisões: Seção de Divulgação e Propaganda e Seção de Intercâmbio e Expansão Cultural. Essa estrutura manteve-se até 1969, quando foi modificada e passou a denominar-se "Departamento de Comunicação", incluindo dois setores: Divisão de Imprensa e Divisão de Rádio e Televisão.

A mudança de estrutura foi motivada pela criação da Rádio Universidade, em 1968, e pelo início do funcionamento, em 1970, da TV Educativa da UFSM, que até 1978 funcionou em convênio com a Televisão Imembuí, atual RBS TV Santa Maria.

Em 1973, foi desativado o Departamento de Comunicação, ficando a Rádio Universidade e a TV Educativa da UFSM vinculadas diretamente à Reitoria. Barichello (2004) associa essa mudança de posicionamento à saída, por força de lei, do reitor-fundador, José Mariano da Rocha Filho, após 13 anos consecutivos na função de reitor. Idealista da interiorização do ensino superior, Mariano sempre foi um entusiasta da comunicação. Médico por formação e jornalista provisionado, empenhou-se na criação do Curso de Comunicação Social na Instituição.

A partir de 1973, com a continuidade do governo militar, o setor de comunicação deixou de aparecer no organograma da Universidade, mas, na prática, funcionava diretamente ligado ao Gabinete do Reitor.

Ainda segundo Barichello (2004), em 1978 o Departamento de Comunicação foi reativado, com o nome de "Departamento de Divulgação" (DEDI), absorvendo a Rádio Universidade e a Imprensa Universitária (Gráfica). A TV Universitária já havia sido extinta, retornando somente em 1995, após uma interrupção de cerca de 17 anos. "O Departamento de Divulgação era subordinado à Reitoria e representou a tentativa mais centralizadora de

comunicação institucional até então experimentada, perdurando até 1987” (BARICHELLO, 2004, p. 354). Quando o DEDI foi desativado, a Rádio Universidade e a Seção de Divulgação passaram a ser vinculadas à Administração Central, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Extensão. A Imprensa Universitária ficou sob a supervisão da Pró-Reitoria de Administração, e o Setor Fotográfico e o Setor de Relações Públicas, vinculados ao Gabinete do Reitor.

Após 1988, de acordo com Barichello (2004), o setor específico de comunicação institucional da UFSM foi sendo reduzido, nas sucessivas gestões, à Assessoria de Imprensa do Gabinete do Reitor. Alguns centros de ensino contavam com assessorias de relações públicas, e em 1995 o Curso de Comunicação Social da UFSM, que à época oferecia as habilitações de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, implementou um projeto piloto de assessoria de comunicação junto aos centros de ensino e aos órgãos da Administração Central.

Em 1998, com o objetivo de centralizar os esforços de comunicação institucionais, foi criada oficialmente na estrutura organizacional da UFSM a Coordenadoria de Comunicação Social. Pela Resolução nº 016/98, de 30 de dezembro de 1998, o vice-reitor no exercício da Reitoria Clovis Silva Lima criava a Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM como órgão executivo da Administração Superior, diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor, a partir da infraestrutura da Rádio Universidade e da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Reitor, considerando

A necessidade de concentrar em uma mesma subunidade os serviços de rádio, televisão, comunicação institucional e produção de notícias; a intenção de estabelecer-se uma política global de comunicação para a Instituição; a pretensão de agilizar-se os serviços de comunicação hoje existentes, criando novos, de acordo com as necessidades; o propósito de facilitar a ação dos veículos de comunicação na busca de informações sobre a Universidade e manter constante relacionamento com a imprensa local, regional e nacional; a aspiração de dar apoio aos eventos científicos, educacionais e culturais que se realizam na Instituição; a necessidade de informar a sociedade sobre os fatos e acontecimentos ocorridos na UFSM; e o parecer nº 013/98 da Comissão de Legislação e Regimentos, aprovado na 570ª sessão do Conselho Universitário, em 27.05.98 (UFSM, 1998).

Vinculada até hoje ao Gabinete do Reitor, a Coordenadoria de Comunicação Social conta, em sua estrutura, com o Núcleo de Rádio Universidade (que mantém a Rádio Universidade AM e a UniFM), o Núcleo de TV Universitária (mantenedora da TV Campus) e o Núcleo de Agência de Notícias, que passou a editar os veículos informativos impressos da Instituição.

De acordo com a proposta de reposicionamento da comunicação institucional, por meio de comissão nomeada pela Portaria nº 59.447, de 17 de fevereiro de 2011, o

gerenciamento do conteúdo do *site* da UFSM na internet passou a ser incumbência da Coordenadoria de Comunicação Social, especificamente da Agência de Notícias (AN).

Desde então, a AN é responsável pela apuração, redação e divulgação de informações jornalísticas sobre a Universidade e todas as suas unidades, gerenciando o conteúdo jornalístico (notícias e reportagens) no *site* da UFSM na internet, e pela gestão da presença institucional nas mídias sociais (*Facebook, Instagram e Twitter*, principalmente). A partir de 2013, a Agência passou a ser responsável também pela Assessoria de Imprensa da UFSM, serviço que até então era prestado esporadicamente, apenas sob demanda, por profissionais jornalistas e relações públicas da AN. No mesmo ano, surge a revista *Arco*, publicação de jornalismo científico e cultural da Universidade, editada em conjunto pela Agência de Notícias e Curso de Comunicação Social - Jornalismo³.

2.1 ROTINAS DE PRODUÇÃO E FONTES DE INFORMAÇÃO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Diariamente, a Agência de Notícias recebe grande número de informações a serem publicadas, diretamente pelo *e-mail* notícias@ufsm.br. No *site* institucional, na área para servidores, acessível pelo menu vertical à esquerda, o ícone “Envie sua notícia” (Figura 1) remete a um texto orientando que as solicitações de publicação de notícias, tanto no *site* principal quanto nas áreas de servidores e estudantes, devem ser enviadas para o endereço eletrônico.

³ Fundado em 1971, o Curso está vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Atualmente é um Curso independente dos demais da Comunicação Social, com coordenador próprio.

Figura 1 - Localização da área para servidores e do ícone “Envie sua notícia”



Fonte: UFSM (2018d).

O texto solicita que as informações a serem divulgadas sejam encaminhadas de forma clara e objetiva, contemplando as perguntas básicas para a produção da notícia (quem, o que, quando, onde, como e por quê), bem como a identificação do setor/órgão/unidade que divulga a informação.

Entre os principais fornecedores de conteúdo estão os Núcleos de Comunicação e Divulgação Institucional, os quais são responsáveis pela comunicação descentralizada da UFSM nas unidades universitárias, e Assessorias de Comunicação do Gabinete do Reitor, pró-reitorias, órgãos executivos e suplementares. Técnico-administrativos, docentes e estudantes sem vinculação a estruturas formais de comunicação também contribuem com o envio de material para divulgação ou sugestão de pauta.

A prática do dia a dia permitiu ao autor desta pesquisa constatar que os jornalistas que atuam no setor, apesar das orientações para envio do conteúdo, dependem um tempo considerável na edição da maior parte dos conteúdos encaminhados à Agência. São textos informais ou em linguagem acadêmica que requerem adaptação à redação jornalística, informações essenciais omitidas e que precisam ser apuradas, dados contraditórios que

precisam ser esclarecidos ou complementados, fotografias inadequadas, entre outras situações rotineiras, uma vez que nem todos os servidores que atuam nos núcleos de divulgação e assessorias, bem como os demais emissores de conteúdo à Agência, têm formação na área. Assim, frequentemente é preciso responder ao *e-mail* recebido para checar informações, solicitar esclarecimentos ou informações complementares. No Anexo A pode ser conferido um texto bruto enviado por *e-mail* e sua publicação após edição, de modo a exemplificar esta situação rotineira.

O *site*, em suas páginas inicial (*home*) e internas, reúne notícias de interesse da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes) e da sociedade em geral. Cabe acrescentar que nos *sites* das pró-reitorias, centros de ensino e demais unidades e subunidades acadêmicas e administrativas da UFSM são publicadas notícias que não são de responsabilidade da Agência, não sendo, portanto, alvos deste projeto.

Além de atuar sob demanda, editando os materiais recebidos, a AN também opera de forma espontânea, pautando, apurando e redigindo matérias de interesse institucional. Este trabalho é feito tanto pelos servidores jornalistas quanto por bolsistas do Curso de Jornalismo da UFSM. A equipe – composta por quatro servidores técnico-administrativos jornalistas e cinco bolsistas, sendo quatro de Comunicação Social e um de Desenho Industrial – também é responsável pela produção de fotografias.

O Guia de Jornalismo da Agência de Notícias, documento de uso interno ainda não disponibilizado *online* ao público, estabelece diretrizes para as rotinas produtivas do setor, em especial no que se refere à edição e à publicação de notícias no *site* da UFSM.

Conforme o Guia, os valores-notícias prioritários das publicações da AN são os seguintes: interesse público (benefício da coletividade em vez do interesse particular de indivíduos, grupos ou segmentos), atualidade do assunto e/ou da abordagem, interesse institucional (não apenas da gestão, mas da Universidade como um todo), relevância para públicos interno, misto e/ou externo, pluralidade de fontes e pluralidade de assuntos. As grandes temáticas de interesse da UFSM são: ingresso; ensino; ciência, tecnologia e inovação; comunidade; ambiente; gestão; cultura e lazer; esporte; memória. Notícias que não tenham vinculação com a UFSM não são publicadas.

Estes conteúdos, ao serem publicados por meio do sistema, são direcionados para diferentes espaços do *site*. Sendo de interesse restrito, vão para "notícias" e "bolsas", no caso de estudantes, e "notícias", no caso de servidores, disponíveis nas páginas internas para estes públicos. Todas as demais ficam visíveis na área central da página inicial do *site*. Este espaço é encabeçado pelos *banners* rotativos, com os principais assuntos da UFSM e as campanhas

institucionais. Abaixo, um menu rápido para os cursos oferecidos na Universidade. Na sequência, as notícias em destaque, com fotografia, produzidas pela Agência de Notícias (ao lado há um espaço específico para conteúdos da revista Arco). Por fim, abaixo, a seção “Últimas notícias”, como pode ser visto na figura 2.

Figura 2 - Página inicial do *site* da UFSM

The image shows the homepage of the UFSM website. At the top, there is a navigation bar with links for accessibility, high contrast, site map, and restricted area. Below this is the UFSM logo and name, along with a search bar and social media icons. A main banner features the text 'Dados sobre a produção científica da UFSM' and 'UFSM Publica'. Underneath the banner is a navigation menu for 'Ensino' with categories: Básico e Técnico, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, and Educação a Distância. The 'Destques' section contains four news items with images and brief descriptions. The 'Últimas notícias' section lists several news items with dates and times.

Fonte: UFSM (2018d).

Com relação à assinatura de matérias, especialmente as mais elaboradas, que envolvam maior número de fontes e que sejam mais autorais, devem preferencialmente ser assinadas pelo redator, seja bolsista ou jornalista. Quando for bolsista, deve-se incluir o nome

do jornalista responsável pela edição. Da mesma forma, quando o texto for encaminhado por Núcleo de Comunicação e Divulgação Institucional ou Assessoria de Comunicação, divulga-se a fonte. Fotografias também são creditadas.

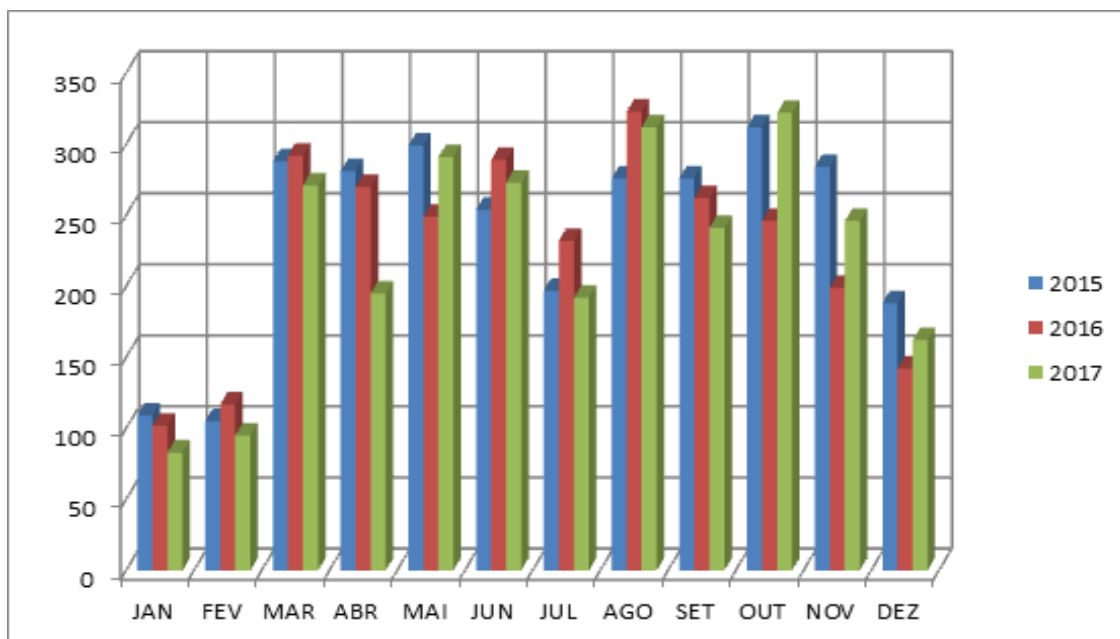
2.2 A MEMÓRIA DIGITAL DA UFSM EM RISCO

Com uma comunidade acadêmica estimada em mais de 32 mil pessoas, entre estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos ativos, em seus cinco *campi*, a UFSM produz informação jornalística diária em larga escala. São conteúdos referentes à gestão universitária, decorrentes de atividades de ensino, pesquisa e extensão, utilidade pública, entre outras, que precisam chegar aos seus públicos-alvo, sejam segmentos da comunidade acadêmica ou mesmo a comunidade externa.

Para dar conta desta demanda, ao longo das décadas foram produzidos diversos jornais e informativos impressos na Instituição: Notícias da USM (1963-1969); O Quero-Quero (1974-1984 e 1998-2002); Fatos (1980-1985); Informativo UFSM (1996-1997); e Jornal da UFSM (1998-2008).

A partir de 2008, com a descontinuidade do Jornal da UFSM, o portal na internet passa a ser o veículo informativo oficial da Instituição, ao lado, atualmente, da Rádio Universidade AM, da UniFM, da TV Campus e da revista Arco. Trata-se da principal mídia de divulgação do conteúdo jornalístico escrito da Instituição (os perfis institucionais nas redes sociais costumam replicar o conteúdo noticiado no *site*).

Nos últimos três anos (2015 a 2017) foram publicadas no *site* da UFSM, no total, 8.275 notícias e reportagens. Foram 2.869 em 2015, 2.723 em 2016 e 2.683 em 2017, como pode ser conferido no gráfico e na tabela a seguir.

Gráfico 1 - Publicações jornalísticas no *site* da UFSM nos últimos três anos

Fonte: Produção do autor

Tabela 1 - Publicações jornalísticas no *site* da UFSM nos últimos três anos

	2015	2016	2017
JAN	109	102	83
FEV	105	117	95
MAR	288	292	271
ABR	281	270	195
MAI	299	249	291
JUN	254	289	273
JUL	197	232	192
AGO	276	323	312
SET	276	262	241
OUT	312	246	322
NOV	284	199	246
DEZ	188	142	162
TOTAL	2.869	2.723	2.683

Fonte: Pesquisa do autor.

Neste período, foram divulgados no portal notícias e reportagens de grande relevância para a Instituição, como a divulgação dos aprovados no último Vestibular da Universidade (Anexo B), o lançamento da pedra fundamental do campus de Cachoeira do Sul (Anexo C), o

índice histórico na ocupação de vagas na UFSM atingido com o SiSU (Anexo D) e a reeleição de Paulo Afonso Burmann para a Reitoria (Anexo E), entre inúmeros outros relatos jornalísticos institucionais que, no futuro, ajudarão a recuperar a memória da Universidade, corroborando e em harmonia com outros documentos da Instituição.

Já no início dos anos 2000, Oliveira e Barichello (2004) observaram, por meio de pesquisa, que o *site* da UFSM na internet era um dos veículos institucionais mais utilizados pela comunidade acadêmica, com 25,3% das citações, atrás apenas da Rádio Universidade, com 26,3%, e à frente do Jornal da UFSM, com 17,2%.

Em outra pesquisa, Carvalho e Lemos (2004) apontaram, também no início dos anos 2000, que o *site* da UFSM já era conhecido por grande parte dos respondentes. Apenas 9,8% dos alunos e 3,1% dos professores não o conheciam – números esperados, considerando-se que, naquela época, a internet ainda era relativamente incipiente, e mesmo o acesso a computadores ainda não era massivo. Entre os professores, a maior parte acessava o *site* para ler notícias da instituição (28%), seguido de busca de *e-mails*, *download* de aplicativos, etc. Já entre os alunos, o acesso a notícias foi o segundo maior índice (23%), atrás do sistema de busca de livros das bibliotecas (36,2%).

Mais de uma década depois, com a massificação da internet - e já sem informativos impressos, não há dúvida de que o *site* seja o principal meio de comunicação institucional tanto para o público interno quanto externo da UFSM.

No entanto, embora as novas tecnologias da comunicação facilitem a difusão, permitindo o acesso ao conteúdo disponibilizado nos mais diversos dispositivos, como computadores, *tablets*, *smartphones*, a Instituição ainda carece de uma política com vistas à preservação do conteúdo jornalístico digital produzido pela Agência de Notícias.

Tendo como suporte unicamente a internet, as notícias e reportagens produzidas, ao mesmo tempo em que estão acessíveis a todo momento, também podem estar na iminência de desaparecerem por completo, sem deixar vestígios, levando consigo relatos fidedignos do cotidiano da UFSM, o que seria uma perda irreparável para a memória institucional.

A acelerada evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) precisa dar conta satisfatoriamente desta problemática - e o primeiro passo neste caminho é a definição e implementação de políticas de preservação.

Já há um hiato nos documentos produzidos na forma de relato jornalístico na UFSM: as notícias e reportagens divulgadas antes de setembro de 2011 no *site* não estão mais disponíveis. E não há nenhuma garantia de que a produção da Agência de Notícias disponível no *site* desde então seja preservada. Como este material ainda não passa por tratamento

arquivístico na Instituição, não é controlado o prazo de guarda para destinação final – que seria, conforme visto na Introdução, permanente.

Esta situação de indefinição quanto ao tratamento do material jornalístico digital da Agência de Notícias persiste mesmo após a criação, pela Portaria nº 72.524, de 12 de setembro de 2014, da Comissão de Estudos da Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais (GeDAI), que tem como finalidade a elaboração e acompanhamento do projeto de informatização da gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais da UFSM (a história e função dessa comissão serão relatadas mais aprofundadamente no capítulo “Apresentação e análise dos resultados”).

Por documentos arquivísticos digitais ou eletrônicos entendem-se os documentos em suporte magnético ou óptico, gerados no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa. São, segundo Rondinelli (2011), documentos arquivísticos sujeitos à manipulação, transmissão ou processamento por computador.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005b), os documentos digitais são codificados em dígitos binários e acessíveis por meio de sistema computacional, podendo ser produzidos no contexto tecnológico digital (documentos nato digitais) ou obtidos a partir de suportes não digitais analógicos (documentos digitalizados).

Atenta à crescente demanda criada pelos documentos digitais na Universidade, a Comissão GeDAI elaborou, em 2017, o Projeto de Informatização da Gestão, Preservação e Acesso de Documentos Arquivísticos da UFSM, que se justifica pela necessidade da Universidade de absorver em seus processos a constante evolução tecnológica que perpassa por todas as ações humanas, em especial na produção e acumulação documental resultante do registro da execução de suas diversas funções e atividades. Continuamente, surgem novos suportes documentais, equipamentos e soluções tecnológicas que devem ser assimilados pelas instituições para assegurar a produção, a preservação em longo prazo e o acesso aos seus documentos.

Uma das ações estratégicas do projeto da Comissão GeDAI consiste em assessorar o DAG na elaboração de políticas e instrumentos de gestão arquivística, visando à preservação e ao acesso, em longo prazo, dos documentos arquivísticos digitais da UFSM, mantendo a memória institucional.

Entretanto, a preservação do conteúdo jornalístico produzido pela Agência de Notícias nos últimos anos ainda não está contemplada em qualquer iniciativa, seja do DAG, da Comissão GeDAI ou mesmo da Coordenadoria de Comunicação Social, apesar das definições

institucionais neste sentido, em especial os critérios de avaliação de documentos da CPAD do DAG, que coloca a produção jornalística como sendo de preservação permanente.

Pensar a gestão da informação e sua preservação como parte da gestão pública é fundamental, em especial para uma instituição como a UFSM, relevante geradora de conhecimento. É preciso reconhecer este conhecimento como informação pública, difundir o saber das salas de aulas, dos laboratórios e dos inúmeros espaços de aprendizagem e de gestão universitária a toda a sociedade. É preciso informar sobre novos estudos que estão sendo feitos, descobertas científicas, congressos, simpósios, palestras e cursos abertos à comunidade externa, bem como atividades administrativas, programas de racionalização de gastos públicos, entre outras tantas iniciativas exitosas que diariamente surgem nos *campi* da UFSM.

Na atualidade, a visibilidade das instituições depende de sua capacidade de informar e comunicar seus atos. A mídia constitui-se no novo local de visibilidade da sociedade e, portanto, no novo local da cena de legitimação, considerando-se que, na sociedade atual, não só é necessário legitimar os atos da instituição universitária, mas também torná-los legítimos por intermédio desses novos suportes de visibilidade (BARICHELLO, 2004, p. 29).

Este tem sido o papel da Agência de Notícias: noticiar a UFSM, em todas as suas práticas didáticas e administrativas, utilizando, para isso, uma mídia de alcance global como é a internet, propiciando visibilidade à UFSM, o que se torna ainda mais relevante a partir do momento em que a Universidade, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), passa a atrair acadêmicos de todo o Brasil, cujo contato inicial com a Instituição se dá por meio das redes sociais e do portal institucional.

O produto do jornalismo, entretanto, embora sedimentado no factual, não perde sua validade com o passar do tempo. Ao noticiar o dia a dia da UFSM, a Agência de Notícias produz conteúdo que, devidamente preservado, será de significativa importância no futuro.

2.3 A MEMÓRIA DA UFSM ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO

O historiador ou o cidadão comum interessado em revisitar episódios da história da UFSM pode fazê-lo hoje por meio do Índice de Reportagens em Periódicos da UFSM, iniciativa do Departamento de Arquivo Geral que cobre a produção jornalística institucional de 1963 aos dias de hoje, contemplando os seguintes impressos⁴:

⁴ Entre 1985 e 1994 não há registro de que tenham circulado informativos impressos de caráter oficial, apenas publicações produzidas por estudantes do curso de Jornalismo, com orientação de professores.

- a) *Notícias da USM* – Circulou de 1963 a 1969. Era mimeografado em quatro páginas;
- b) *O Quero-Quero* – De 1974 a 1984. Surgiu em 1973, impresso em preto e branco, no formato *standart*. Em 1974 foi transformado em revista, tendo 50 páginas, com capa colorida. Sua periodicidade era de quatro revistas por ano, com tiragem de 5.000 exemplares;
- c) *Fatos* – De 1980 a 1985. Editado pelo Departamento de Divulgação do Gabinete do Reitor da UFSM;
- d) *Informativo UFSM* – 1996 e 1997. Editado pela Assessoria de Comunicação Social/Gabinete do Reitor da UFSM;
- e) *Jornal da UFSM* – 1998 a 2008. Editado pela Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM;
- f) *Revista Arco* – 2013 até o momento.

A Divisão de Arquivo Permanente do DAG realizou uma coleta destes documentos institucionais (pertencentes a arquivos jornalísticos) para serem preservados no arquivo da UFSM. Para facilitar o acesso a este acervo, foi elaborado um índice com a indexação das notícias veiculadas, disponível pela internet, na seção “Arquivo permanente” – “Acervo documental”, no *site* do DAG⁵.

Por meio deste instrumento de pesquisa, é possível saber, por exemplo, que na edição nº 2 do *Notícias da USM*, datada de 5 de outubro de 1963, foi noticiada a inauguração da Casa do Estudante. Pelo Índice de Reportagens em Periódicos da UFSM, é possível ter acesso ao exemplar para ler a reportagem. Cabe ressaltar que algumas edições dos veículos não foram recuperadas, não constando sua existência, portanto, no Índice de Reportagens em Periódicos da UFSM e tampouco no acervo do DAG ou da Biblioteca Central, onde também é possível encontrar periódicos antigos da UFSM.

Documentos iconográficos que retratam diferentes momentos da trajetória da UFSM, as fotografias também têm sua preservação garantida – conforme previsto na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública. O DAG custodia um arquivo fotográfico de cerca de 85.000 imagens em negativos e mais de 3.000 imagens positivas em papel, produção esta originária do Serviço Fotográfico da Universidade, que, vinculado ao Gabinete do Reitor, desde a década de 1960 registrou em fotografias atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como as

⁵ Acessível em <www.ufsm.br/dag>.

atividades administrativas da UFSM. Este acervo fotográfico foi recolhido ao DAG em 1994, sendo elaborado um banco de dados para acesso e pesquisa dos mais de 8.800 registros de eventos arquivados (disponível para consulta no “Fonte”, o repositório digital do acervo arquivístico da UFSM). Em 2010, foi elaborado um projeto de extensão visando à digitalização, descrição e difusão deste material fotográfico, utilizando a ferramenta *International Council on Archives - Access to Memory (ICA-AtoM)*⁶.

O advento da fotografia digital e a extinção do cargo de fotógrafo e dos laboratórios de processamento técnico contribuíram para que a produção documental de negativos flexíveis fosse diminuindo a cada ano, encerrando definitivamente na UFSM em 2002. A partir de então, exclusivamente com equipamentos digitais, as fotografias para ilustrar textos jornalísticos passaram a ser produzidas por servidores da Coordenadoria de Comunicação Social. As fotografias digitais produzidas pela Agência de Notícias entre 1998 e 2009 foram gravadas em CDs e enviadas ao DAG, totalizando aproximadamente 8.000 imagens. No entanto, estas fotografias não contêm os dados essenciais para sua descrição (data, assunto, nomes de personalidades).

A descrição, conforme Manini, Guedes e Muniz (2010), é uma função básica no tratamento de arquivos. Descrever uma fotografia, além de identificar a sua proveniência e contextualização na instituição, é enumerar as suas características e qualidades, tanto o conteúdo como a condição física. Num arquivo de fotografias, é por meio da descrição que uma imagem se torna acessível para os usuários. O tratamento documental de imagens, em particular o tratamento documental de fotografias, exige uma especificidade própria. A imagem, em muitos casos, surge sem informação escrita associada, e todo o trabalho de leitura e identificação é de responsabilidade do arquivista.

Cumprindo com seu papel de custodiador e facilitador do acesso aos documentos de valor histórico, visando à preservação dos acervos, o DAG, em mais uma importante iniciativa, em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação Social, deu início em 2016 ao projeto “Fotografia e gestão: o arquivo digital da Agência de Notícias da UFSM”, cujo foco é o considerável acervo fotográfico digital do núcleo a partir de 2009 até o presente.

O objetivo é promover a gestão, preservação e acesso das fotografias digitais, proporcionando, por meio da descrição das imagens em *software* livre (o ICA-AtoM, ambiente utilizado para realizar a descrição e difusão de acervos na UFSM), o acesso pela

⁶ *Software* de descrição arquivística usado na *web* que é baseado nos padrões do *International Council on Archives* (ICA). 'AtoM' é um acrônimo para 'Access to Memory'. Disponível em: <<https://www.ica-atom.org/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

web do acervo fotográfico produzido pela Agência de Notícias, contribuindo para a preservação da memória fotográfica institucional. Em outubro de 2016, estimava-se haver cerca de 30.000 fotografias a passar por triagem – número que cresce semanalmente. No início de 2018, mais de 4.100 destas fotografias já estavam disponíveis no repositório Fonte⁷.

A iniciativa vem ao encontro da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, aprovada e divulgada pelo CONARQ em 2005, que alerta aos produtores de informação e pesquisadores da área para a urgente necessidade de salvaguardar os patrimônios arquivísticos digitais, garantindo o acesso contínuo aos conteúdos dos registros eletrônicos, “condição fundamental para a democratização da informação arquivística em nosso país e a preservação da memória nacional” (ARQUIVO NACIONAL, 2005a, p. 5).

Da mesma forma, o DAG executa ações de preservação dos acervos sonoro, da Rádio Universidade, e audiovisual, da TV Campus, os outros núcleos da Coordenadoria de Comunicação Social. Impõe-se, assim, que sejam implementadas também ações com vistas à preservação do conteúdo escrito digital da Agência de Notícias, para que no futuro este material subsidie a recuperação da memória institucional.

A recuperação da memória da UFSM concretiza-se por meio de projetos como o “Retalhos da memória”⁸, do DAG, que promove a difusão, com acessibilidade, da memória iconográfica institucional, tendo como finalidade consolidar a importância do arquivo fotográfico da UFSM. Semanalmente, são publicadas, no *site* do projeto e em um jornal diário de Santa Maria, fotografias antigas da Instituição, com um texto-legenda escrito a partir de fontes documentais primárias, incluindo notícias e reportagens. Pela AN, fotos históricas da Universidade são utilizadas em publicações nas mídias sociais todas as quintas-feiras, com a *hashtag* #tbt (*de throwback thursday*, numa tradução livre, “quinta-feira do retorno”).

Um fato relevante para a UFSM que tenha ocorrido entre 2008, quando o Jornal da UFSM deixou de circular, e setembro de 2011 – a notícia mais antiga data de 9 de setembro daquele ano, e tem como título “Simpósio de Biodiversidade ocorre em dezembro na UFSM” (Anexo F) – jamais poderá ser recuperado pelo relato jornalístico. Isto porque toda a produção escrita da Agência de Notícias neste período, disponível somente pela internet, foi perdida. O descaso com a guarda da produção jornalística institucional já acarretou em uma lacuna irrecuperável.

⁷ Disponível em <<http://fonte.ufsm.br/index.php/iconografico-ufsm>>.

⁸ O projeto tem como coordenadora a arquivista do DAG Cristina Strohschoen dos Santos e pode ser acessado em <<http://dag.ufsm.br/index.php/projetos-institucionais/8-paginas/78-projeto-retalhos-de-memoria-de-santa-maria>>.

São quatro anos de concorridos vestibulares, de descobertas científicas, de inovações gerenciais na UFSM que não deixaram vestígios na mídia institucional escrita. Para evitar mais supressões, urge que as notícias e reportagens publicadas no portal passem a ter um tratamento arquivístico, evitando que outros fragmentos da história da Universidade sejam perdidos.

Refletindo sobre o conceito de memória no campo da documentação administrativa, Bellotto (2007) pondera que, em se tratando de órgão público, a elaboração da memória não é obrigatória, como é a organização de um arquivo, e nem mesmo é prioritária, se não houver recursos disponíveis.

A informação perdida não se recupera mais. Que o resgate seja feito a tempo e a hora. Quanto mais completo for o quadro de resgate da informação, tanto melhor para que o historiador caminhe mais seguramente no seu trabalho de reviver e questionar os comportamentos do passado (BELLOTTO, 2007, p. 278).

Assim, havendo elementos humanos e recursos financeiros que a viabilizem, esta “elaboração da memória” não deve ser desprezada.

2.4 HISTÓRICO DO *SITE* DA UFSM

No transcorrer deste projeto, o *site* institucional da UFSM foi reformulado. O novo *site* – já apresentado no subcapítulo 2.1 “Rotinas da Agência de Notícias” – foi ao ar em 8 de agosto de 2018, substituindo a versão antiga, que datava de janeiro de 2014.

A reformulação teve como objetivo construir um portal mais seguro, com melhor distribuição dos conteúdos, de acesso mais ágil. As mudanças no *layout* deixaram o visual mais limpo, com melhor visibilidade e usabilidade, seguindo o padrão definido pelas normativas para os *sites* de órgãos ligados ao governo federal. O novo modelo também é totalmente responsivo, ou seja, se adapta à visualização em dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets* (UFSM, 2018c).

Na ocasião do lançamento, o reitor da UFSM, Paulo Afonso Burmann, afirmou que o *site* institucional representa o principal espaço da instituição no ambiente virtual, consistindo em um “instrumento importantíssimo para a divulgação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação produzidas em nossa Universidade” (UFSM, 2018c).

A migração do conteúdo jornalístico produzido pela Agência de Notícias foi uma preocupação do Centro de Processamento de Dados (CPD) e do GT Site, uma equipe multisetorial e multiprofissional que envolve servidores da Pró-Reitoria de Planejamento

(PROPLAN), da Coordenadoria de Comunicação Social, do Departamento de Ciências da Comunicação, da Coordenadoria de Ações Educacionais/Núcleo de Acessibilidade e da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Reitor.

Esta preocupação em garantir a permanência da produção noticiosa foi relatada por um dos entrevistados representantes do CPD, como poderá ser conferido no capítulo “Apresentação e análise dos resultados”. Assim, o novo *site* disponibiliza todas as notícias que já estavam acessíveis na versão anterior, a partir de 9 de setembro de 2011 – a produção anterior a esta data segue como uma lacuna no acervo jornalístico institucional escrito.

Esta perda torna-se ainda mais preocupante quando se visualizam conteúdos não mais disponíveis pelo *site*, mas que podem ser acessados pela ferramenta online *Wayback Machine* (WB)⁹. De acesso livre, a ferramenta integra o projeto *Internet Archive*, que propõe oferecer para pesquisadores, historiadores, acadêmicos e público em geral acesso permanente a páginas de internet, mesmo que já não estejam mais acessíveis. A *Wayback Machine* trabalha com indexação automática de conteúdos e captura periodicamente imagens (*snapshots*) de bilhões de endereços na internet, salvaguardando-os em seus bancos de dados (LUZ, 2016). A captura é aleatória e não se dá todos os dias, nem em todo o conteúdo dos *sites*, mas a amostra é significativa e permite acessar versões antigas do portal da UFSM.

Pela ferramenta, o primeiro *snapshot* do domínio www.ufsm.br é de 28 de julho de 1997. Em uma versão rudimentar, primária, o *site* aparecia como sendo da Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC), com poucos recursos e sem espaço para notícias, como pode ser visto na Figura 3.

⁹ Disponível em: <www.waybackmachine.org>.

Figura 3 - Primeira versão do *site* da UFSM/FATEC



Fonte: *Web Archive* (2018).

No ano seguinte o *site* já aparece remodelado, destacando na *homepage* o nome da instituição por extenso e *links* diversos. Em "Novidades" é possível acessar o "Boletim de Notícias". Um dos textos publicados no *snapshot* de 25 de janeiro de 1998 é "Projeto preserva o sorriso de portadores de necessidades especiais".

Em 8 de fevereiro de 1999, o "Boletim de Notícias" já aparece como *link* na *homepage* do site. Uma das notícias publicadas à época é "Sítio paleontológico a dez quilômetros de Santa Maria".

Em 2 de março de 2000, a *webpage* já aparece com novo *layout*. O *link* para notícias, agora "Notícias da UFSM", fica em uma coluna à esquerda. Nem todas as notícias que constam na lista ainda podem ser acessadas. Uma das poucas ainda disponíveis tem como título "Colégio Técnico Industrial de Santa Maria completa 34 anos".

Em 2002, a nova formatação do *site* apresenta as notícias em destaque, encabeçando o miolo da *homepage*. Em 2003, com o mesmo desenho, uma das notícias ainda disponíveis na íntegra na cópia do dia 31 de maio tem como título "Encontro destaca importância da parceria CTISM e empresas".

O *layout* segue o mesmo pelos próximos anos: 2004 (no dia 30 de junho foi publicada a notícia "UFSM e Governo do Estado lançam programa de apoio a empresas", ainda acessível); 2005 (no dia 7 de dezembro foi noticiada a reabertura do Anfiteatro Caixa Preta, mas a notícia não está mais disponível); 2006 (em 6 de fevereiro uma das notícias publicadas foi "Cursos de Filosofia e Ciências Sociais já estão no novo prédio do CCSH", não mais

disponível); 2007 (títulos de notícias publicadas neste ano remetem ao movimento grevista e ao antigo programa de ingresso, o PEIES); 2008 (em 22 de dezembro foi publicada a notícia "Foi assinado hoje o primeiro contrato para a comercialização de uma tecnologia patenteada da UFSM", ainda disponível); 2009 (as cópias estáticas do site do mês de janeiro contemplam a cobertura do Vestibular: uma das notícias relembram que o tema da redação foi "Você tem fome de quê?"); 2010 (deste ano não é possível recuperar pelos *snapshots* nenhum conteúdo alusivo à comemoração dos 50 anos da UFSM, por exemplo, o que endossa ainda mais o prejuízo informacional causado pela indisponibilidade do conteúdo do *site*).

Em 2011 o *site* é alterado. É quando ocorre a perda do conteúdo jornalístico. A transição se dá entre os *snapshots* dos dias 27 de abril, quando o *site* ainda apresenta o *layout* anterior, e do dia 26 de maio (a ferramenta não apresenta outra cópia entre estas datas), quando surge novo desenho, novamente com o espaço para notícias centralizado no miolo. Nesta última data, uma das notícias foi "Curso de Agronomia promove churrasco para comemorar seus 50 anos", mas o texto não está acessível.

A partir de novembro de 2011, a ferramenta apresenta erroneamente capturas já de 2013, com destaque para a consternação acadêmica diante da tragédia da boate Kiss. Portanto, não é possível precisar em que época estreia outro novo *layout*, que apresenta algumas modificações em relação ao anterior, com o bloco de notícias sendo deslocado à direita e a inclusão de uma janela para notícias de destaque com fotos, além de seções para agenda, eventos culturais, oportunidades e utilidades, abaixo.

Este desenho do *site* segue até 2014. *Snapshot* de 20 de março apresenta o novo *layout*, que seguiu até agosto de 2018, quando entra no ar o *site* atual. O *banner* com as notícias destaque e campanhas institucionais ganhou o topo da página, horizontalmente, enquanto a lista de notícias foi deslocada à esquerda, ao lado de um espaço ocupado por agenda, enquete (apenas por um período), entre outros serviços. Foi a primeira versão do *site* institucional que englobou as notícias específicas para alunos e servidores em páginas internas, reservando a capa para as notícias mais destacadas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico abordará questões relacionadas à diferenciação entre comunicação e informação; aos conceitos de comunicação e novas tecnologias; comunicação organizacional; comunicação pública nas instituições; comunicação e memória; arquivos e memória; legislação e políticas públicas para arquivos; legislação e políticas públicas para informação e comunicação e, por fim; por uma política de preservação de conteúdos comunicacionais digitais.

3.1 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Inicialmente, cabe diferenciar comunicação de informação. Pasquali (2005 apud AROUCHE, 2013, p. 57) afirma que a informação consiste em um relacionamento comunicativo “menos perfeito ou equilibrado do que a comunicação, tendendo mais para a verticalidade, subordinação, competitividade, imperativos e ordens do que para a igualdade, reciprocidade, complementaridade, indicativos e o diálogo”.

Já para Wolton (2010 apud AROUCHE, 2013, p. 13), informação e comunicação estão ligadas, mas se diferenciam, especialmente porque “a comunicação é mais complexa que a informação. Enquanto a informação está mais ligada à mensagem, a comunicação tem a ver com relação, convivência e alteridade”.

Barichello (2000, p. 88) busca contribuir neste sentido: a informação “cada vez mais se autonomiza em relação ao campo da experiência cotidiana, é uma realidade relativa que compreende o conjunto de acontecimentos que ocorrem no mundo e formam o nosso meio ambiente” – os acontecimentos são tanto mais informativos quanto menos previsíveis e inesperados –, enquanto a comunicação “ocorre entre indivíduos que pertencem ao mesmo mundo cultural, sendo um processo dotado de relativa previsibilidade”.

Recorrendo-se ao Dicionário de Comunicação, tem-se, entre inúmeras definições, a informação como “conteúdo da mensagem emitida ou recebida” (RABAÇA, 1987, p. 260), enquanto comunicação “implica em participação, em interação, em troca de mensagens” (RABAÇA, 1987, p.107).

Kobashi e Tálamo (2003) analisam a informação tanto sob a ótica da Teoria da Informação quanto da Ciência da Comunicação. Para a primeira, focada em racionalizar os processos de transmissão, a informação restringe-se a um processo de codificação e decodificação de sinais, não abrindo espaço para questões relativas ao significado das

mensagens. Já a Ciência da Comunicação, que opera com a dimensão simbólica da interação, considerando a heterogeneidade dos sujeitos e da cultura, tem a informação como processo de troca de mensagens que supõe a construção de sentidos.

Porém, mais recentemente, à luz da interdisciplinaridade, segundo as autoras Kobashi e Tálamo (2003), a operação com a informação no campo da Ciência da Informação passa a requerer a adoção de paradigmas tanto da Teoria da Informação, para lidar com sua dimensão formal (como estrutura e como sinal), quanto da Teoria da Comunicação, para dar conta da mensagem e sua recepção (como significado).

O ato de informar, na comunicação em geral, e também na comunicação documentária, supõe a organização prévia da informação em categorias aptas a circular nas várias esferas da sociedade. Considera-se, assim, a presença de um sistema que elabora mensagens (o sistema de informação documentário) e o enunciatário (o usuário) que as recebe e as interpreta. A transferência de informações requer, portanto, a elaboração de mensagens (representações) que propiciem interpretações produtivas. Nesse sentido, informação é fundamentalmente “estrutura significante” capaz de gerar conhecimento (BARRETO, 1994 apud KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13).

Retomando os conceitos anteriormente vistos de informação e comunicação, Arouche (2013) defende que os setores de comunicação das universidades federais devem manter os membros da comunidade universitária informados sobre as principais ações e decisões da instituição. Além disso, precisam comunicar, no sentido de “buscar o diálogo para promover um ambiente propício à ação política e democrática dentro das universidades” (AROUCHE, 2013, p. 146), sendo as universidades caracterizadas como “comunidades do saber”, na definição de Barichello (2000, p.138), configurando-se, assim, como “um campo de sociabilização”, espaço de ideias, de reflexão, de crítica, fomentando uma cultura democrática.

A comunicação tem um papel crucial no processo de constituição e na construção da identidade dessas instituições, e também se configura como importante fator de democratização das práticas universitárias, contribuindo na divulgação científica, na *accountability*¹⁰ e na promoção de discussão e de diálogo, com vistas a difundir o conhecimento gerado na universidade e garantir uma gestão democrática. Por isso, (...) precisam ir além de realizar práticas informativas, devendo de fato comunicar (AROUCHE, 2013, p. 12).

¹⁰ Segundo Duarte (2014), a Nova Administração Pública introduziu o tema *accountability*, cuja tradução literal mais próxima seria a de “prestação de contas”. “Prestar contas dos gastos públicos é dever do Estado em uma democracia, porém, *accountability*, é mais que este conceito, é apresentar os gastos públicos com maior transparência e acessibilidade possível, monitorando e avaliando os gastos, buscando o aprimoramento das contas públicas” (Glossário de Gestão da Comunicação, 2014, p.6).

Em seu estudo sobre instituições universitárias criadas nos anos 2000, Arouche (2013) constata que os setores de comunicação destas universidades ainda priorizam as práticas informativas, tendo seu trabalho focado principalmente na divulgação de informações por meio de notícias veiculadas em seus *sites* institucionais. Na UFSM, a despeito de iniciativas voltadas ao diálogo com as comunidades interna e externa, oriundas de diversos setores, inclusive da Coordenadoria de Comunicação Social, as práticas predominantes dos jornalistas da AN são também as informativas.

Sobre termos jornalísticos utilizados no projeto, Lage (2011) diferencia, resumidamente, notícia de reportagem: a primeira diz respeito à cobertura de um fato singular ou de uma série de fatos, a partir do que há de mais importante e esclarecendo o quê, quem, quando, onde, por que e como; já a reportagem consiste no levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos.

Já o jornalismo digital é definido como a disponibilização de informações jornalísticas em ambiente virtual, caracterizando-se por seu potencial multimidiático, isto é, comporta, além de imagens, áudios e vídeos, que complementam e ampliam a informação escrita (PENA, 2012).

3.2 COMUNICAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

Ao inventar, por volta de 1450, a prensa gráfica, o alemão Johannes Gutenberg deu início a uma revolução nas comunicações, permitindo o surgimento dos primeiros jornais, no século XVII. Depois vieram a radiodifusão, a televisão e, no fim do século XX, o advento da internet e sua utilização comercial, já nos anos 1990 (BRIGGS; BURKE, 2016).

Wolton (2012, p. 9) observa que, “se a comunicação é uma questão muito antiga da humanidade, a explosão de técnicas, há um século, modificou consideravelmente seu estatuto”. A comunicação tornou-se cada vez mais veloz, mais eficaz, passando do telefone ao rádio, da televisão à informática, e hoje, às possibilidades de multimídia propiciadas pela internet.

O jornalismo não ficou alheio a esta revolução. Tendo sua expansão a partir do século XIX, paralela à da imprensa – é neste período que o jornalismo se diferencia da publicidade e surge o formato notícia, o jornalismo conquistou mais espaço no século XX, a partir do surgimento dos novos meios de comunicação social, como o rádio e a TV. Atualmente, vive-se uma nova revolução no jornalismo devido à Era da Informação e do Conhecimento, que

exige transformações e adaptações dos meios de comunicação tradicionais, ao mesmo tempo em que abre novas perspectivas para o jornalismo *online*.

O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas de fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística – o imediatismo (TRAQUINA, 2005, p. 53).

A comunicação nas organizações, conforme Kunsch (2014), assim como a sociedade, sofre todos os impactos provocados pela revolução digital. Consequentemente, o modo de produzir e de veicular as mensagens institucionais também passa por profundas transformações. Kunsch (2014) observa que essa nova dinâmica de processamento de informações e da comunicação na era digital altera completamente as formas de relacionamentos e o modo de produzir a comunicação: esta passa a ser não mais somente transmissão de mensagens ou conhecimento, mas uma atividade prática, de trocas.

De acordo com Barichello e Barlete (2014), as tecnologias de informação e comunicação têm provocado transformações no modo como as organizações sociais estruturam e gerenciam os dispositivos de relacionamento com os seus públicos. Assim, a *webpage* surge como “estratégia de comunicação e meio legitimador da universidade no ambiente da sociedade em rede” (BARICHELLO; BARLETE, 2014, p. 3), constituindo-se em importante meio de comunicação institucional, tanto para comunicações internas como externas, tornando os fluxos de comunicação mais eficazes, agilizando a comunicação e proporcionando novas formas de interação entre as pessoas.

Cada vez mais, os produtos de comunicação são produzidos e acessados em formato digital, e o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permite que grandes quantidades de dados sejam armazenadas, processadas e disponibilizadas, a custos mais baixos e com tecnologias acessíveis, através da internet (LUZ; WEBER, 2017).

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, 26% dos brasileiros apontam, por meio de pesquisa estimulada, a internet como o meio de comunicação que mais utilizam para se informar sobre “o que acontece no Brasil”, perdendo apenas para a televisão (63%) e ultrapassando o rádio (7%). Jornais e revistas somam 3%. Outros dados da pesquisa: entre os entrevistados, aproximadamente dois em cada três acessam a internet; o ambiente domiciliar é predominante entre os locais de maior uso. O telefone celular supera, e muito, o computador como o dispositivo mais utilizado no acesso à internet (BRASIL, 2016).

As primeiras páginas oficiais de governos – e de instituições públicas em geral – foram criadas na *web* a partir da década de 1990, com vistas a ampliar a *accountability* e a transparência. Com o passar dos anos, os *sites* oficiais se modernizaram e passaram a abrigar informações que vão muito além das peças orçamentárias, decretos, leis ou diários oficiais disponibilizados no início, mas também notícias, vídeos, fotos, áudios, publicações, agenda de eventos, serviços *online*, entre outros, compondo um vasto conteúdo sobre as administrações públicas e os locais governados (LUZ; WEBER, 2017).

3.3 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

As organizações contemporâneas, sejam públicas ou privadas, são compelidas a obedecer a regras impostas pela competição mercadológica, como a necessidade de obter uma imagem pública positiva. Uma comunicação adequada com seus públicos contribui neste sentido. Este papel cabe a profissionais de Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade, conforme Weber (2011, p. 72):

A comunicação organizacional, portanto, é um conceito que abrange todos os meios, todas as ações e todas as profissões utilizadas por uma organização pública ou privada que deseja, principalmente, se fazer ver, gerar opiniões, receber investimentos, ocupar espaço no mercado e se relacionar de modo conveniente com seus públicos de interesse.

Se nas organizações privadas as ações comunicacionais estão direcionadas à venda de seus produtos e serviços e à ocupação de mercado, nas públicas “interessa prestar serviços, angariar opiniões favoráveis e ter uma imagem pública que gere opiniões favoráveis, posicionamentos e votos” (WEBER, 2011, p. 74). Assim, a comunicação organizacional, em instituições públicas, ganha um caráter mais institucional do que mercadológico.

Kunsch (2006), em seus estudos sobre comunicação organizacional, defende uma “comunicação organizacional integrada”, em que suas diferentes dimensões – a comunicação institucional, a comunicação mercadológica, a comunicação interna e a comunicação administrativa – atuem, de forma sinérgica, para atingir os objetivos institucionais/corporativos e negociais das organizações.

Segundo Kunsch (2006, s.p.), a comunicação organizacional:

[...] precisa agregar valor às organizações. Ou seja, deve ajudar as organizações no cumprimento de sua missão, na consecução dos objetivos globais, na fixação pública dos seus valores e nas ações para atingir seu ideário de visão no contexto de uma visão de mundo, sob a égide dos princípios éticos.

Dentro do grande campo da comunicação, Torquato (1984, p. 11) coloca o jornalismo empresarial como “integrante do tripé clássico que organiza os fluxos irradiadores de opinião em torno das organizações”. Segundo o autor, são as publicações jornalísticas das empresas, como boletins, jornais e revistas – hoje, pressupõe-se, conteúdos *online* –, que projetam externamente o conceito das empresas perante segmentos representativos da sociedade. Embora a terminologia remeta ao campo privado, o jornalismo empresarial, segundo o autor, é aplicável também a instituições públicas, como universidades, bem como a qualquer organização que procure “apresentar, desenvolver e aperfeiçoar seu conceito imagético e sua identidade institucional” (TORQUATO, 1984, p. 13).

A propósito da imagem, Cruz (2007) observa que a comunicação adquire importância fundamental ao tornar-se o meio condutor pelo qual a organização constrói ou desconstrói sua imagem. Práticas comunicacionais fragmentadas, sem que haja um planejamento estratégico de comunicação organizacional, podem acarretar na desconstrução da imagem institucional diante de seus públicos. “É importante evidenciar que a comunicação organizacional é que sustenta e reproduz a imagem da empresa perante os públicos com os quais essa se relaciona” (CRUZ, 2007, p. 207).

Outros autores trabalham com o conceito de jornalismo institucional. Weber e Coelho (2011) identificam o jornalismo institucional do Estado como aquele produzido por jornalistas ligados às instituições estatais com o objetivo de informar os cidadãos sobre suas ações.

O jornalismo institucional, tal como o produzido na Agência de Notícias da UFSM, é apontado por Kunsch (2002) como um dos instrumentos que exprimem a comunicação institucional das organizações para o seu público, opinião pública e sociedade em geral. Assim, cada notícia divulgada pela Agência de Notícias no *site* da UFSM constitui-se um produto da comunicação institucional, entendida por Kunsch (2006, p. 182) como a “responsável pelo burilamento da imagem corporativa, construindo a credibilidade da organização e consolidando sua personalidade”.

Sant’Anna (2005) fala na “ação informativa das fontes”, ou “mídia das fontes”, iniciativa de instituições, inclusive públicas, que tradicionalmente foram fonte para os veículos de comunicação, no sentido de ter sua própria produção comunicativa, que engloba jornais e revistas impressas, *sites* noticiosos, além de estruturas que atuam como agências de notícias, especializadas não só em preparar como também em difundir informações para as mídias tradicionais, por meio de releases.

Neste sentido, Silva e Barichello (2006) observam que, além da relação com a mídia, a fim de dar visibilidade a seus princípios, as organizações são responsáveis também por

estratégias de comunicação, que permitem a “autogerência de sua representação, em materialidades que podem ser dispostas diretamente ao público, sem a interferência ou elo determinado pelos meios de comunicação tradicionais” (SILVA; BARICHELO, 2006, p. 10). Segundo as autoras, o estabelecimento e a manutenção de relações, possibilitados pela comunicação dirigida, é atualmente facilitado pelas redes digitais e pela internet (SILVA; BARICHELO, 2006).

Este modelo de jornalismo institucional, retornando ao raciocínio de Sant’Anna (2005), importou da imprensa tradicional valores e técnicas jornalísticas, tais como a pluralidade informativa, a informação conscientizadora e a relevância social e comunitária, construindo uma comunicação institucional balizada pelos valores da transformação social e não apenas restrita ao desenvolvimento de uma imagem institucional. O autor pondera, contudo, que a informação difundida pelas ferramentas de comunicação institucional pode estar a serviço de um propósito político, econômico, comercial ou de qualquer outra ordem, assim como há influências de caráter ideológico, comercial ou pessoal também no conteúdo informativo difundido pela indústria da informação.

Em estudo a partir de veículos informativos da Câmara dos Deputados, Bernardes (2011) destaca a necessidade de o jornalismo público legislativo valorizar não apenas a necessidade política de comunicação estatal, mas também o princípio da “informação como direito social”. Isto implica em diversidade de assuntos, de fontes, de pontos de vista e de enfoques. Neste estudo, a autora retoma o conceito de “mídia das fontes” de Sant’Anna, ressaltando, não obstante o risco de desequilibrar a comunicação pública, priorizando a visibilidade das fontes – os parlamentares, no caso –, seu papel de noticiar as informações mais relevantes sobre a instituição para o público comum, promovendo a visibilidade de questões e atores muitas vezes não contemplados pela mídia comercial e contribuindo para a pluralidade de enfoques e vozes no noticiário nacional (BERNARDES, 2011).

Apesar de seu caráter híbrido, com uma produção que mistura gêneros jornalísticos e informação institucional – algo próximo do jornalismo institucional, portanto –, a produção desses veículos de mídia exibe uma forte organização jornalística, ainda que muitos apontem apenas uma intenção de comunicação institucional em seus produtos (BERNARDES, 2011, p. 33).

Assim, conforme visto neste subcapítulo, o jornalismo institucional produz uma notícia que tem um papel não somente informativo, mas também de caráter político. Segundo Monteiro (2010), a notícia institucional é utilizada como uma estratégia, nos mais diversos segmentos sociais, como forma de deter o poder de influência sobre a opinião pública a

respeito da organização. “Ao produzir notícias para a imprensa, as instituições estão transformando ocorrências institucionais em acontecimentos públicos, estão-se pondo em visibilidade” (MONTEIRO, 2010, p. 121). Embora se refira à produção de notícias “para a imprensa”, o mesmo pode ser inferido em relação às notícias publicadas em veículos de comunicação institucionais, como *websites*, voltados tanto a seus públicos interno quanto externo, no qual inclui-se a imprensa.

Ao mesmo tempo, quando transformados em notícia, os fatos organizacionais devem assumir características de natureza jornalística, como atualidade, periodicidade, universalidade e difusão coletiva, adequando-se aos atributos inerentes à notícia, como imediatismo, veracidade, interesse público, interesse humano. Reside neste aspecto um paradoxo da notícia institucional: ao mesmo tempo em que é notícia, é também relações públicas. Por fim, ressalta-se que, para instituições públicas, a notícia institucional serve também como prestação de contas à sociedade (MONTEIRO, 2010) – aqui entra em cena a comunicação pública, que será abordada mais especificamente no próximo subcapítulo.

Kunsch (1992) endossa ainda a importância da difusão do saber produzido na universidade. Para a autora, a universidade tem o dever e a responsabilidade de disponibilizar acesso a sua pesquisa a toda a sociedade, socializando o saber científico (KUNSCH, 1992). “Um serviço de comunicação é o melhor caminho para a abertura de novos canais de diálogos e democracia, dentro e fora da universidade” (KUNSCH, 1992, p. 27).

Esta opinião é corroborada por Barichello e Barlete:

A universidade, produtora do saber por excelência, necessita de estratégias de comunicação capazes de difundir esse saber produzido não apenas dentro dos seus próprios muros, mas estendê-lo à comunidade universitária num patamar internacional (BARICHELO; BARLETE, 2014, s.p.).

3.4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação, de acordo com Duarte (2007), é vital às organizações. Na área privada, administrá-la é essencial para a eficiência e até sobrevivência num ambiente altamente instável, volátil e crítico. Já no ambiente de interesse público, há responsabilidade maior, do atendimento ao direito do cidadão de ter capacidade de agir em seu próprio interesse e na viabilização das demandas coletivas nas mais diversas áreas (DUARTE, 2007). Desta forma,

[...] a comunicação pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público. Ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. A comunicação pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo (DUARTE, 2007, p. 2).

Outro conceito, complementar ao de Duarte, é apresentado por Koçouski (2013, p.54), a partir do estudo de autores estrangeiros e nacionais:

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos.

Kunsch (2014), citando autores como Duarte (2011), preocupa-se em esclarecer que comunicação pública vai além da comunicação governamental, que trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento entre o executivo e a sociedade, ou política, que se refere ao discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham relação com o poder.

Reconhecendo a variedade de conceitos sobre comunicação pública, Kunsch (2014) afirma que é possível entendê-la, basicamente, segundo quatro concepções básicas: além da comunicação estatal e política, já citadas, a comunicação da sociedade civil organizada, que atua na esfera pública em defesa da coletividade, e a comunicação institucional dos órgãos públicos, para promoção de imagem, dos serviços e das realizações.

Já Brandão (2012) define cinco perspectivas possíveis para a comunicação pública no Brasil: comunicação organizacional da instituição/empresa com seus públicos, para o fortalecimento da imagem organizacional; comunicação científica, por meio da popularização do conhecimento científico para o desenvolvimento do país; comunicação do Estado e/ou governamental com os cidadãos, visando ao debate público; comunicação política, para defender ideias e posicionamentos políticos; comunicação comunitária e/ou alternativa, caracterizada pelas estratégias comunicacionais da sociedade civil organizada.

Em todo este processo da comunicação pública, segundo Kunsch (2014), a comunicação organizacional não deixa de estar presente, sobretudo no que diz respeito aos processos, fluxos, e ao que a autora denomina de “comunicação integrada”, isto é, em que

cada modalidade comunicacional – interna, institucional, mercadológica – atua de forma sinérgica, guiadas por uma política de comunicação integrada que leve em conta as demandas, os interesses e as expectativas dos públicos e da sociedade. “E a comunicação pública certamente tem muito a ver com tudo isso” (KUNSCH, 2014, p. 9).

Nesta mesma linha, Oliveira (2011) defende que “a base da interface entre comunicação organizacional e pública existe quando a comunicação organizacional inclui a comunicação pública como conceito voltado ao interesse público, ao exercício democrático e de cidadania” (OLIVEIRA, 2011, p. 16). Entretanto, especialmente na esfera privada – mas não apenas - estes conceitos tendem a assumir direções opostas, comprometendo a responsabilidade social.

Neste aspecto, Weber e Carnielli (2016) alertam para o fato de que uma instituição pública, ao buscar visibilidade, credibilidade e legitimidade, não pode desequilibrar a comunicação pública, preterindo o debate sobre temas de interesse público e promoção da cidadania em prol da busca por uma imagem pública favorável.

Assim, por seu compromisso com o interesse público, os governos – e, por conseguinte, gestores de instituições públicas – devem ser os principais indutores da comunicação pública, assumindo o compromisso de promover uma gestão aberta, qualificando canais, meios e recursos que permitam a viabilização da comunicação de interesse público e o envolvimento de todos os interessados.

O poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência. É preciso que os governantes tenham um maior compromisso público com a comunicação por eles gerada, diante dos altos investimentos feitos com o dinheiro público (KUNSCH, 2013, p. 4).

Barros e Bernardes (2011), porém, a partir de análise de mídias legislativas, avaliam que a adoção do termo “comunicação pública” para atividades comunicativas de instituições governamentais não faz jus à prática, que deriva do campo da comunicação organizacional. “Muitas estratégias de comunicação no setor público são incompatíveis com os princípios da comunicação pública” (BARROS; BERNARDES, 2011, p. 12), especialmente porque os sistemas oficiais de informação no Brasil caracterizam-se estritamente por seu caráter informativo, com transmissão unilateral de mensagens, e não comunicativo, no sentido estrito do termo.

A denominação comunicação pública passou a ser adotada pelas instituições governamentais devido ao seu apelo de legitimidade. Trata-se de um conceito que produz variadas conotações positivas, que se distanciam das desgastadas práticas de comunicação estatal, governamental ou institucional. Ao se autodesignarem como instituições de comunicação pública, encontraram um emblema positivo para substituir os estigmas de ineficiência, desinteressante e “chapa-branca”. Comunicação pública, ao contrário, remete a uma ordem simbólica de transparência, participação popular, engajamento social, interatividade (BARROS; BERNARDES, 2011, p. 14).

Outro aspecto inerente à comunicação pública diz respeito a sua relação com a governança, que, segundo Novelli (2006), se refere, de forma geral, aos pré-requisitos institucionais para a otimização do desempenho administrativo, assegurando eficiência e democratização. De acordo com a autora, a partir das formas de governança instituídas pela Constituição de 1988 e da Reforma de Estado realizada na década seguinte, a comunicação pública – praticada pelos órgãos responsáveis pela administração pública – ganha importância significativa para o exercício da participação política e da cidadania.

Cabe à comunicação pública, nesse contexto, extrapolar a esfera da divulgação de informações do governo e da assessoria de imprensa como mecanismo de autopromoção dos governantes e de suas ações para colocar-se como instrumento facilitador do relacionamento entre cidadão e Estado (NOVELLI, 2006, p. 77).

Conforme Novelli (2006), esta comunicação se dá também por meio de *feedbacks* da sociedade ao governo e da participação ativa dos cidadãos na formulação de políticas públicas, por meio de audiências públicas e conselhos consultivos, por exemplo – suplantando, portanto, a mera divulgação de informações, que seria uma relação de mão única, seguindo também as ideias de Barros e Bernardes (2011).

Sob outro viés, Koçouski (2013) aponta que a comunicação pública abrange três áreas da comunicação: o jornalismo, as relações públicas e a publicidade e propaganda, sendo que, pela natureza de suas atividades, o jornalismo – que divulga informações – é a área que mais tem proximidade com o interesse público.

Neste aspecto, Kunsch (2014) observa o jornalismo como um campo que abre amplas possibilidades no tocante às práticas da comunicação pública.

A informação jornalística deve ser fundamentada e guiada pelos seguintes valores: “ouvir” a sociedade – ser sensível às demandas sociais e políticas; verdade – ser transparente, pois os receptores precisam ser respeitados e os fatos publicados/divulgados podem ser objeto de verificação, análise e comentários; rapidez – atender às demandas sociais com a maior presteza possível; sinceridade – elucidar fatos que merecem esclarecimento dos diversos segmentos (cidadão, entidades, sociedade civil, opinião pública, imprensa etc.); cordialidade – uma marca

que deve guiar as relações entre fontes governamentais e a mídia; e credibilidade – a confiança na fonte é algo imprescindível (KUNSCH, 2014, p. 11).

Assim, a partir do exposto, é possível observar que em uma Instituição Federal de Ensino Superior os processos de comunicação assumem diferentes dimensões, contemplando aspectos variados da comunicação pública. Comunicar ciência e saber, comunicar práticas de extensão, comunicar atos de gestão, comunicar a abertura de inscrições para vagas remanescentes e para concursos públicos, por exemplo, é fazer comunicação científica, de gestão, de utilidade pública, de prestação de contas, bem como mercadológica, algumas das categorias possíveis para a comunicação pública, segundo Duarte (2007), que coadunam-se, por sua vez, com as dimensões da comunicação organizacional apontadas por Kunsch (2006), em especial a comunicação institucional e a administrativa.

3.5 COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano tenta manter viva sua história por meio do registro dos fatos que deseja manter na memória. O intuito não é no sentido de preservar o fato por si só, mas “preservar a informação e transformar a memória em aprendizado passível de recorrência em demandas futuras. Foi com base em experiências passadas que se deu a evolução da humanidade” (ANDRELO; BIGHETTI, 2015, p. 53).

Paralelamente ao desenvolvimento das formas de registro da memória – do registro rupestre ao papel, até chegar à internet – deu-se o aumento da importância atribuída à comunicação e à preservação da história por parte das organizações (ANDRELO; BIGHETTI, 2015). No caso das organizações públicas, a preservação da memória tem funções de grande importância, como a consolidação de uma atuação histórica, criação de uma boa reputação e fortalecimento da identidade – fator de credibilidade e transparência.

A história de uma organização é construída ao longo dos anos com base em documentos e relatos, nem sempre objetivos, das pessoas que fazem ou fizeram parte dela. São, portanto, uma mistura de lembranças e esquecimentos, permeada por sentimentos suscitados pelos fatos vividos. A história de uma organização, constituída de pequenos fragmentos de memória, quando está viva e enraizada no cotidiano, vai além da versão oficial: transforma-se em memória coletiva e se faz presente não apenas no papel ou em uma simples linha do tempo, mas, sim, de maneira ativa, repleta de significado (ANDRELO E BIGHETTI, 2015, p. 56).

A comunicação institucional, segundo Santa Cruz (2014), vem utilizando, cada vez mais, a memória das instituições para produzir discursos de construção de identidade e

estabelecer relacionamentos com os seus públicos, disseminando os valores das organizações e ampliando o seu reconhecimento perante a sociedade. Observa-se, assim, “a formação de uma cultura da memória, em que o ato de lembrar é celebrado e prestigiado como fruto do vivido, do experimentado pessoalmente” (SANTA CRUZ, 2014, p. 179).

Em seus estudos, Santa Cruz (2014) identifica cinco conceitos chaves relacionando memória e comunicação organizacional: 1) memória como estratégia de comunicação (utilizada como ferramenta de disseminação dos valores das organizações e como meio de ampliar o seu reconhecimento perante a sociedade); 2) memória como cultura organizacional (gestão de pessoas, desenvolvendo o senso de identificação e de pertencimento, por meio da transmissão de valores institucionais); 3) memória como gestão do conhecimento (a função utilitária da memória no processo de preservação do conhecimento construído na organização, sua recuperação e seu compartilhamento); 4) memória como trajetória institucional (o resgate da história de uma organização); 5) memória como saber coletivo (num sentido que quase se aproxima do de cultura, como o conjunto de valores, crenças, símbolos e significados de uma coletividade). Dentre estes, o primeiro seria o mais utilizado, com um desempenho bastante discreto dos demais.

Constante (2018) conceitua memória institucional como um conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por uma instituição, de linguagem formal e fidedigna, formado a partir de ações identitárias de sujeitos em determinado contexto sócio-histórico, “que deve ser preservado a fim de dar visibilidade e acesso ao passado, numa amplitude espaço-temporal, para ecoar em ações futuras” (CONSTANTE, 2018, p. 116).

Por sua vez, Barbosa (2012) analisa que a memória institucional – que consiste em uma reconstrução do passado, a partir do que foi ou é considerado relevante para a instituição, sendo utilizada como ferramenta comunicacional, pode contribuir para a relação e o resgate da identidade dos indivíduos, pois promove a reflexão acerca de valores duradouros, cada vez mais distantes da realidade fugaz que predomina na conjuntura atual.

O conhecimento, a preservação e a utilização estratégica da Memória Institucional se apresentam como aspectos relevantes para a Comunicação Organizacional (...). Tais práticas evidenciam a responsabilidade histórica da organização, marcando seu legado para a sociedade, e podem representar um caminho para a questão do pertencimento. Deste modo, colaboram para fortalecer a imagem, a identidade e reputação da organização, legitimando sua ação perante a sociedade (BARBOSA, 2012, p. 13).

A relevância do jornalismo enquanto guardião da memória já foi enfatizada por muitos pesquisadores. Para Constante (2018), “as narrativas jornalísticas possibilitam recuperar os

acontecimentos de um tempo e lugar, isto é, a sua história, que passam a fazer parte da memória social das instituições (CONSTANTE, 2018, p. 109).

Bergamo (2011) destaca que o relato jornalístico, a partir de dados obtidos por entrevista, em documentações ou por outro meio, possibilita o encontro entre a “memória” e sua “prova documental”. “Lembrar-se – no caso do jornalismo e diante do fato de que as reportagens são ‘documentos’ –, é encontrar não um acontecimento no passado, mas a narrativa desse acontecimento no passado” (BERGAMO, 2011, p. 247).

Para Bergamo (2011), notícias e reportagens, escritas, na maioria das vezes, em forma de testemunho, seja devido à presença do repórter em determinado local ou sua pesquisa para a matéria, além de estabelecerem uma relação entre a memória individual, do repórter, e a coletiva, referem-se a eventos cuja importância vai além do próprio indivíduo, sendo, portanto, coletivos.

Além disso, não se pode perder de vista que, por mais pessoal que possa ser um dado registro jornalístico, ele é sempre reproduzido em grande escala, assumindo, posteriormente, o valor de “documento” não apenas pessoal, mas também histórico, coletivo (BERGAMO, 2011, p. 246).

Bergamo (2011) pondera, contudo, que nem toda notícia ou reportagem tem valor de documento histórico. Há os textos para serem lidos “naquele dia”, tão somente, com informações pontuais, e aqueles que tornam-se fonte permanente de consulta, de importância “documental”. Assim, processos de avaliação arquivística tornam-se essenciais para a classificação.

Já Maduell (2015) observa o jornal impresso não somente como produto de um veículo de comunicação, mas como um lugar de memória do jornalismo e da cultura de um país, espaço de articulação de uma memória coletiva, social e profissional, de determinados grupos. Em um jornal, articulam-se os três sentidos da memória, segundo Nora (1993 apud MADUELL, 2015): material, por tratar-se de um produto cultural, disponível para consulta, como em bibliotecas; funcional, por seu caráter de prestação de serviços e informação; e pelo que representa no imaginário social.

Num contexto de reconfiguração dos processos de comunicação, o jornal impresso passa a compartilhar e mesmo a ceder este espaço de articulação da memória aos portais de notícias. Assim, Palacios (2010) considera que nunca a sociedade esteve tão envolvida e ocupada em processos de produção de memória, o estoque de memória social tão fácil e rapidamente disponível e o jornalismo tão centralmente situado em meio a tudo isso.

Para o autor Palacios (2010), o jornalismo não tem memória. Ele é a memória em ato,

[...] memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado. Um passado relatado que, no início, renovava-se a cada dia, e com o advento do rádio, da televisão e da *web*, tornou-se relato contínuo e ininterrupto, nas coberturas jornalísticas (...) (PALACIOS, 2010, p. 41).

O mesmo autor, em estudo anterior, Palacios (2002) exaltava que o jornalismo *online*, então ainda incipiente, tinha na memória – aqui entendida não como arquivo, mas como mecanismo que permite a pesquisa – “praticamente ilimitada” uma de suas principais características em relação às outras mídias, o que permitiria disponibilizar virtualmente toda informação anteriormente produzida e armazenada, através da criação de arquivos digitais, com sistemas sofisticados de indexação e recuperação da informação.

Por outro lado, Canavilhas (2004), ao alertar quanto à longevidade do suporte para o conteúdo disponibilizado na internet – o que representa um obstáculo para que a internet se constitua como uma memória coletiva global e imediata –, afirmava que na *web* o esquecimento estava geralmente relacionado com a quebra dos *hiperlinks*. A frase “*The page cannot be displayed*” significa que uma determinada porção de informação, isto é, uma parte da memória, não está disponível porque mudou de local ou porque o servidor onde se encontra guardada está desativado.

Se o papel pode resistir séculos e a película décadas, os formatos digitais deixarão de ser legíveis dentro de 10 ou 20 anos. Não está em causa a qualidade dos suportes de armazenamento, mas as tecnologias que, ao ritmo actual, dentro de duas décadas estarão completamente obsoletas. Os conteúdos digitais obrigam conversões para novos formatos porque os antigos formatos desaparecem muito rapidamente (CANAVILHAS, 2004, p.2).

Com o jornalismo migrando desenfreadamente dos suportes tradicionais, em especial o papel, para a internet, surge um percalço em relação à sua preservação enquanto registro da memória. Ferreira (2009) alerta para o fato de que a expansão das tecnologias digitais conduz inevitavelmente a um aumento da produção de informação digital, informação esta que traz consigo um problema que coloca em risco a sua acessibilidade a longo prazo: “Apesar de poder ser copiado infinitas vezes sem perder qualidade, este tipo de material requer a presença de um contexto tecnológico, *hardware* e/ou *software*, para que possa ser interpretado de forma inteligível por um ser humano” (CHEN, 2001 apud FERREIRA, 2009, p. 2).

Esta dependência torna a informação digital vulnerável à rápida obsolescência a que a tecnologia está sujeita, já que nem sempre os novos desenvolvimentos são compatíveis às

tecnologias precedentes. É preciso, portanto, mitigar o problema da obsolescência tecnológica e garantir o acesso continuado à informação digital, por meio da preservação digital. “Preservação digital é o conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado, a longo prazo, à informação e restante patrimônio cultural existente em formatos digitais” (WEBB, 2003 apud FERREIRA, 2009, p. 2).

3.6 ARQUIVOS E MEMÓRIA

Não se pode falar em memória sem recorrer aos escritos de Pierre Nora. O intelectual francês cunhou a expressão “lugares de memória”, que seriam criados com o intuito de conservar uma memória, uma tradição, uma experiência vivida coletivamente, podendo ser tanto espaços físicos quanto produções abstratas e rituais. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos (...)” (NORA, 1993, p.13).

Desta forma, um dos mais renomados estudiosos do tema estabelece, de imediato, uma relação indissociável entre memória e arquivos, relação esta endossada também por uma das mais conhecidas autoras da área no Brasil. Bellotto (2007, p. 188) afirma que, “para a montagem da memória das instituições, a espinha dorsal é o arquivo, que precisa estar organizado”.

Neste aspecto, Ferreira (1995) afirma que o projeto de organização de arquivos institucionais deve levar em conta que a documentação preservada, com raras exceções, transmite a imagem que a instituição pretende guardar para a posteridade. “As intempéries, as imprevidências, o abandono ou o descarte criminoso da documentação extinguem os suportes materiais da memória” (FERREIRA, 1995, p.53). Por isso, resumidamente, requer-se um trabalho profissional que dê conta, em primeiro lugar, dos critérios de avaliação estabelecidos pela legislação, já que nem tudo deve ser guardado, seguindo-se procedimentos que garantam a integridade física dos documentos e, por fim, a descrição, que vai permitir o acesso ao acervo.

Historicamente, os arquivos públicos é que eram configurados como fonte de pesquisa e de preservação do patrimônio documental. Silva et al (2009) apontam que, apesar de a preocupação com a documentação arquivística remontar a séculos passados, só a partir do século XIX o arquivo, como instituição, ganhou espaço, passando a ser considerado como base de pesquisa histórica, levando os Estados a mantê-los acessíveis a todos os cidadãos. Considerando que quando não há preservação documental de um patrimônio histórico cultural

ocorrem perdas insubstituíveis, enfatiza-se “a importância da manutenção e conservação dos acervos, para construção e preservação da memória do patrimônio histórico e cultural de uma nação” (SILVA et al., 2009, s.p.).

A partir das décadas passadas, com a digitalização de documentos e o surgimento dos documentos nato digitais em larga escala em todas as esferas da sociedade, esta problemática torna-se ainda mais complexa. De acordo com Schäfer e Constante (2012, p. 136), “por mais que as instituições utilizem a cada dia mais informações em meio digital, a consciência sobre a importância de sua preservação, não apenas para o presente, mas principalmente ao longo do tempo, mostra-se incipiente”.

As características dos documentos em *bytes* contribuem para este descaso. Afinal, de acordo com Santos e Flores (2015a), o documento digital, a despeito da facilidade de criar, editar, excluir e disseminar o conteúdo, apresenta uma série de complexidades e especificidades com relação ao seu tratamento, bem mais do que o documento em suporte físico.

Segundo os autores (2015a), os registros em dígitos binários são mais frágeis que os registros tradicionais, e sua interpretação ocorre de forma indireta, mediada por computador (SANTOS; FLORES, 2015a). Além disso, as tecnologias de *hardware*, *software* e suporte estão em constante mudança, o que torna os documentos digitais mais vulneráveis devido a dificuldades de recuperação. A fragilidade e a vulnerabilidade destes documentos alertam para a relação entre a inevitável obsolescência tecnológica, com ciclos cada vez mais curtos, e a preservação digital, que, sem poder solucionar os problemas decorrentes da obsolescência, devem, pelo menos, minimizar os impactos, evitando a perda de registros relevantes para a sociedade (SANTOS; FLORES, 2015a).

O ritmo acelerado da evolução tecnológica criou um grande paradoxo: há uma grande facilidade para criar documentos digitais, entretanto, os métodos de preservação ainda são escassos e a maioria ainda não teve sua eficácia comprovada em longo prazo. Da mesma forma, a fragilidade implícita vem ameaçando a garantia de integridade e autenticidade. Assim, há um grande volume de documentos digitais, sejam eles de valor administrativo, histórico ou informativo, que estão correndo o risco de perda (SANTOS; FLORES, 2015b, p. 199).

Desta forma, conforme os Santos e Flores (2015a), políticas, estratégias e sistemas informatizados são os caminhos para minimizar os riscos. As políticas definem o que deverá ser preservado, as estratégias (migração, emulação, encapsulamento, refrescamento e preservação de tecnologia, por exemplo) executam as atividades, e os sistemas informatizados

gerenciam as atividades em alto nível, podendo verificar a conformidade com o que foi definido nas políticas de preservação.

No mesmo sentido, Arellano (2012) afirma que a experiência de preservar documentos digitais requer um esforço especial para manter as características originais e a capacidade de servir como registro da comunicação humana. Os conteúdos preservados precisam passar por atividades que garantam a acessibilidade, armazenamento em longo prazo e interpretação de conteúdos, quando necessário.

Atualmente muitas coleções digitais importantes estão sendo construídas fora das bibliotecas por diferentes organizações, ou sendo publicadas diretamente na Internet. Com o aumento da produção de informação em formato digital, tem sido questionada cada vez mais a importância de se ter garantida a sua disponibilização e preservação por longos períodos de tempo (ARELLANO, 2004, p. 16).

Para combater a instabilidade do formato digital existem repositórios confiáveis que garantem a autenticidade e a guarda a longo prazo. Um exemplo é o *Archivematica*, um *software* de código aberto que permite que diversos formatos digitais sejam preservados com segurança, sejam eles *links*, imagens, *games* etc. O *Archivematica* blinda o original, que fica sob responsabilidade do profissional arquivista, bibliotecário ou museólogo, e disponibiliza plataformas de acesso seguro aos acervos.

Além disso, vem ganhando cada vez mais adeptos uma corrente de pensamento segundo a qual, além do arquivista, mais um ator deve assumir o papel de protagonista na tarefa de preservar o patrimônio arquivístico das instituições públicas: o produtor. Ferreira, Faria e Penteado (2015) argumentam que o produtor – órgão público produtor de documentação arquivística – deve assumir novas responsabilidades no que tange à preservação da informação produzida, já que muitas vezes é somente ele que tem condições de mensurar a relevância da informação a ser ou não preservada para a posteridade - e que servirá, no futuro, como registro da memória.

3.7 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ARQUIVOS

Comunicar e informar, na atualidade, é tão relevante quanto preservar, para o futuro, aquela informação que hoje está disponível a todos, pela internet. Para garantir esta dinâmica ininterrupta, instituições têm legislações a cumprir e políticas públicas como balizadoras.

As políticas públicas emergem de uma dimensão da vida que não se restringe à esfera privada, mas que existe em comum com os outros. Consistem em atividades controladas pelos governos para propósitos públicos, influenciando a vida dos cidadãos (DIAS; MATOS, 2012).

Ao analisar temas emergentes em políticas públicas, Farah (2006) considera que mesmo temas já abordados requerem novas abordagens e perspectivas analíticas. No que tange aos campos da informação, comunicação e arquivos, o advento e a massificação das novas tecnologias de informação, em especial a internet, viabilizou avanços significativos, contribuindo para a apropriação, pelo cidadão, da informação pública. No entanto, apesar da existência de legislações, de amparo legal, ainda há um vácuo expressivo no que se refere a políticas públicas nestas áreas.

A Constituição Federal de 1988, em vários de seus títulos, ratifica a garantia do direito de acesso à informação e à proteção aos documentos governamentais. Neste aspecto, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a Lei de Arquivos é considerada um marco para a legislação arquivística, que ao longo dos anos 1990 foi ampliada mediante decretos regulamentadores da Lei nº 8.159 e a definição de dispositivos legais nos planos estaduais e municipais (SILVA, 1999; JARDIM, 2008).

Para Costa (2003), a Lei de Arquivos, além de reafirmar o direito de acesso à informação determinado pela Constituição Federal, estabelece o princípio da classificação dos arquivos privados como de interesse público e social e dedica especial atenção ao acesso e sigilo. O artigo 4º da Lei, que corresponde ao artigo 5º da Constituição Federal, afirma

[...] que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos (...), ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (COSTA, 2003, p. 181).

Apesar do grau de generalidade que apresenta, a Lei de Arquivos, segundo Costa (2003), representou um enorme avanço, dado que o país estava, até então, desassistido do ponto de vista da legislação arquivística. Entretanto, a legislação foi apenas o primeiro passo de uma longa caminhada. Várias questões abordadas no texto, como, por exemplo, o acesso à informação e a proteção à privacidade, tiveram que ser regulamentadas por meio de decretos ou outros instrumentos legais, tais como portarias do Arquivo Nacional e resoluções do CONARQ (COSTA, 2003).

Para Sousa (2006), porém, pensar em políticas públicas de arquivo vai muito além da construção de um *corpus* de leis. Tão importante quanto, a dimensão técnico-científica

também deve ser levada em consideração, pois a simples existência de leis ou de determinações não garante as ações concretas que a viabilizem.

Estes mecanismos políticos têm sido insuficientes para configurar uma política pública no campo informacional, como observa Jardim (2008). O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) – órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, criado em 1994 com a incumbência de definir uma política nacional de arquivos e atuar como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) – por exemplo, desenvolveu diversas ações técnico-científicas relevantes ao longo dos últimos anos, mas não formulou, como previsto na legislação, uma política nacional de arquivos e tampouco implementou o SINAR.

Um conjunto de decisões governamentais no campo da informação não resulta necessariamente na constituição de uma política pública de informação. Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Da mesma forma, devem ser previstos os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação dessas políticas. Políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar "difusas" no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas. O Estado democrático é, por princípio, incompatível com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, que não sejam explícitas (JARDIM, 2008, p. 6).

As políticas públicas arquivísticas – entendidas por Jardim (2008) como um conjunto de premissas, decisões e ações emanadas do Estado, inseridas nas agendas governamentais, que privilegiem o interesse social e contemplem os diversos aspectos (administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada, constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais.

Muitas vezes, no entanto, as políticas públicas arquivísticas são concebidas e implementadas – normalmente sem muito sucesso – ignorando-se as demais políticas públicas de informação existentes. Da mesma forma, são frequentes situações nas quais políticas públicas de informação, até mesmo em nível nacional, desconhecem as peculiaridades do universo arquivístico. Em alguns casos, por exemplo, políticas arquivísticas e políticas de governo eletrônico são concebidas e desenvolvidas como se pertencessem a universos paralelos. Ambas as iniciativas perdem com essa ausência de interfaces, especialmente o campo arquivístico, geralmente menos visível que aquele relacionado aos projetos de governo eletrônico. No que se refere ao campo arquivístico, percebe-se ainda que as ações são mais de

caráter técnico-científico, mesmo que políticas arquivísticas devam responder a problemas políticos do campo dos arquivos (JARDIM, 2008).

Desta forma, a ausência de políticas públicas arquivísticas no Brasil e, em especial, de uma Política Nacional de Arquivos, a despeito da existência do CONARQ e de mecanismos legais e administrativos existentes, pode ser percebida, de acordo com Jardim (2008), pela complexidade na formulação, execução e avaliação de políticas públicas em geral e, especialmente, na área arquivística, agravada pela “ausência de antecedentes históricos brasileiros nesse aspecto e o *locus* periférico dos arquivos no Estado e na sociedade” (JARDIM, 2008, p. 13) e pelo fato de haver aparente insuficiência de conhecimento sobre o tema e de um também aparente processo de naturalização da dimensão técnica dos arquivos.

Oliveira (2011) discute as implicações que a inexistência de políticas arquivísticas pode ter na preservação de acervos documentais. Definida pela Lei de Arquivos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991), a gestão de documentos ainda enfrenta obstáculos nas instituições brasileiras, também pelo fato de estar sujeita a decisões pessoais, arbitrárias, e não orientadas em prol da missão institucional, o que afeta o acesso e a preservação de documentos – ambos considerados primordiais. Sendo assim, é preciso “preservar para dar acesso e dar acesso garantindo a preservação” (OLIVEIRA, 2011, p. 73), dilema que remete a um patamar político.

Para a autora, decisões tomadas isoladamente não podem ser vistas como políticas, embora a repetição sistemática de determinadas decisões possa ser assim interpretada, mesmo implicitamente (OLIVEIRA, 2011). Desta forma, requer-se uma política formalmente constituída e explícita, documentada, até mesmo enquanto garantia de aporte de recursos financeiros.

Esta situação de indefinição e insegurança em relação à preservação e acesso documental, ocasionada pela inexistência de políticas públicas na área, ganha contornos ainda mais preocupantes a partir do momento em que parte significativa dos documentos passa a ser digitalizada. Silva (1999, s.p.) ressalta que

[...] este é o momento crucial das instituições trabalharem, imediatamente, com estratégias globais que adotem normas de conservação e qualidade de registros eletrônicos, metodologias de sistemas operacionais informáticos abertos, instrumentos descritivos normalizados, integração de linguagens e sistemas, capacitação dos profissionais de arquivos e documentação, além de orçamentos compatíveis, imprescindíveis para a arquivística do novo milênio.

Neste sentido, a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, a Lei de Arquivos Digitais, pode ser vista como uma atualização da Lei de Arquivos à luz das novas demandas desta era digital. A Lei nº 12.682 “dispõe sobre a elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos” (BRASIL, 2012). Porém, o amparo legal, novamente neste caso, não tem sido suficiente para garantir o acesso e a preservação a longo prazo dos documentos arquivísticos digitais.

Santos e Flores (2015a), ao analisarem políticas de preservação digital, ressaltam que, inicialmente, devem ser definidas questões basilares, de forma a criar uma “cultura organizacional”, vislumbrando a preservação de longo prazo, sempre tendo em vista que documentos em suportes tradicionais e documentos digitais têm a mesma relevância, e, portanto, a mesma prioridade de tratamento. A partir disso, devem ser observadas questões relacionadas à preservação dos documentos, definindo-se as estratégias a serem utilizadas.

Estas estratégias são tanto estruturais (conjunto de métodos para realizar a manutenção do ambiente de preservação, configurando-se em um conjunto de políticas organizacionais com a finalidade de manter o ambiente confiável) quanto operacionais (estas compreendem os métodos aplicados diretamente aos documentos para assegurar a sua preservação em longo prazo). Devem ser contempladas questões relacionadas à segurança dos documentos, tanto a fidedignidade (garantia de que não houve e nem é possível haver manipulação) quanto o armazenamento seguro. Este trabalho requer investimentos que propiciem uma infraestrutura ideal, resultando em um ambiente confiável para a preservação de documentos digitais em longo prazo (SANTOS; FLORES, 2015a).

Schäfer e Constante (2012) apontam que cabe às organizações detentoras de acervos de caráter arquivístico garantir a gestão e preservação da informação, seja qual for seu meio ou suporte. Para as instituições públicas, responsáveis por documentos e informações que pertencem à sociedade, esta tarefa adquire especial importância. Assim, a implantação e desenvolvimento de políticas para a preservação dos documentos digitais, associadas à gestão de documentos da instituição, são fundamentais para garantir o seu acesso ao longo do tempo.

No Brasil, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), ligada ao CONARQ, e o Arquivo Nacional são responsáveis pelo estabelecimento de políticas e programas para a preservação da informação arquivística digital. A “Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, da CTDE, é um dos documentos orientadores de políticas e programas de gestão e preservação de documentos arquivísticos responsáveis por promover avanços neste aspecto (SCHÄFER; CONSTANTE, 2012).

A preservação da informação em formato digital vai além de questões tecnológicas, envolvendo também aspectos administrativos, legais, políticos e econômico-financeiros, segundo o Arquivo Nacional (2005a). Mais do que isso, é necessária atenção redobrada à descrição das informações, por meio de estruturas de metadados que viabilizem o gerenciamento da preservação digital e o acesso no futuro.

Desta forma, preservar exige compromissos de longo prazo entre os vários segmentos da sociedade: poderes públicos, indústria de tecnologia da informação, instituições de ensino e pesquisa, arquivos e bibliotecas nacionais e demais organizações públicas e privadas. Reconhecida a instabilidade da informação arquivística digital, é necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem os efeitos da fragilidade e da obsolescência de *hardware*, *software* e formatos e que assegurem, ao longo do tempo, a autenticidade, a integridade, o acesso contínuo e o uso pleno da informação a todos os segmentos da sociedade brasileira. Isto só será possível se houver uma ampla articulação entre os diversos setores comprometidos com a preservação do patrimônio arquivístico digital, e em cooperação com os organismos nacionais e internacionais (CONARQ, 2004, p. 3).

Preservada, organizada, disponível: estas condições, essenciais para as informações, não são, porém, as únicas. “É necessário que sejam estabelecidos canais efetivos que não só a transmitam, mas efetivamente a transfiram, isto é, uma organização que comunique” (TÁLAMO, 1997 apud SOUSA, 2006). Assim, entram em cena as políticas públicas que têm como foco o acesso à informação pública.

3.8 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Todo o cidadão tem direito à informação, a saber o que acontece no âmbito das instituições públicas. No Brasil, apesar de a Constituição de 1988 ter elevado o acesso à informação pública ao patamar de direito fundamental, foi só 23 anos depois, com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que se reconheceu o direito que todos possuem de acessar a informação produzida ou guardada pelos órgãos ou entidades públicas, por pessoas físicas ou jurídicas a eles relacionadas – excluindo-se as informações relativas a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança nacional (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012; JARDIM, 2012).

A LAI determina que o Estado deve prover um acesso rápido e fácil às informações que estão sob sua guarda, e que essas informações devem ser apresentadas de forma clara, objetiva e de fácil entendimento, por meio de *sites* na internet.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Conforme esta legislação, o acesso à informação é a regra, e o sigilo, exceção, o que significa que todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público e não classificadas como sigilosas são públicas, sendo, portanto, acessíveis a todos os cidadãos. Além disso, a comunicação deve ser mais ativa do que passiva, ou seja, o agente público deve se adiantar na disponibilização da informação ao invés de somente responder a uma solicitação do cidadão (BRASIL, 2011). Tal aspecto exigiu que alguns setores da esfera pública se adaptassem a essa nova realidade estabelecida.

Para Duarte (2007), cabe aos governos ajudar no estabelecimento de padrões adequados de comunicação na sociedade, por meio da formalização e adoção de políticas públicas que orientem os processos de interação e troca de informações de interesse coletivo. Estas políticas públicas devem ter como eixos a transparência (compromisso com a atuação responsável no trato com as questões públicas), o acesso (facilidade na obtenção de informações), a interação (instrumentos de comunicação que viabilizem fluxos para que todos os envolvidos tenham igual direito e oportunidade de falar e ser ouvidos) e ouvidoria social (o interesse em conhecer e compreender a opinião pública e o compromisso de considerá-la como referência na ação) (DUARTE, 2007).

Considerada uma política informacional, de grande impacto sobre a gestão arquivística e com vínculos estreitos com a comunicação pública, a LAI deve garantir o provimento do acesso às informações de forma facilitada. Para isso, além de disponibilizá-las de forma clara e acessível em *sites* de órgãos públicos, é preciso que os governos busquem assegurar a inclusão digital da população – afinal, o único meio citado na Lei é a internet. Para Ferreira, Santos e Machado (2012), isto é importante para que a Lei não fique restrita à dimensão

material da informação, ou seja, à infraestrutura tecnológica, que garanta a disponibilização das informações, mas que também tenha em vista as demandas socioculturais.

As limitações socioeconômicas de uma parcela da população dificultam a sua integração à sociedade da informação. Um aspecto importante da política pública da informação é assegurar a inclusão digital de todas as pessoas. Isso significa não só a disponibilização das informações, mas também a disponibilização dos meios tecnológicos e dos meios educacionais, contemplando tanto a aquisição de habilidades para o uso da tecnologia, como a formação de uma cultura informacional e a aquisição de uma competência informacional (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012, p. 4).

Apesar de algumas arestas a serem aparadas, inclusive no aspecto arquivístico, de tratamento e disponibilização adequada dos documentos, a LAI já propicia avanços expressivos no que se refere à transparência administrativa, que tende a levar a uma modernização da gestão pública, embora não seja uma ferramenta suficiente o bastante para promover melhoria da qualidade do gasto público (HOTT; OLIVEIRA, 2014).

Tavares e Santos (2016) discutem a relevância da LAI para a construção de uma comunicação pública no Brasil. Segundo as autoras, “além de oferecer a informação, os governos têm que se preocupar com a lubrificação de canais existentes e com a criação de novos canais que permitam ao cidadão ter acesso ao noticiário” (TAVARES; SANTOS, 2016, p. 11). No entanto, as autoras apontam que algumas esferas do poder público descumprem a Lei, por exemplo, ao não divulgarem informações de interesse público independentemente da solicitação – o que deveria se dar por meio da comunicação pública, de forma a esclarecer dúvidas e a fomentar uma cultura de participação e de controle, visando à melhoria da efetividade das políticas públicas e à prevenção da corrupção.

Os processos de comunicação e de informação (ou de mediação) são fundamentais para que a LAI possa alcançar seus objetivos de garantir à população o direito de acesso a informações públicas, de acordo com Marques e Fernandes (2012). São estes processos que vão permitir que a sociedade tenha amplo conhecimento de seus direitos – inclusive o de acesso à informação pública, como visto anteriormente.

Geraldes e Sousa (2013) ressaltam a importância de tratar a LAI – cujas dimensões comunicativas estiveram presentes nos esforços para a sua criação – como uma prioridade nas políticas de comunicação das instituições públicas, o que significa pensá-la como um fenômeno comunicacional em suas duas vertentes: a transparência ativa e a passiva.

A primeira implica em um esforço em comunicar o que a organização faz, não com o intuito de divulgação ou de posicionamento estratégico no mercado, mas de circular

informação de interesse público, por meio de *sites* fáceis de acessar, com linguagem clara e precisa, e que abram espaço para a interação, ou seja, críticas, sugestões e comentários do público. Já no que se refere à transparência passiva, as ouvidorias que recebem as demandas do público devem ser consideradas centros de produção de informação, gerindo o fluxo de informação na organização, não apenas com o intuito de compreender as demandas do público e atendê-las, mas também para considerá-las informação com potencial para gerar pautas na transparência ativa (GERALDES; SOUSA, 2013).

O impacto da LAI no processo de comunicação das instituições públicas, especialmente por meio de suas assessorias de comunicação, também é analisado por Mesquita (2016, p. 3):

Uma comunicação voltada para justificar os atos do poder, como descreve Weber (2011), ou para falar apenas das coisas boas, omitindo os problemas, como defendem assessores de comunicação de instituições públicas (MESQUITA, 2015), fere o princípio da máxima divulgação da LAI. Esse princípio está orientado no sentido de que todas as informações possíveis de serem divulgadas, devem sê-lo. Portanto, omitir informação para valorizar o lado positivo de uma instituição vai contra a LAI.

A partir da teoria do francês Pierre Zémor, Mesquita (2016) observa que a publicização das leis por parte de um Estado é uma das formas de comunicação pública. Por isso, são necessárias políticas públicas para facilitar o acesso às informações. Em alguns casos, devido à complexidade dos textos e dos procedimentos e também devido às condições em que os cidadãos muitas vezes se encontram, o direito à informação estabelece, para as instâncias administrativas, um dever de comunicação, estabelecendo-se, assim, uma relação entre o Estado e o usuário do serviço público, baseada nos princípios da recepção, escuta, diálogo e comunicação (MESQUITA, 2016).

Mesquita (2016) conclui que a LAI e a comunicação pública têm tantos pontos em comum – máxima divulgação das informações públicas, transparência ativa, promoção de um governo aberto e de uma cultura da transparência – que, se a comunicação pública com este viés (e não como mera publicidade dos órgãos governamentais, legitimadora dos governos) fosse a regra das práticas nas assessorias de comunicação dos órgãos públicos brasileiros, a implementação da LAI seria bem mais fácil. Assim, cumpriria plenamente com seus propósitos, que contribuem de forma significativa para a consolidação de uma comunicação pública com uma perspectiva cidadã, em detrimento da postura frequentemente voltada para as instituições e seus gestores.

A LAI tem se constituído em importante fonte informacional pública, disponível a todos e a qualquer tempo. Entretanto, ainda apresenta falhas quando analisada sob a dimensão da comunicação. Batista (2010) aponta que na dimensão comunicacional da Lei estão envolvidos fluxos informacionais e comunicacionais – facilitados pela tecnologia – que tanto podem favorecer como dificultar a relação Estado-sociedade. Se por um lado propicia a abertura da informação pública, em relação à comunicação, a questão é mais complexa, por envolver a preparação do cidadão para realmente tomar conhecimento dos negócios públicos e, também, o estabelecimento de um fluxo comunicacional eficiente por parte do Estado. Muitas vezes, as informações são apresentadas de forma desconexa, ou mesmo complexa, impedindo que os cidadãos façam real uso dessa comunicação.

Duarte (2007), em seus estudos, traz reflexões sobre como a LAI atende apenas uma parte da comunicação pública, o acesso a informações. Porém, divulgação e difusão de informações, por si só, não gera comunicação. Ela é muito importante, e pode-se afirmar, até essencial para a comunicação pública, mas falta a contrapartida do cidadão no entendimento e no uso dessas informações, dando retornos às instituições públicas e à sociedade como um todo.

Pensar em qualificar a comunicação, para muitos, ainda é aumentar o aparato tecnológico, o número de fontes de emissão de informação, investir em bombardeio de informação persuasiva. Porém, comunicação não se reduz à informação. Comunicação é um processo circular, permanente, de troca de informações e de mútua influência. A troca de informações faz parte do processo de comunicação. Informação é a parte explícita do conhecimento, que pode ser trocada entre pessoas, escrita, gesticulada, falada, utilizada para tomada de uma decisão. É a principal matéria-prima, um insumo comparável à energia que alimenta um sistema. É o elo da interação e da transmissão do conhecimento. Atores e agentes geram, transformam, buscam, usam e disseminam informações de variados tipos. Mas a simples existência de informação não necessariamente significa comunicação eficiente. Ela pode ser inútil, manipulada, mal-compreendida ou não chegar no momento adequado. Informação é apenas a nascente do processo que vai desaguar na comunicação viabilizada pelo acesso, pela participação, cidadania ativa, diálogo (DUARTE, 2007, p. 4).

Política informacional com intrínsecas relações com a comunicação pública – e, portanto, com os processos jornalísticos analisados nesta Dissertação –, a LAI também mantém vínculos estreitos com a gestão de documentos. Neste aspecto, Silva (1999) observa que, a despeito das legislações existentes, ainda há uma distância muito grande entre o preceito das leis e a prática dos arquivos, tanto os de gestão quanto os históricos. Fundos documentais não organizados ou sem um adequado tratamento técnico dentro dos arquivos públicos e arquivos correntes sem códigos de classificação e tabelas de temporalidade são

constantes na realidade da administração pública. “Tal deficiência representa o principal fator de dificuldade para o pleno exercício do direito do cidadão de acesso à informação” (SILVA, 1999, s.p.).

3.9 POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO DE CONTEÚDOS COMUNICACIONAIS DIGITAIS

Outra deficiência que pode comprometer o acesso a informações, em um contexto de predominância da informação digital, advém do fato de que, até o momento, nenhuma legislação criou algum dispositivo que assegure a preservação também de documentos em HTML ou de produtos comunicacionais disponibilizados em *sites* institucionais na *web*, de forma a manter estes conteúdos permanentes e de livre acesso. Nem mesmo o Código de Classificação de Documentos de Arquivo do CONARQ, que classifica todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades, considera a produção jornalística como de guarda permanente – assim, a relega a uma escala menor de importância, desconsiderando seu potencial de constituição da memória das instituições e da sociedade como um todo.

Neste sentido, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2431/2015¹¹, que prevê a punição por crime de responsabilidade para o gestor público que autorizar ou negligenciar a subtração de patrimônio digital institucional dos *sites* oficiais sob sua responsabilidade, bem como àquele que criar mecanismos para inviabilizar ou dificultar o acesso ao conteúdo digital institucional em seu formato e estilo original.

A proposta estabelece que os chefes dos Poderes Públicos ficarão incumbidos da preservação e manutenção do conteúdo digital institucional em seu formato original disponível na rede mundial de computadores, garantido o acesso público e facilitado aos usuários. Deverão ser estabelecidas diretrizes em cada órgão ou entidade que orientem a realização de cópias de segurança periódica das informações críticas dos ambientes dos sítios oficiais. Pelo projeto, constituirá conduta ilícita a atividade do gestor público que autorizar, permitir ou negligenciar: o dano à integridade do patrimônio digital institucional dos sítios oficiais sob a sua responsabilidade; a subtração de patrimônio digital institucional dos sítios

¹¹ O projeto de autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) foi apresentado em 16 de julho de 2015, já tendo sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Atualmente, está em tramitação na Comissão de Cultura (CCULT). Em 18 de abril de 2018 foi designado como relator o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ). Uma vez aprovado na Comissão de Cultura, o PL segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ir a votação em plenário. Fonte: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594241>>.

oficiais sob a sua responsabilidade; a criação de mecanismos para inviabilizar ou dificultar o acesso ao conteúdo digital institucional em seu formato e estilo original.

A autora do projeto, a deputada Luizianne Lins (PT-CE), justifica que, além de desperdício de dinheiro público, uma vez que a produção de conteúdo comunicacional demanda verbas e pessoal, o risco da perda de conteúdos compromete o acesso dos usuários da internet aos registros históricos, deletando a memória institucional de uma determinada época.

Ressalte-se que, com o advento da Lei nº. 12.527/2011, o acesso à informação produzida ou sob a guarda do poder público, salvas as exceções previstas na própria legislação, podem ser solicitadas por qualquer cidadão. No entanto, para o caso específico da preservação de documentos em HTML, ou das páginas de sites na web, o desafio é ainda maior. Até o momento não existe dispositivo legal que assegure a manutenção destas informações em canais de livre acesso, como é o caso dos websites institucionais (BRASIL, 2015).

A proposta é salutar, considerando-se que há muitos casos em que conteúdos originários de instituições públicas disponibilizados exclusivamente na internet foram perdidos, em decorrência de questões técnicas, ou mesmo apagados, por motivação política. Luz e Weber (2017), em um dos raros estudos voltados para a questão da preservação dos acervos da comunicação governamental, discutem a importância da preservação das informações produzidas pelos governos através de sua comunicação oficial e disponibilizadas em seus *sites* a partir de pesquisa que estudou a relação entre a preservação ou o apagamento da comunicação governamental das capitais brasileiras e a constituição da memória dessas cidades e de seus cidadãos.

Ao longo das últimas décadas, o espaço privilegiado para publicação, armazenamento e difusão de informações públicas são os *sites* oficiais, transformados em espaços privilegiados de comunicação com a sociedade na medida em que, oficialmente, disponibilizam informações, publicitam suas ações e permitem a aferição de sua credibilidade. (...) Entendemos os *sites* oficiais como lugares de memória dos governos e dos locais governados, pois armazenam notícias, fotos, vídeos e documentos que falam das administrações públicas, da política e das transformações sofridas pelas cidades e seus moradores (LUZ; WEBER, 2017, p. 3-5).

A partir da constatação de que conteúdos de governos anteriores foram deliberadamente apagados por gestores de oposição eleitos, as autoras enfatizam que o debate sobre que tipo de informações ou documentos produzidos pelo Estado merecem proteção contra apagamento ou destruição mostra-se extremamente atual (LUZ; WEBER, 2017). Apesar do avanço que a legislação brasileira apresentou nas últimas décadas, a discussão

ainda está dominada pela preservação e acesso a documentos de natureza “legal”, como contratos, peças orçamentárias e diários oficiais. “No entanto, pela natureza das atividades da comunicação governamental, seus sujeitos e temas abordados, resta evidente que os produtos daí derivados são informações de interesse público e que sua preservação está diretamente relacionada à possibilidade de uma memória plural” (LUZ; WEBER, 2017, p. 24).

O estudo, apesar de ter como *locus* prefeituras de capitais brasileiras e considerar somente os apagamentos deliberados – e não perdas decorrentes de questões técnicas ou operacionais ou da ausência de políticas específicas –, endossa a importância da preservação do conteúdo comunicacional digital de instituições públicas em geral, considerado “patrimônio público, pois envolve investimento de recursos públicos para sua execução” (LUZ; WEBER, 2017, p. 24).

Em estudo anterior, Luz (2016) traz à tona o conceito de “democracia digital”, que “articula três palavras-chave: internet, esfera pública e democracia” (GOMES, 2005 apud LUZ, 2016, p. 41), referindo-se, basicamente, às práticas e possibilidades que derivam das novas tecnologias informacionais e comunicacionais a partir da internet, desde a infraestrutura até as novas possibilidades participativas e de interação para a prática democrática.

Desde a entrada da internet na burocracia governamental, a partir dos anos 1990, com a criação das primeiras páginas oficiais, segundo Luz (2016), a discussão sobre a preservação do patrimônio digital ainda não foi contemplada a contento, o que se torna urgente, considerando que se tratam “de informações que, além de não contarem com a proteção legal para sua preservação, existem, em sua maioria, apenas em formato digital” (LUZ, 2016, p.48).

É um debate ainda recente, que parte da ampliação do entendimento sobre a informação governamental e que leva a pensar em como as diversas possibilidades comunicacionais atualmente em uso pelo Estado podem constituir uma memória social e política do país, de estados ou municípios (LUZ, 2016, p. 48).

Além do acesso presente e futuro, Luz (2016) ressalta a importância de que seja garantida também a autenticidade. Ainda observa que o atual estágio de desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) permite armazenar, processar e disponibilizar grande quantidade de dados em múltiplos formatos, a baixo custo e com tecnologias mais modernas, causando que “os governos constituam ‘lugares de memória’, na acepção de Nora, com seu acervo preservado e com acesso facilitado” (LUZ, 2016, p. 136). Entretanto, Luz (2016) pondera que, ao mesmo tempo em que a internet fomenta e barateia o armazenamento de grande quantidade de dados, também facilita o descarte de informações.

Destruir documentos digitais é muito mais simples e rápido do que fazer o mesmo com documentos em suportes físicos – o que reforça a preocupação com os produtos de comunicação que são, em sua maioria, nascidos digitais, isto é, arquivos que só existem nesse formato. Além disso, mesmo que determinados conteúdos não sejam destruídos ou apagados, mas estejam mantidos em local inacessível – situação também facilitada pelas tecnologias digitais –, compromete-se a memória coletiva. Tão importante quanto preservar a comunicação oficial é disponibilizá-la para acesso público (LUZ, 2016, p. 136).

Esta necessidade já foi apontada também pela Organização das Nações Unidas (ONU). A conferência internacional “A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação”, realizada em 2012 em Vancouver, Canadá, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), resultou em um documento com recomendações para que os Estados-membros desenvolvam “políticas públicas que viabilizem e apoiem a preservação do patrimônio digital em um ambiente de rápida mudança tecnológica” (UNESCO, 2012, p. 3). Nele enfatiza-se a relevância da preservação digital para a continuidade do patrimônio cultural mundial.

Assim, mesmo dispondo de legislações atualizadas, o Brasil carece de políticas públicas efetivas no que tange à informação - incluída a questão arquivística - e comunicação públicas. As leis, por si só, não garantem que os preceitos sejam concretizados. No caso específico dos conteúdos comunicacionais disponibilizados nos *sites* das instituições públicas, urge a aprovação e regulamentação de uma legislação tal qual a que está em trâmite na Câmara dos Deputados, de forma a evitar lacunas informacionais. Ganha, com isso, a sociedade, com acesso a informações, transparência administrativa, comunicação com interesse público e direito à memória.

4 METODOLOGIA

A metodologia, para Gil (2010, p. 26), é uma investigação científica que depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” para que seus objetivos sejam atingidos. Neste aspecto, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa, que se constitui como uma alternativa à mensuração, à pesquisa quantitativa, procurando compreender e explicar um fenômeno em profundidade (GIL, 2010).

Silva (2004) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA, 2004, p. 14).

Para Flick (2009), a observação, a entrevista e a análise dos materiais (inclusive de documentos) são os métodos de pesquisa qualitativa mais comuns. Neste projeto, a ênfase recaiu sobre as entrevistas semiestruturadas, que combinam perguntas abertas e fechadas, com a possibilidade de o informante discorrer sobre o tema proposto, procurando obter o máximo de informações pertinentes ao tema em estudo, e também para a análise documental, que consiste na pesquisa dos materiais que ainda não passaram por tratamento analítico (FLICK, 2009).

Yin (2016, p. 338) aponta algumas metodologias da pesquisa qualitativa: estudo de caso, pesquisa-ação, etnografia, história de vida, entre outras. “Um estudo de caso pode se basear em dados quantitativos ou qualitativos (ou ambos), mas geralmente envolve alguns dados de campo”. Para Yin (2016), o estudo de caso estuda um fenômeno em seu contexto real. Pode ser instrumental (estudo de caso de uma determinada situação que, apesar de sua singularidade, está sendo realizado por causa de sua potencial aplicabilidade a outras situações semelhantes) ou intrínseco (estudo de uma determinada situação escolhida por conta de sua singularidade e intrínseco interesse, importância ou prováveis revelações, sem consideração a sua aplicabilidade a outras situações).

Quanto aos objetivos, o delineamento desta pesquisa é exploratório. Segundo Silva (2004), a pesquisa exploratória objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. O modelo envolve levantamento

bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Uma das formas que o modelo assume é o do estudo de caso. Conforme Stake (2011), a abordagem qualitativa é conhecida pela integridade de seu pensamento.

Não existe uma única forma de pensamento qualitativo, mas uma enorme coleção de formas: ele é interpretativo, baseado em experiências, situacional e humanístico. Cada pesquisador fará isso de maneira diferente, mas quase todos trabalharão muito na interpretação. Eles tentarão transformar parte da história em termos experienciais. Eles mostrarão a complexidade do histórico e tratarão os indivíduos como únicos, mesmo que de modos parecidos com outros indivíduos (STAKE, 2011, p. 41).

A partir desta teoria metodológica, esta pesquisa busca, por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) com representantes da Coordenadoria de Comunicação Social, do Departamento de Arquivo Geral, da Comissão GeDAI e do Centro de Processamento de Dados, compreender o porquê da inexistência de uma política de preservação digital ao conteúdo noticioso produzido a partir de 2011 pela Agência de Notícias, bem como entender o contexto que levou à perda de documentos jornalísticos digitais no período anterior a setembro de 2011, acarretando em uma perda informacional expressiva para a UFSM.

Com o intuito de ampliar e aprofundar as informações já levantadas, como esclarecimento e reforço na discussão do assunto, a partir do olhar de pessoas com afinidade temática, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas, no período de 26 de abril a 28 de maio, com servidores técnico-administrativos da UFSM com atuação em áreas relacionadas ao foco do estudo. Foram entrevistados dois jornalistas da Coordenadoria de Comunicação Social, três arquivistas do DAG e dois analistas de Tecnologia da Informação (TI) do Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFSM, alguns destes também integrantes da Comissão GeDAI.

Optou-se por realizar as entrevistas face a face, mediante agendamento prévio, no local de trabalho dos entrevistados (apenas um dos entrevistados preferiu responder por escrito, via *e-mail*, em forma de depoimento). O procedimento adotado foi padronizado: inicialmente, os entrevistados leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), preparado antecipadamente, conforme modelo disponibilizado pelo Comitê de Ética da UFSM, por meio do qual concordaram em participar voluntariamente, exclusivamente para fins acadêmicos (Apêndice C).

Após os entrevistados responderem às questões de perfil (nome, idade, formação, cargo, tempo de serviço na UFSM, função exercida e período da função), foram iniciadas as

entrevistas, que duraram de 10 a 30 minutos, aproximadamente. Algumas das entrevistas foram complementadas posteriormente por *e-mail*, para esclarecimento e/ou aprofundamento de determinados pontos. As entrevistas foram todas gravadas em aparelho celular próprio, em arquivos de áudio formato M4A, e transcritas integralmente para análise, com exceção da entrevista respondida por e-mail.

Ressalta-se que a pesquisa não apresentou qualquer tipo de risco, seja físico ou psicológico, aos participantes, tendo como objetivo, a partir da experiência profissional dos entrevistados na Instituição, o aprofundamento das informações já disponíveis e o acréscimo de novos elementos que ajudem a explicar o atual contexto de preservação permanente da produção jornalística digital escrita da AN e a vislumbrar uma situação ideal no que tange à preservação permanente da produção jornalística digital escrita produzida pelo setor. Além disso, as questões abordadas dizem respeito às funções desempenhadas no exercício profissional em uma instituição pública de ensino, sem qualquer cunho sigiloso.

Da mesma forma, a partir destas entrevistas, a intenção é apontar possíveis alternativas para a preservação deste conjunto documental, enfatizando, sobretudo, a importância de a Instituição adotar medidas que garantam a perenidade do conteúdo jornalístico disponível no portal e o que vier a ser produzido. Também foram analisados documentos, dados de arquivos e bibliográficos que subsidiam a recuperação da história da comunicação na UFSM, apresentando os diferentes veículos informativos já produzidos na Instituição e a importância de sua preservação para a recuperação da memória da Universidade.

Um levantamento quantitativo – dando também uma ênfase quantitativa à pesquisa, que caracteriza-se, assim, como quali-quantitativa – mensurou, mês a mês, o número de notícias divulgadas no portal *web* da UFSM nos últimos três anos, objetivando, desta forma, revelar o elevado número de publicações nesta mídia, ratificando a importância da produção jornalística digital escrita e de sua preservação. Este levantamento quantitativo foi feito por meio da ferramenta *Phyton*, utilizada para a publicação do conteúdo no *site* à época – a contagem foi feita no início de 2018, antes da reformulação do portal da UFSM e substituição da ferramenta. Como cada página da ferramenta apresentava 20 notícias postadas, foi feita a contagem das páginas a cada mês e, após, multiplicado por 20. Por fim, os números referentes a cada mês foram somados, perfazendo o total de cada um dos três anos analisados.

5 ANÁLISE, A PARTIR DAS ENTREVISTAS, QUANTO À GUARDA DA PRODUÇÃO DIGITAL

Com base nas entrevistas, é feito um relato que contempla um histórico da produção noticiosa recente da UFSM, ou seja, no âmbito da Comunicação, e sua inter-relação com duas áreas tangenciais deste projeto: a Arquivologia e a Tecnologia da Informação.

O entrevistado E1¹² é jornalista, tem 66 anos, mestre em Comunicação e Cultura, tendo sido chefe da Agência de Notícias de 1998 a 2007. Quando ingressou na Instituição, em março de 1993, trabalhou na Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Reitor. Lembra-se que, à época, a produção de notícias era muito incipiente, sendo que nem sempre havia produção – ele não recorda de ter visto alguma edição do “Fatos”, que deixou de circular em 1985, nem de qualquer outro informativo impresso na Instituição. Os textos eram datilografados, reproduzidos em fotocópias e distribuídos para a imprensa. Para agilizar o trabalho, E1 conseguiu um computador, o que permitiu que se iniciasse a produção de um “pequeno jornal”, em folhas pouco maiores que a A4, chamado de “Informativo UFSM”, mas as condições eram precárias.

Em meados de 1994, E1 lembra-se de ter conseguido um computador mais moderno, o que permitiu a produção de um jornal, conforme relatou:

Minha ideia era editar um jornal, mas tive dificuldade para convencer a administração da UFSM. Mesmo assim insisti e lançamos o Informativo UFSM em forma de jornal. A repercussão foi muito positiva. Contudo, a edição sofria atrasos, pois a Reitoria solicitava a revisão do material antes da impressão do jornal. Meu objetivo com o jornal era criar um órgão de divulgação que conectasse mais a Universidade com a comunidade. Ao mesmo tempo faria uma fiscalização positiva nos projetos desenvolvidos pela Instituição (E1).

Nesse período, conforme o relato do entrevistado, houve uma mudança na Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Reitor. A nova assessora optou por não mais editar o jornal, mas fazer um *folder* com algumas notícias, que mantinha o nome de “Informativo UFSM”. Era impresso na gráfica da Universidade, mas não havia prioridade na sua impressão, e seguidamente saía com muitas notícias defasadas.

Em 1998, o reitor recém-empossado, Paulo Jorge Sarkis, apoiou a edição de um jornal mensal na Instituição, o Jornal da UFSM, com algumas páginas impressas em cores. Mas a edição do periódico não era uma tarefa fácil. À época chefe da Agência de Notícias, núcleo da recém-instalada Coordenadoria de Comunicação Social, E1 lembra que, embora fossem oito

¹² Encaminhou depoimento por *e-mail* no dia 26 de abril de 2018.

jornalistas na Coordenadoria, a colaboração foi tímida. Bolsistas do curso de Comunicação Social – Jornalismo ajudavam na diagramação e montagem do jornal.

O jornal divulgou todos os eventos importantes da Instituição. Eram matérias amplas, com muita fotografia. Destaco toda a maratona que fizemos durante a implantação do CESNORS e da UNIPAMPA. Porém, todas as posses de diretores de centro mereciam nossa atenção. Destacávamos convênios e as pessoas que facilitavam os seus acertos, como políticos e empresários. Uma das satisfações que tive foi o elogio da reitora da UFRGS, Wrana Panizzi, que disse adorar nosso jornal, principalmente pela sua formatação. Também foi gratificante ouvir dos colegas da ANDIFES que a formatação do seu jornal fora inspirada no nosso (E1).

Com o advento da internet, E1 recorda que foi feito um catálogo de *e-mails* de vários órgãos de comunicação de todo o Brasil e alguns comunicadores. Em contato com os centros de ensino da UFSM, foi solicitado que a distribuição de notícias fosse centralizada pela Agência. Com isso, além dar um toque mais profissional à produção das assessorias dos centros, a carga de estagiários, a produção de notícias aumentou consideravelmente.

Nessa época, conforme relato de E1, surge a *homepage* da UFSM. Os textos publicados no *site* eram ampliados e atualizados para as edições do Jornal da UFSM. E1 lembra que, em uma reunião de assessores de imprensa das IFES realizada em Santa Catarina, a página da Universidade foi considerada um exemplo a todas as instituições. Mesmo com o *site*, o Jornal da UFSM seguiu sendo editado até 2007, na lembrança de E1 [embora o DAG tenha catalogadas edições até o primeiro semestre de 2008, de acordo com o Índice de Reportagens em Periódicos UFSM¹³]. Nos últimos meses, porém, o trabalho foi bastante prejudicado.

As edições emperravam no Gabinete, que custava a liberar as novas edições. Isso fazia com que muitas notícias tinham que ser substituídas porque ficavam defasadas. Era impossível manter uma edição mensal. Diante de tanto desgaste, optamos por abandonar a edição impressa em 2007 e ficar apenas na *homepage* (E1).

A transição do papel para o digital foi algo que transcorreu naturalmente, sem nenhum impacto para os servidores da Agência de Notícias, segundo E1. “Foi uma coisa espontânea, e havia quem achasse o jornal [impresso] supérfluo, já que a internet fornecia notícias instantâneas. Para mim foi um erro. O jornal [em suporte papel] permitia a preservação das notícias (...)” (E1). A produção de notícias, agora exclusivamente para o *site*, seguiu como vinha sendo feita: checagem de informações e melhoria da redação dos textos recebidos das

13

Disponível

em

<<http://w3.ufsm.br/dag/images/Inventario/UFSM%20DAG%20ndice%20reportagens%20em%20informativos%20UFSM.pdf>>.

assessorias e eventuais coberturas de eventos pelo *campus*. “Sou defensor da produção digital desde a sua implantação”, destaca E1, que não participou do processo de elaboração do *site* da UFSM, cumprindo apenas o papel de mantê-lo, no que se refere à questão jornalística.

A entrevistada E2¹⁴ tem 47 anos, é arquivista, mestre em Patrimônio Cultural e está na UFSM há oito anos. Em 2016, ao dar início ao projeto “Fotografia e gestão: o Arquivo Digital da Agência de Notícias da UFSM” (já referido no subcapítulo 2.3 “A memória da UFSM através da comunicação”), percebeu a indisponibilidade de notícias publicadas no portal da UFSM antes de 9 de setembro de 2011, conforme relata.

Quando iniciamos o projeto Fotografia e Gestão na Agência de Notícias começamos a fazer o agrupamento das fotografias digitais produzidas pela Agência e, primeiramente, ordená-las cronologicamente. Ao realizar esta ordenação cronológica, fomos fazer a verificação também das notícias disponíveis, para poder descrever as fotografias, e nesse momento verificamos que, de setembro de 2011 para trás, não há nenhuma notícia produzida pela Agência disponível no *site* da UFSM (E2).

Segundo E2, esta lacuna dificultou o trabalho dos servidores e bolsistas que atuavam no projeto, pois, para fazer uma descrição minuciosa das fotografias, foi preciso buscar outras fontes de pesquisa. Mas os prejuízos decorrentes da perda deste conteúdo foram muito além das limitações ao projeto. “Qualifico como uma perda gravíssima do ponto de vista institucional, sem dúvida nenhuma” (E2). A entrevistada destaca que, além de ser resultado do trabalho de todo um setor, é parte da memória da Instituição que foi perdida.

E2 relata os procedimentos tomados após a verificação da perda:

Comunicamos naquele momento a Coordenadoria, quando precisamos gerenciar isso dentro do projeto, e a partir desse momento, como coordenadora do projeto, fiz intermediação com a GeDAI, questionei se eles já tinham se dado conta disso, o que poderia ser feito, visto que três servidores do CPD atuam na GeDAI. Então, a primeira averiguação que se fez foi de que realmente houve essa perda quando da troca do *site*. A segunda averiguação feita por intermédio deles é de que provavelmente isso não poderia ser recuperado (E2).

Para E2, a perda poderia ter sido evitada, ou, pelo menos, amenizada, conforme explica:

Acho que o problema, na verdade, é que faltou, de um lado, a política arquivística, o DAG talvez mais presente nos setores, fazendo esta lembrança, e de outro lado, também, por parte do setor, das chefias, da Coordenadoria de Comunicação como um todo, da direção, de ter esse pensamento da preservação do produto gerado. Na

¹⁴ Entrevista concedida no dia 22 de maio de 2018.

verdade, se tivéssemos, por exemplo, relatórios, há universidades que têm esse hábito de relatórios anuais, a Agência poderia ter, poderia ser digital ou impresso. Se tivesse perdido a versão digital, mas tivesse a impressa, teríamos a informação, conseguiríamos recuperar a informação, mas nesse formato, nessa forma, não se consegue (E2).

A entrevistada também comentou sobre o fato de o DAG da UFSM ir além do que determina o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para o código relativo às “notícias da imprensa”, cuja guarda, pelo CONARQ, deve ser de apenas dois anos, podendo, depois, ser eliminadas.

Nós, como arquivistas, temos que obedecer ao código do CONARQ, não podemos arquivar menos tempo do que o Código diz, mas podemos arquivar mais tempo. A UFSM tomou a decisão de que dossiês de alunos, independente do prazo de guarda do CONARQ, serão permanentes, então, nesse mesmo formato, notícias da imprensa estamos guardando permanentemente. Produzimos um índice, indexamos todas elas e disponibilizamos para pesquisa (E2).

O entrevistado E3¹⁵, 33 anos, é formado em Sistemas de Informação e é Analista de TI na UFSM há quatro anos. Questionado sobre o que pode ter causado a perda de conteúdo noticioso do *site*, ele afirma que foi por não ter sido feita a migração do conteúdo anteriormente disponível por ocasião de uma mudança. Quando um *site* é alterado, conforme E3, não necessariamente muda a plataforma onde ele está inserido, o sistema operacional. Segundo ele, as versões mais antigas do portal da UFSM – o entrevistado sugeriu uma pesquisa pelo *Wayback Machine* para visualização das versões antigas, conforme relatado no subcapítulo 2.4 “Histórico do *site* da UFSM” – eram desenvolvidas com a utilização de um tipo de plataforma, e em 2011, o portal foi totalmente recriado, utilizando outra tecnologia, “provavelmente o *Phyton*¹⁶”.

Antes disso não sei te dizer o que utilizavam, mas provavelmente era alguma outra coisa, ou era tudo *Phyton*, mas HTML¹⁷ mesmo, não tinha nenhum sistema gerenciador por trás disso. Então, depois disso, em 2011, que foi desenvolvida essa nova plataforma, provavelmente essas notícias mais antigas não foram migradas (E3).

¹⁵ Entrevista concedida no dia 7 de maio de 2018.

¹⁶*Python* é uma linguagem de programação de alto nível, funcional. Possui tipagem dinâmica e uma de suas principais características é permitir a fácil leitura do código e exigir poucas linhas de código se comparado ao mesmo programa em outras linguagens. Devido às suas características, ela é principalmente utilizada para processamento de textos, dados científicos e criação de CGIs para páginas dinâmicas para a *web*. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Python>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

¹⁷HTML é uma abreviação para a expressão inglesa de *HyperTextMarkupLanguage*, que significa Linguagem de Marcação de Hipertexto. É o formato padrão para criação de páginas *online* e aplicações de *web*. Todos os navegadores atuais recebem documentos em HTML que são processados renderização e apresentação do conteúdo *online*. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

E3 cogita a possibilidade de o conteúdo jornalístico anterior a setembro de 2011 ainda existir em alguma fita (específica para *backup*) no CPD. Porém, acredita ser pouco provável. E para uma eventual recuperação deste material, seria necessário ver se estas informações ainda estão armazenadas e como estão armazenadas.

Se não me engano, acho que ainda tem o *backup* dessas versões antigas, e as notícias provavelmente ainda existam lá, nos *backups*, só não foram migradas para o *site* da UFSM. (...) Teria que verificar isso, se tiverem [armazenadas], acredito que a gente consiga recuperar, pode ser um pouco mais trabalhoso, mas se a gente tiver essa informação, a gente consegue recuperar. (...) Mas provavelmente pode ser que tenha sido perdido, provavelmente tenha sido perdido, se não tiver sido feito *backup* destas informações (E3).

E3 enfatizou que a preocupação com a migração de todo o conteúdo jornalístico é uma constante no processo de criação do novo *site*¹⁸. Segundo ele, do *site* atual [o anterior] serão migradas todas as notícias, contemplando o conteúdo disponível a partir de setembro de 2011. Na data da entrevista, ele contabilizou cerca de 22 mil notícias a serem migradas. “O conteúdo publicado nessa versão do *site*, que é de 2011 para cá, não perde nada. Tentamos manter tudo exatamente da forma que foi criado” (E3). O entrevistado mostrou, no computador, notícias já migradas e informou que, antes de o novo *site* entrar no ar, as últimas notícias publicadas também passarão por este processo.

O novo *site* foi desenvolvido em uma nova plataforma, o *Wordpress*, que é um CMS¹⁹ com uma tecnologia superior à da atual plataforma *Phyton*. Esta nova plataforma, de acordo com E3, além de oferecer mais funcionalidades no momento da edição do conteúdo (por exemplo, adicionar fotos, vídeos, áudios, tabelas), facilitando o trabalho e permitindo edições mais bem finalizadas, também deve dar mais garantias no que se refere à preservação do conteúdo publicado.

E3 explica que, no atual formato do *site*, as notícias ficam em uma espécie de banco de dados, o *SQLite*²⁰, mais simples, e no novo, vão ficar armazenadas numa *SQL*²¹, que é um pouco mais avançada, reduzindo as chances de perdas.

¹⁸ A entrevista foi concedida em 7 de maio de 2018, e o novo *site* foi ao ar em agosto de 2018.

¹⁹ CMS, sigla para *Content Management System* (Sistema de Gerenciamento de Conteúdo), é um aplicativo usado para criar, editar, gerenciar e publicar conteúdo de forma simples, permitindo que o mesmo seja modificado, removido e adicionado com facilidade. É um sistema que permite a criação, armazenamento e administração de conteúdos de forma dinâmica, através de uma interface de acesso via internet. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_gerenciamento_de_conte%C3%BAdo>. Acesso em: 30 ago. 2018.

²⁰ *SQLite* é uma biblioteca que implementa um banco de dados SQL embutido. Seu uso é recomendado onde a simplicidade da administração, implementação e manutenção são mais importantes que outros recursos. Usado comumente em *sites* com menos de cem mil requisições por dia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/SQLite>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Temos vários bancos de dados na Universidade, um é o do SIE²², que é utilizado para armazenar as informações de gestão da Universidade. A parte de notícias, no *site* atual eles utilizavam uma tecnologia que é o *SQLite*, então todas estas notícias ficam armazenadas em arquivo de texto, não tem um banco de dados fazendo a gestão deste tipo de informação. É um sistema um pouco mais simples do que um banco de dados. (...) É como se fosse [um banco de dados], só que para trabalhar com ele, recuperar informações de dentro dele, é um pouco mais complicado do que se estivesse trabalhando no SIE, por exemplo, ou nessa nova plataforma, nesse SQL, que é um banco de dados mais estruturado, dá mais opções de *backup* e mais funcionalidades. Nesse aspecto, tende a facilitar (E3).

Sobre o sistema de banco de dados da UFSM, E3 explicou que hoje se tem o *backup* “grosso” do *site*: é feito o *backup* de todo o servidor, mas é possível que arquivos sejam corrompidos ou afetados por vírus, especialmente porque o *SQLite* é um banco de dados mais utilizado quando não há tanta preocupação com a questão da informação armazenada. Assim, se houver alguma perda, pode-se dizer que é aceitável. Por isso, este tipo de banco de dados não deveria ser utilizado para este tipo de situação. Já o SQL oferece mais propriedades, que garantem uma melhor manutenção deste tipo de informação, é mais seguro. Desta forma, com a nova plataforma, segundo E3, “não devem ocorrer perdas, porque mantém o banco sempre validado para ver se tem algum problema ou não. (...) Tem algumas questões de segurança que vão melhorar utilizando esta nova plataforma” (E3). Isto é válido tanto para o conteúdo nato no novo sistema quanto para o que for migrado.

Ainda sobre o banco de dados da UFSM, o entrevistado E4²³, 42 anos, engenheiro eletricista com mestrado em Engenharia de Produção, Analista de TI na Instituição há nove anos, diretor do CPD desde dezembro de 2013 e integrante da Comissão GeDAI, afirma que hoje se tem o *backup* de todo o conteúdo do *site*, inclusive das notícias. “Então, no caso de uma situação de emergência, a gente consegue recuperar. A preservação ainda não está sendo realizada da forma como tem que ser, com os requisitos do RDC-Arq, mas os *backups* a gente tem hoje de toda a estrutura do *site*” (E4).

Os dados do SIE, dos sistemas, são armazenados num banco de dados corporativo da IBM, o DB2, que tem uma rotina de *backup* semanal e armazenamento das operações diárias. No momento que tem uma falha, consegue-se restaurar o *backup* e as operações feitas a partir dele até o momento da falha. A parte de notícias e *sites* é uma área independente, são serviços diferentes, não se utilizam dessa estrutura de dados, são armazenados em outros servidores, e o *backup* é feito num local

²¹ SQL, sigla para *Structured Query Language* (Linguagem de Consulta Estruturada), é a linguagem de pesquisa declarativa padrão para banco de dados relacional. A linguagem é um grande padrão de banco de dados. Isto decorre da sua simplicidade e facilidade de uso. Ela se diferencia de outras linguagens de consulta a banco de dados no sentido em que uma consulta SQL especifica a forma do resultado e não o caminho para chegar a ele. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/SQL>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

²² Sistema de Informações Educacionais.

²³ Entrevista concedida no dia 15 de maio de 2018.

específico e depois, para mais longo prazo, não lembro exatamente de quanto tempo, essas cópias são baixadas para fitas específicas para *backup*, para armazenamento mais estável (E4).

Sobre a periodicidade deste *backup*, E4 disse não ter certeza, mas acredita ser mensal. Também afirmou que o *backup* não é totalmente seguro.

Nenhuma estrutura é 100% segura. (...) Eu te diria que, mantendo o *backup* hoje, a gente consegue evitar os principais incidentes, que seriam queima de equipamento, de disco. Então, não perdemos grande quantidade de dados nesta situação (...). O ideal seria ter outro local para replicar essa informação, com a segregação física teria pelo menos uma garantia maior, mas nenhuma delas vai dar 100% de segurança (E4).

A solução, na visão de E4, passa pelo já citado RDC-Arq, um Repositório Digital Confiável Arquivístico que deverá ser implantado na UFSM, embora ainda sem prazo, como ferramenta resultante das discussões da Comissão GeDAI.

A entrevistada E5²⁴, 45 anos, formada em Arquivologia com mestrado em Patrimônio Cultural, arquivista na UFSM desde 2008, membro da Comissão GeDAI, relata que a Comissão foi criada para escrever e executar um projeto com o objetivo de informatizar a gestão, a preservação e o acesso aos documentos digitais da UFSM, para que se utilize um único sistema informatizado para gerir a documentação da Universidade, com especial atenção à preservação dos documentos digitais que já vêm sendo produzidos nos últimos anos, bem como àqueles que serão gerados e tramitados eletronicamente, os chamados documentos nato digitais.

Assim, conforme E5, o Projeto GeDAI, encabeçado pelo DAG, buscou viabilizar ações para incluir os documentos digitais na gestão arquivística. “Esse projeto foi necessário, pois a estrutura administrativa da UFSM, tal como está hoje, não prevê a integração efetiva entre as unidades responsáveis pela criação e gestão de documentos digitais. Esse projeto teve o propósito de estudar o que fazer e mostrar como fazer acontecer, levando em consideração as características e a realidade da UFSM” (E5).

Os principais resultados do Projeto foram a criação do módulo Plano de Classificação no SIE, que é o principal instrumento de gestão documental a ser utilizado pelo DAG, e as definições de como fazer a preservação digital, cujas diretrizes estão explícitas na Política de Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos Digitais, produzida pelo DAG com assessoria da Comissão GeDAI.

²⁴ Entrevista concedida no dia 16 de maio de 2018.

Atualmente em tramitação nos Conselhos Superiores da UFSM, a política, segundo E5, abrange essencialmente a questão de infraestrutura e responsabilidades na implantação, manutenção e gestão do sistema de preservação digital da UFSM, que deve ser capaz de reunir toda a produção digital arquivística da Universidade. Não estão contemplados aspectos referentes ao conteúdo documental, ou unidades produtoras, o que cabe ao DAG gerir. Trata-se de um “instrumento que apresenta as principais diretrizes que norteiam a preservação de documentos digitais de guarda permanente. Importante ferramenta de gestão documental a ser utilizada pelo DAG” (E5).

Já o entrevistado E4 complementa:

A política trata da preservação digital num conceito mais amplo. Detalha que os documentos produzidos pela Universidade devem ser preservados. Quais documentos, isso tudo é um trabalho posterior à política. As notícias, no meu entender, se enquadrariam nisso. Teria uma definição de que notícias são documentos, assim como *sites*, vídeos, e que deveriam ser preservados (E4).

A partir da aprovação e implementação²⁵ da Política de Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos Digitais na UFSM, a expectativa é de que as unidades diretamente responsáveis pela sua execução iniciem as ações visando à efetiva implementação e uso do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), chamado de Arquivo Permanente Digital da UFSM, segundo E5.

Com a política implantada, com toda a estrutura que precisa existir na UFSM para fazer a preservação desta documentação, toda a documentação produzida pela UFSM nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração que é digital e é de guarda permanente, tem valor histórico, é memória da UFSM, estará resguardada neste sistema, que podemos dizer que é o arquivo permanente, o arquivo histórico digital, gerido pelo DAG, e nesta sequência, as unidades interessadas, em contato com o DAG, se organizam para executar ações (E5).

Segundo E5, a implantação em si do Projeto GeDAI vai depender de uma posição da alta administração em adotar essas medidas institucionalmente, já que envolve investimento em equipamentos, e da capacidade do DAG e CPD executarem as ações cabíveis pertinentes a cada um. “A preservação digital jamais será automática, por si só. Em nenhum momento, em nenhuma instituição. Sempre vai depender de pessoas, legislação, decisões, ações e dinheiro. A temática em si é complexa” (E5).

²⁵ Na dependência dos trâmites nos Conselhos Superiores da UFSM, por isso o autor não teve acesso ao texto integral.

As responsabilidades estão definidas na Política de Preservação e Acesso. Resumidamente, ao CPD cabe dar apoio e suporte à infraestrutura necessária à implantação e bom funcionamento do sistema informatizado em si, e, ao DAG, cabe a execução da gestão documental. A partir das diretrizes da legislação de preservação documental, o CPD terá a incumbência de executar as ações determinadas pelo DAG na ferramenta de preservação digital, o RDC-Arq.

O RDC-Arq “é um repositório digital que é capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário” (CONARQ, 2014, p. 9). Armazena e gerencia documentos arquivísticos digitais tanto nas fases corrente e intermediária quanto na permanente. Deve ser capaz de gerenciar os documentos e seus metadados²⁶ de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação; e resguardar as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade e a relação orgânica entre os documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2014).

Conforme Kroth et al. (2016), a fase da implantação de um RDC-Arq na UFSM iniciou com a realização de uma análise das normas e referências internacionais e nacionais. Nesta etapa, o objetivo principal é armazenar os documentos arquivísticos digitais de prazo de guarda permanente. Foi realizada a pesquisa de soluções existentes que atendam aos requisitos estipulados, como, por exemplo, os do CONARQ, e a utilização dos repositórios com o propósito de simular casos reais e validar as soluções encontradas.

Como “a adoção de formatos digitais abertos configura-se, adicionalmente, como medida de preservação recomendável e necessária” (CONARQ, 2011 apud KROTH et al., 2016), optou-se pela adoção do *Archivematica*, um *software* livre, código aberto, em conformidade com as normas e requisitos internacionais. “A recomendação final da Comissão GeDAI é de que seja institucionalizado o uso do *software Archivematica* como RDC-Arq da UFSM” (E5).

A entrevistada E2 explica que, com o *Archivematica*, o próprio servidor da própria unidade produtora vai enviar, via computador, a produção documental digital para o *Archivematica*, num procedimento chamado de recolhimento, gerando uma guia de recolhimento automática. Este procedimento deverá ser adotado também para a produção noticiosa do *site* institucional.

²⁶ Dados estruturados e codificados, que descrevem e permitem acessar, gerenciar, compreender dados e/ou preservar outros dados ao longo do tempo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 116). Segundo a entrevistada E2, no caso da produção jornalística do *site*, os metadados precisam ser definidos em conjunto entre Agência de Notícias, DAG e CPD.

Quando a unidade envia o documento para o *Archivematica*, ele blindar, e aí esse documento vai ter total segurança, fidedignidade, autenticidade, tudo que é necessário para o documento arquivístico. Dali, depois, vai ser enviado para outro local, para pesquisa, que no caso agora é a plataforma Fonte - o ICA-AtOM [interface para acesso aos documentos]. Então, este procedimento do arquivo é que é urgentíssimo na Instituição (E2).

E4 também enfatizou a importância do RDC-Arq. “Não tem como escapar, tem que ter” (E4). Mas alertou para a necessidade de garantir acesso a documentos em formatos que possam ficar obsoletos. “Esse repositório tem que evoluir com o tempo, de forma que, no momento que formos acessar essa informação novamente, ele entregue um formato que possa ser lido” (E4).

O RDC-Arq a ser implantado na UFSM é apenas uma parte da engrenagem da gestão documental arquivística, segundo E5. A outra parte é o banco de dados do CPD, com o armazenamento dos documentos, das informações, dos metadados e da gestão destes dados no sistema. Em outra ponta estão as diferentes plataformas existentes hoje, como o SIE, o Fonte, o Farol, entre outros locais de produção e de acesso aos documentos, como o portal institucional.

No momento que conseguirmos colocar em prática este sistema, que é o resultado final do Projeto GeDAI, teremos o sistema de gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos da Universidade. Esse sistema fará a preservação e a gestão de todos os documentos em qualquer suporte. (...) Este é o sistema de gestão de documentos arquivísticos institucionais, que é o objetivo do DAG. Esta ferramenta é o que é o objetivo do Projeto GeDAI. O resultado deste projeto é fornecer para os órgãos envolvidos, o CPD e o DAG, um roteiro do que deve ser feito, de como fazer, recomendações técnicas específicas, observação às normativas vigentes legais, os próximos passos em relação ao uso da ferramenta e a importância de ações de preservação imediata aos documentos digitais (E5).

Porém, ainda não há prazo para a utilização do RDC-Arq na UFSM. De acordo com E5, o CPD alega que não tem condições de viabilizá-lo até 2019. Pelo cronograma de ações do CPD e do DAG, a parte do repositório está prevista para 2019/2020. Mas há a dependência de orçamento para infraestrutura de armazenamento, e neste aspecto é que está a maior incerteza. A execução também depende da aprovação da Política de Preservação Digital e das diretrizes que o DAG deverá estabelecer. “Daí que entra a situação da alta administração querer fazer acontecer de fato o que o estudo do Projeto GeDAI já demonstrou ser possível realizar” (E5).

A implantação esbarra em questões financeiras, visto que demanda investimento em equipamentos, e técnicas, segundo o entrevistado E4.

O maior problema do repositório é espaço de armazenamento, porque estes objetos digitais tendem a crescer exponencialmente. Isso é uma coisa que preocupa bastante a gente. Então, hoje não temos uma ideia de quanto de espaço precisaríamos ter, mas temos valor estimado pelo crescimento, e essa estrutura nova teria que ser escalável, conforme a necessidade. No momento que preciso adicionar mais 300T, teria que ter condições de colocar o equipamento em pouco tempo, diria em um dia ou dois, no máximo, eu ter esse espaço já disponível. Essa estrutura a gente não tem hoje (E4).

Para E2, concomitantemente à implantação do sistema, também é urgente que a Instituição como um todo tenha um olhar voltado à preservação da memória institucional. Em muitos setores, a classificação arquivística para posterior envio ao Arquivo Permanente não é uma prática sistemática.

Assim, E2 considera o RDC-Arq a solução para a questão da preservação digital na UFSM, mas enfatiza que esta solução depende de todos, não só do DAG.

Primeiro, precisa mudar essa cultura dentro da Universidade, do ponto de vista de que os setores precisam ser responsabilizados a fazer o arquivamento, a classificação, preservar aquela informação e depois enviar. (...) As unidades precisam ser responsabilizadas pela sua memória, porque o DAG não vai conseguir dar conta de tudo, nem que coloquemos mais 50 arquivistas aqui. (...) O RDC-Arq é a solução, mas tem um pacote ao redor dele que precisa ser trabalhado nesse sentido (E2).

Neste aspecto, E2 já observa avanços, como, por exemplo, a discussão levantada neste projeto.

[...] acho que aí que é o grande ganho: não é o DAG que está pedindo para a Agência guardar sua memória (...) A chefia da Coordenadoria também precisa ter essa perspectiva, esse viés da preservação da memória (...), porque o DAG vai intermediar, mas ele só vai conseguir ter no seu arquivo histórico, que ele custodia, que é da UFSM, a informação, o que a Agência preservar e enviar para o arquivo (E2).

A Comissão GeDAI foi criada com o propósito específico de elaborar e executar um projeto com duração de quatro anos, a ser concluído em dezembro de 2018. Na avaliação de E5, o projeto atendeu ao objetivo proposto de estudar e planejar quais são as ações e como estas devem ser executadas para que a UFSM tenha, efetivamente, um sistema de gestão, preservação e acesso informatizado, capaz de gerir toda a produção documental arquivística da Universidade, em qualquer suporte, com ênfase para a preservação de documentos digitais. “A expectativa que temos é de que as unidades envolvidas deem continuidade às ações, que a comunidade interna seja conscientizada da importância e das especificidades inerentes à gestão e preservação dos documentos digitais da nossa universidade” (E5).

Desta forma, seriam evitadas perdas como a da produção jornalística da Agência de Notícias antes de setembro de 2011. Perda esta que E5 qualifica como “bastante delicada”.

A Agência é estratégica, na minha visão, e para a administração como um todo também, justamente por essa natureza que tem de divulgar as ações que acontecem na UFSM, no ensino, pesquisa, extensão, abertura de edital, evento cultural, ação específica de um projeto... São notícias que interessam para alunos, servidores, fornecedores, enfim, toda a comunidade interna e externa. Então, esta documentação é estratégica para o pesquisador, seja acadêmico ou não, e esta lacuna vai prejudicar, porque onde vamos encontrar esta informação? Vamos ter que procurar fontes externas, que talvez não tenham estas informações. É um prejuízo para a memória, sem sombra de dúvidas (E5).

E5 afirma que a Comissão GeDAI vê a questão da preservação jornalística como de extrema relevância, “porque faz parte da história da UFSM”. Em relação ao conteúdo digital, esta preservação deve ser feita

[...] com mais urgência, em função da fragilidade da própria natureza deste documento, que está num suporte que é sensível às evoluções tecnológicas, de *hardware* e *software*, e a questão mesmo de preservação na Instituição, de *backups*, uma série de questões que estão envolvidas que tornam este documento mais frágil, e ações mais emergenciais e específicas devem ser tomadas para preservar (E5).

A entrevistada E5 ainda destaca que o trabalho de conscientização sobre a preservação arquivística digital na Instituição deve partir do DAG, que existe há 28 anos. Considera que muitos servidores, no cotidiano do seu fazer, não têm consciência de que o resultado do seu trabalho vai servir de fonte de pesquisa no futuro, “que nos próximos anos alguém vai precisar recorrer àquelas informações para contar uma pequena história, um trecho ou um percurso de um órgão, de uma unidade” (E5).

E5 também comentou sobre o fato de o atual conteúdo jornalístico do *site* estar preservado por *backup*: “Não é ideal, não é suficiente, mas que bom que existe, porque nestes *backups* se consegue resgatar alguma coisa. Se não existisse não recuperaríamos nada” (E5). Ainda foi questionada se, além do *backup* e do vintouro RDC-Arq, sugeriria outras estratégias de preservação. “A adoção de estratégias de preservação complementares só será possível após um estudo minucioso do fluxo de trabalho, documentos produzidos, etc., pelo setor e atividade em questão. E essa tarefa compete ao DAG, na atual estrutura administrativa da UFSM” (E5).

A entrevistada E6²⁷, 40 anos, jornalista com doutorado em Comunicação, Diretora de Programação há 10 anos e coordenadora de Comunicação Social desde maio de 2017, considera a preservação permanente da produção jornalística digital da Agência de Notícias “uma questão essencial, central, para a preservação da memória da UFSM e para a própria segurança jurídica da Instituição” (E6). Ela destacou iniciativas em conjunto com o Departamento de Arquivo Geral em projetos de preservação do acervo sonoro, audiovisual e fotográfico da Coordenadoria de Comunicação Social.

Em relação à Agência de Notícias, nós tivemos uma dificuldade eventual com um processo que houve em 2011, e em função disso também, cada vez mais, consideramos que é importante ter todo este acompanhamento, este critério, para que os dados e as memórias da Universidade sejam garantidos (E6).

E6 afirma que vêm sendo mantidas conversas com o DAG e uma das preocupações já levantadas diz respeito à disponibilização de conteúdos da Coordenadoria em plataformas que são de propriedade particular ou de grandes provedores internacionais, como *Google*, *Facebook* e *Youtube*, sendo que estes conteúdos deveriam estar em plataformas sob administração e responsabilidade da UFSM e também independentes, para garantir autonomia e preservação, sem o risco de serem descartados.

Neste aspecto, conforme E6, as notícias produzidas pela Agência, já estando disponíveis em domínio da UFSM na internet, “não seriam um problema tão grave”. Ainda assim, referindo-se à perda registrada, afirma que “nessa fase de substituição do novo *site* vai ter que haver certamente todo um cuidado para que esta questão não ocorra novamente” (E6).

Por enquanto, segundo E6, a Política de Comunicação da UFSM, aprovada em abril de 2018, ou qualquer outra normativa não contemplam o aspecto da preservação, mas a entrevistada acredita que esta deve ser uma questão “discutida e encaminhada”, dada sua importância, que vem sendo observada pelos próprios profissionais, tradicionalmente pouco atentos a este aspecto.

A gente, que trabalha com jornalismo, tem muito o perfil do imediatismo, da produção urgente da notícia do momento, daquilo que a gente tem que divulgar (...), a gente não tem a cultura, no jornalismo, da preservação da memória (...), da necessidade de preservação destes conteúdos como preservação da memória. Então, penso que há um amadurecimento da Universidade como Instituição, e da própria Coordenadoria, nos últimos anos (...), no sentido de valorizar estes projetos de

²⁷ Entrevista concedida no dia 28 de maio de 2018. Em julho do mesmo ano, a entrevistada encerrou seu trabalho na UFSM para assumir outro cargo para o qual foi concursada. Atualmente a Coordenadoria está sob responsabilidade de uma professora do Departamento de Ciências da Comunicação, CCSH/UFSM.

preservação da memória, de ampliar cada vez mais a parceria com o DAG, que faz um trabalho fantástico, essencial (E6).

Também foi questionado para duas entrevistadas (E2 e E6) se a preservação do conteúdo jornalístico digital da Agência de Notícias deveria ser integral, abarcando todo o conteúdo, indiscriminadamente, ou poderiam ser selecionados os conteúdos a serem preservados. Para E6, jornalista, trata-se de uma questão delicada, sendo necessária uma análise criteriosa, em conjunto entre as áreas da Comunicação e de Arquivo, para que fossem definidos alguns critérios mínimos que estabelecessem quais os conteúdos a serem preservados. “Mas [estes critérios] precisam existir, até para não ocasionar um trabalho desmedido que muitas vezes vai resultar em um tipo de categoria que não é tão necessária, digamos assim, de preservação, enquanto outras são mais relevantes” (E6).

Já para E2, arquivista, não deveria haver qualquer tipo de triagem.

Acho que precisa ser guardado na totalidade, e acho que guardar tudo não é problemático, não deve ter seleção, porque tem aquela notícia que para mim pode parecer desnecessária, mas, se foi publicada, é porque aquele evento foi marcante, e muitas vezes temos nos deparado com situações em que aquela notícia é a única, quase que única fonte de informação sobre aquele evento (E2).

Da mesma forma que E6, enquanto gestora, enfatizou o interesse da Coordenadoria de Comunicação Social na preservação do conteúdo jornalístico digital da Agência de Notícias, a entrevistada E7²⁸, 51 anos, formada em Arquivologia com Mestrado em Patrimônio Cultural, arquivista na UFSM desde 1993 e diretora do DAG desde março de 2017, ressaltou que o Departamento “tem um interesse bem grande nessa preservação, porque entendemos da importância para a memória da Universidade como um todo” (E7). Para a entrevistada, não apenas documentos como diários de classe, portarias e resoluções devem ser preservados no repositório digital institucional, mas todos os que têm guarda permanente garantida, como o conteúdo jornalístico do *site*.

E7 manifestou sua satisfação com o fato de que mais setores da Instituição estão atentando para a importância da preservação da documentação arquivística, bem como com o encaminhamento que vem sendo dado a esta problemática.

Fico bem feliz que também outros setores, outras áreas, já estão vendo essa importância, não só de produzir a informação, a notícia, que é tão importante para a UFSM e para a comunidade (...). A importância é imensa, tem todo o apoio do DAG, dos arquivistas e também da administração superior. Na atual gestão há uma

²⁸ Entrevista concedida no dia 23 de maio de 2018.

preocupação nesta parte da preservação, de gestão dos documentos digitais, que é única (...). Há muito tempo viemos tentando dialogar com o CPD para unir, não fazer só a gestão do documento arquivisticamente falando, mas também usar as ferramentas de TI (...). Finalmente vamos conseguir manter, não para nós, é para a Instituição e para a sociedade em geral, um trabalho tão importante que é feito, jornalisticamente falando, e que pode correr o risco de se perder, com a obsolescência, com a falta de migração (E7).

O entrevistado E4 também observa uma mudança de postura.

Até um tempo atrás, a visão de TI era muito focada em atender os serviços e garantir o serviço, o *site* funcionando, o sistema para postagem de notícias funcionando, e não com a continuidade deste serviço, com a garantia de que aquilo esteja disponível, que o passado esteja disponível. É uma mudança de visão que começou com a discussão sobre documentos digitais. Então, isso é cada vez mais inevitável e a gente tem que se preocupar cada vez mais com isso. Mas é um mundo a se conhecer (...). A gente vai ter que fazer e a gente já tem esta percepção, o que falta agora é estruturar isto, este ambiente de preservação (E4).

A entrevistada E7 ainda elogiou a iniciativa deste projeto: “Fico bem feliz de ver este trabalho, que vem ao encontro (...). Para nós, as considerações vão ser bem importantes” (E7).

A partir destes relatos, em acréscimo às informações já disponibilizadas mediante consulta documental, é possível chegar a algumas conclusões a respeito do tema em discussão. O problema que desencadeou tal projeto de Dissertação – a perda do conteúdo do *site* antes de setembro de 2011, considerada “gravíssima” pela entrevistada E2 – é decorrente, a partir do relato do entrevistado E3, da não migração do material jornalístico então disponível por ocasião da recriação do *site*, quando passou a ser utilizada nova tecnologia.

O entrevistado E4 afirma que todo o conteúdo do *site*, inclusive as notícias – mesmo as que não estão mais acessíveis –, está preservado em *backups* – cuja frequência com que são feitos não foi informada – e este conteúdo poderia ser recuperado em uma “situação de emergência”. No entanto, a permanência deste conteúdo em *backups* do CPD é uma incógnita. E3 acredita ser “pouco provável”. E uma eventual recuperação deste material dependeria de como este conteúdo está armazenado.

Mesmo o fato de haver *backup* não contemplaria o problema da forma adequada. Tanto o entrevistado E3 quanto a entrevistada E5 destacam a importância do *backup*, mas com a ressalva de que não é o ideal. O *backup* é uma caixa-preta à qual não se tem acesso imediato, apenas em situações emergenciais, conforme E3. E não há garantia de que preserve o conteúdo em sua totalidade. Ou seja, *backup* não significa preservação digital, sendo apenas um recurso disponível para situações extremas.

A entrevistada E2 apontou também que a perda do conteúdo jornalístico poderia ter sido pelo menos amenizada. Para ela, “faltou, de um lado, a política arquivística, o DAG talvez mais presente nos setores (...), e de outro lado (...), do setor, das chefias (...), de ter esse pensamento da preservação do produto gerado”. No caso específico da Agência de Notícias, a entrevistada observou que a impressão de relatórios com as notícias amenizaria a perda.

Outra conclusão é que ainda não há a identificação, de forma unânime por parte dos servidores entrevistados, da produção jornalística da Agência de Notícias enquanto documentação permanente, conforme estabelecido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do DAG. Tanto que, mesmo com a questão levantada, não houve nenhuma iniciativa no sentido de buscar a recuperação da produção jornalística perdida, nem mesmo averiguar se isso seria possível. É como se o conteúdo jornalístico tivesse importância secundária no arranjo documental da UFSM – embora seja uma atividade-meio, o DAG o tem como uma produção de guarda permanente.

Ressalta-se, aqui, a iniciativa do DAG em fazer mais do que determina o CONARQ em relação à guarda da produção jornalística: demonstra a visão de que o jornalismo é estratégico para a preservação da memória institucional e o compromisso em efetivar esta preservação na prática, por meio dos projetos já desenvolvidos de forma exitosa. No entanto, nota-se a falta deste mesmo direcionamento para os documentos digitais gerados na Instituição.

O que foi garantido por ocasião das entrevistas – e de fato cumprido – foi a migração de toda a produção jornalística que estava disponível na versão anterior do *site* para a nova versão, lançada ao ar em agosto de 2018, o que já pode ser considerado um resultado desta Dissertação, uma vez que a pesquisa estava sendo realizada com as pessoas que detinham o poder de tomar a decisão de não permitir novas perdas. A questão estava posta como problemática, e a não observância da possibilidade de perda poderia ser vista como imperícia de servidores. A discussão suscitada por este trabalho pode, então, ter contribuído no sentido de alertar os envolvidos para a importância desta questão.

Além disso, o entrevistado E3 afirmou que a plataforma do novo *site*, o SQL, “é mais segura”, devendo minimizar o risco de perda de conteúdos, pois mantém o banco de dados sempre validado para detectar eventuais problemas. Ainda assim, está longe de ser a solução ideal. A expectativa a partir de agora, para que os erros do passado não se repitam, recai sobre o RDC-Arq, o Repositório Digital Confiável Arquivístico, em vias de ser implantado na UFSM, conforme relatado. Ferramenta resultante das discussões da Comissão GeDAI, o RDC-Arq – parte fundamental de uma engrenagem, conforme explicou a entrevistada E5 –

consiste em um sistema informatizado único para gerir a documentação da Universidade, especialmente a digital, mantendo-a autêntica e acessível. Optou-se pela adoção do *Archivematica*, um *software* livre, de código aberto, em conformidade com as normas e requisitos internacionais preconizados pela comunidade arquivística.

Porém, devido a questões financeiras – investimentos necessários em equipamentos –, ainda não há data para a utilização deste repositório na UFSM, apesar de estar tudo pronto para o CPD colocá-lo em prática, conforme informou a entrevistada E5. Ainda assim, o cronograma de ações do CPD e do DAG prevê que o repositório entre em operação no biênio 2019/2020.

E5 ainda observou que a execução depende ainda da aprovação da Política de Preservação e Acesso aos Documentos Digitais, resultante também das deliberações da Comissão GeDAI e de órgãos internos e atualmente em tramitação nos Conselhos Superiores da UFSM, bem como das diretrizes que o DAG deverá estabelecer. Esta política deverá abranger basicamente a parte de infraestrutura e as responsabilidades na implantação, manutenção e gestão do sistema de preservação digital da UFSM. O conteúdo documental a ser preservado não estará contemplado neste texto, isto é, a política não determinará quais os documentos deverão ser mantidos. Essa definição será posterior, mas deverão ser aqueles que o DAG já define como de guarda permanente, incluindo a produção jornalística da Agência de Notícias.

Na esteira da implementação do RDC-Arq e da aprovação da Política de Preservação e Acesso aos Documentos Digitais, as unidades produtoras, a partir de contato e definições com o DAG, é que irão enviar, via computador, sua produção documental digital para o *Archivematica*, que fará a blindagem deste material. A pesquisa deste conteúdo, autêntico e preservado, será via ICA-AtoM, conforme relatado pelos entrevistados.

Todos os entrevistados que discorreram sobre este assunto foram unânimes em ressaltar a importância do repositório digital confiável para a preservação da documentação digital da UFSM, mas alguns enfatizaram também que é preciso uma mudança de postura por parte da Instituição como um todo: que a preservação da memória institucional passe a ser vista como algo de extrema relevância, contando com a colaboração de cada servidor em seu local de trabalho, naturalmente com o incentivo e apoio das chefias.

Entrevistas com gestoras da Coordenadoria de Comunicação Social (então em exercício) e do Departamento de Arquivo Geral permitiram novas perspectivas sobre o estudo. A entrevistada E6, por exemplo, afirmou que a preservação da produção jornalística, dada sua relevância, deveria ser inclusive “discutida e encaminhada” pela Política de

Comunicação da UFSM, que nada prevê neste aspecto. Ela observa também uma mudança de postura dos profissionais da comunicação da Universidade, cada vez mais atentos à questão da “preservação da memória”. Da mesma forma, a entrevistada E7 analisou que mais setores da Instituição estão vigilantes com relação à preservação da documentação arquivística, e neste aspecto elogiou a iniciativa do estudo em curso: “Fico bem feliz de ver este trabalho”.

Outra questão levantada para duas das entrevistadas foi se a totalidade das notícias publicadas pela Agência no *site* deveria ser preservada ou se poderia ser feita uma seleção, a partir de critérios pré-determinados. A entrevistada E5 considerou importante definir, em conjunto entre as áreas de comunicação e arquivo, critérios básicos que definissem quais os conteúdos a serem preservados, considerando que há alguns mais relevantes do que outros. Já a entrevistada E2 defendeu a preservação do conteúdo em sua integralidade, alegando que, em muitos casos, a notícia publicada é a única fonte de informação sobre determinado assunto. Isso denota também a necessidade de se criar um Grupo de Trabalho que reúna-se para deliberar sobre o tema, preparando o terreno para uma mudança efetiva de atitude frente aos documentos digitais noticiosos da UFSM.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho objetivou discutir a preservação da informação jornalística digital produzida na Agência de Notícias da UFSM, garantindo a esta produção guarda e acesso para as próximas décadas, ou até mesmo séculos, salvaguardando a memória institucional. O ponto de partida foi um fato concreto: todas as notícias e reportagens publicadas desde as primeiras versões do *site*, na década de 1990, até 9 de setembro de 2011, não estavam mais disponíveis pela internet, criando uma lacuna na produção jornalística institucional, especialmente a partir de 2008, quando o portal *web* passou a ser a única mídia escrita da Instituição.

A partir de pesquisas documentais, descobriu-se que a produção jornalística é considerada de guarda permanente pelo Departamento de Arquivo Geral (DAG), órgão responsável por coordenar o sistema de arquivos e desenvolver a política de gestão arquivística da UFSM, mantendo sob sua custódia documentos de caráter permanente, oriundos das atividades dos órgãos administrativos e das unidades de ensino, pesquisa e extensão.

É graças ao trabalho do DAG que a produção jornalística impressa de caráter institucional produzida na Universidade desde a década de 1960 está preservada, por meio de iniciativas como o Índice de Reportagens em Periódicos da UFSM, que permite a qualquer interessado revisitar episódios da história da UFSM noticiados em publicações impressas. Por meio desta iniciativa, por exemplo, foi possível levantar todos os veículos oficiais que a Instituição já teve, seus nomes, características e período de circulação.

O risco de perda informacional se instala a partir do momento em que, sem veículos impressos, a internet passa a ser o principal e único meio de divulgação de jornalismo escrito da Universidade. Sem a garantia do suporte papel, a produção de vários anos acabou perdida, afetando drasticamente a recuperação da memória institucional.

Além de fazer uma retrospectiva histórica do processo comunicacional da UFSM, reconhecendo a estrutura da Agência de Notícias dentro da Coordenadoria de Comunicação Social ao longo dos anos e na atualidade, um levantamento quantitativo permitiu observar o grande número de conteúdos publicados no *site* pela Agência. Entre 2015 e 2017, foram exatos 8.275 textos jornalísticos, atestando a importância do portal enquanto meio de divulgação da UFSM para as comunidades acadêmica e externa. Entre as matérias publicadas neste período analisado, algumas de grande relevância para a Instituição, como a cobertura do último Vestibular e a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Portanto, não se trata apenas de números, mas de conteúdo de impacto social.

As entrevistas foram de grande importância para esclarecer pontos cruciais deste trabalho. Por exemplo, revelou-se que a perda de conteúdo jornalístico do *site* foi devido à não migração dos textos por ocasião de uma mudança tecnológica ocorrida em 2011, quando passou a ser utilizada uma nova plataforma para gerenciamento do portal – portanto, uma perda que poderia ter sido evitada. A possibilidade de o conteúdo que não está mais disponível para consulta ainda estar preservado por *backup* no CPD é considerada improvável – e não houve interesse de checagem, mesmo com a provocação da presente pesquisa.

O RDC-Arq *Archivematica*, que deve ser implementado na UFSM – embora ainda sem prazo definido –, surge com a perspectiva de resolver a problemática da preservação dos documentos digitais, inclusive da produção jornalística da Agência de Notícias. Trata-se de uma iniciativa importante, resultado do trabalho da Comissão GeDAI, que deverá colocar a UFSM em conformidade com as normas e requisitos internacionais neste aspecto. A Política de Preservação e Acesso aos Documentos Digitais, ainda a ser aprovada pelos Conselhos Superiores da Universidade, deverá estabelecer as diretrizes a serem seguidas, para posterior início do processo de recolhimento das próprias unidades produtoras de documentação permanente ao *Archivematica*. O início deste trabalho ainda depende de definições e acertos do DAG com os respectivos setores.

Atendendo aos objetivos propostos, este trabalho faz recomendações, reunidas por setores específicos no Apêndice A, no sentido de que a Instituição não perca a oportunidade que se vislumbra num futuro próximo para encaminhar a solução definitiva à problemática da preservação dos documentos digitais, incluindo a produção jornalística da Agência de Notícias, já afetada por uma perda expressiva que abrange todo o conteúdo publicado desde os primórdios do *site* até setembro de 2011. O contexto de crescente produção de documentos nato digitais requer que as instituições adotem medidas que evitem ou pelo menos minimizem significativamente o risco de extravios de documentos em quaisquer das idades de seu ciclo vital, mas sobremaneira aqueles que chegam à fase permanente, relevantes para a pesquisa histórica, como é o caso do conteúdo noticioso institucional.

Esta preocupação deve ser levada a toda a Instituição, compartilhada, de forma que cada setor atente para a questão da preservação daquela documentação que é produzida em seu cotidiano, seja atividade-fim ou atividade-meio, tendo como objetivo final a memória institucional, afinal, preservar a memória é preservar a imagem institucional.

Como sugestões para estudos posteriores, a averiguação de como será o funcionamento do RDC-Arq após sua implementação, bem como de que forma se dará o

processo de recolhimento de documentos dos setores diretamente para o *Archivematica*, em especial os textos jornalísticos do *site*, e a acessibilidade do conteúdo preservado aos usuários.

REFERÊNCIAS

ANDRELO, R.; BIGHETTI, W. V. F. A internet como instrumento da democracia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 52-68, mai. 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3590>>. Acesso em: 24 out. 2017.

ARELLANO, M. A. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 83-91, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/23074/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1043>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

AROUCHE, T. V. V. **Comunicação e/ou informação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná e na Universidade Federal da Integração Latino-Americana**: estudo de caso múltiplo em novas universidades federais. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ARQUIVO NACIONAL. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Rio de Janeiro: Conarq, 2005a. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_pr_servacao.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Conarq, 2001. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005b. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. **Diretrizes para implementação de Repositório Digital Confiável de documentos arquivísticos**. Rio de Janeiro: Conarq, 2014. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BARBOSA, A. A. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Intercom, 2012. Disponível em: <<http://portal.eusoufamecos.net/o-lugar-da-memoria-institucional-nas-organizacoes-complexas/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BARICHELLO, E. M. R. Trajetória da UFSM e suas relações comunicacionais com a sociedade. In: BARICHELLO, E. M. M. R. (Org.). **Visibilidade midiática, legitimação e responsabilidade social**: dez estudos sobre as práticas de comunicação na universidade. Santa Maria: Facos/UFSM, 2004.

BARICHELLO, E. M. R. **Universidade e comunicação**: identidade institucional, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnocultural. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BARICHELLO, E. M. R.; BARLETE, A. R. L. As organizações na sociedade em rede: uma proposta de análise das estratégias comunicativas internacionais da universidade contemporânea. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Intercom, 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/152733019994131355965104762367461972823.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. Comunicação pública e liberdade de informação: condições básicas para mídias legislativas. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Cristiane-Brum.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BATISTA, C. L. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 225-231, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010337862010000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 233-269, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a01v17n2>>. Acesso em: 24 out. 2017.

BERNARDES, C. B. As fontes de informação nas mídias legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 32-49, 2011. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/284>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 2.431/2015**. Dispõe sobre o patrimônio público digital institucional inserido na rede mundial de computadores e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jul. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=95A24302088B999975B87882E2E39751.proposicoesWebExterno2?codteor=1363213&filename=PL+2431/2015>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. Decreto nº 7.379, de 1º de dezembro de 2010. Dá nova redação e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.555 de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7379.htm>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei8159-8-janeiro-1991-322180-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12682-9-julho-2012-613529-publicacaooriginal-136940-pl.html>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Avalia%C3%A7%C3%A3o+externa+de+institu%C3%A7%C3%B5es+de+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+diretrizes+e+instrumento/b5353582-a9ab-4993-b50a-03d5184f5a18?version=1.2>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: INEP, 2004. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. Secretaria de Comunicação Social. Instrução Normativa SECOM-PR nº 8, de 19 de dezembro de 2014. Disciplina a implantação e a gestão da identidade padrão de comunicação digital das propriedades digitais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/arquivos-de-instrucoes-normativas/2014in08-comunicacao-digital.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016**. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-depesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midiapbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

CANAVILHAS, J. **A internet como memória**. Lisboa: BOCC, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-internet-como-memoria.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

CARVALHO, G. C.; LEMOS, A. C. F. V. O uso da internet na universidade. In: BARICHELO, E. M. M. R. (Org.). **Visibilidade midiática, legitimação e responsabilidade social: dez estudos sobre as práticas de comunicação na universidade**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2004. p. 193-230.

CONSTANTE, S. E. **Narrativa jornalística e memória institucional: a Universidade de Santa Maria no jornal A Razão**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

COSTA, C. M. L. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 178-188, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2192>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CRUZ, C. M. L. Comunicação organizacional e pressupostos da comunicação integrada: a experiência em uma universidade na implementação/reestruturação do jornal institucional. **Conexão - Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 193-209, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/199>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DIAS, R.; MATOS, F. C. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, J. **Comunicação pública**. 2007. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Glossário de gestão da comunicação**. Brasília: UNICEUB, 2014. Disponível em: <<http://www.comunicacaoecrise.com/downloads/glossario4.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

FARAH, M. F. S. Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 11, n. 48, p. 43-66, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/44053/42971>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

FERREIRA, J. M. A. **Preservação de longa duração de informação digital no contexto de um arquivo histórico**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sistemas de Informação) - Universidade do Minho, Portugal, 2009.

FERREIRA, L. F. G. A organização de arquivos e a construção da memória. **Saeculum**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 50-58, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11094>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FERREIRA, M.; FARIA, L.; PENTEADO, P. O produtor, o agente e o arquivista... um triângulo amoroso... **ACTAS – Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, Lisboa, n. 12, p. 1-11, 2015. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1443>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Política de informação no Brasil: a Lei de Acesso à Informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 1-13, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021162/f3118763a05f3c1994999590032c93c8>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERALDES, E.; SOUSA, J. As dimensões comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais...** Manaus: Intercom, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1502-1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOTT, D. F. M.; OLIVEIRA, L. P. Aspectos intervenientes da Lei de Acesso à Informação no processo de gestão documental nas organizações. **Acesso Livre**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 33-53, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/11670246/Aspectos_intervenientes_da_Lei_de_Acesso_%C3%A0_Informa%C3%A7%C3%A3o_no_processo_de_gest%C3%A3o_documental_nas_organiza%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 19 jan. 2018.

JARDIM, J. M. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciências da Informação**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000013210/c8b2b79b6a1063eb7e54c771d55991ec/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: BAD, 2008. Disponível em <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/159>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. esp., p. 7-21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862003000500001&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 nov. 2018.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 41-58. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/quarto..pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

- KROTH, M. L. et al. **Gestão, preservação e acesso a documentos arquivísticos digitais na UFSM**. In: WORKSHOP DE TIC DAS IFES, 10., 2016, Gramado. Anais... Gramado: FAURGS, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322722064_Gestao_preservacao_e_acesso_a_documentos_arquivisticos_digitaes_na_UFSM>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2006. p. 167-190.
- _____. Comunicação organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 35-61, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143032897003>>. Acesso em: 24 out. 2017.
- _____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus Editorial, 2002.
- _____. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2011.
- LUZ, A. J. **Comunicação pública e memória das cidades: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras**. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/142869>>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- LUZ, A. J.; WEBER, M. H. Comunicação governamental e memória política: preservação e apagamento de informações oficiais nos sites das capitais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 26., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/166215>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- MADUELL, I. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 31-39, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4007>>. Acesso em: 24 out. 2017.
- MANINI, M. P.; GUEDES, O. M.; MUNIZ, N. C. (Orgs.). **Imagem, memória e informação**. Brasília: Ícone, 2010.
- MARQUES, A. M. O.; FERNANDES, V. Lei de Acesso à Informação: uma perspectiva dos processos de comunicação e os impactos na gestão da informação pública. **Revista Tecnologias em Projecção**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-16, 2012. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao4/article/view/284>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MESQUITA, W. Comunicação pública e Lei de Acesso à Informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1435-1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

MONTEIRO, G. F. A notícia institucional. In: DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 140-160.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

NOVELLI, A. L. C. R. O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança. **Revista Organicom**, USP, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 75-89, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138912>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

OLIVEIRA, R. T. Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p. 60-75, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p60>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

OLIVEIRA, C.; BARICHELO, E. M. R. A construção da visibilidade institucional: relações entre a universidade e a mídia. In: BARICHELO, E. M. R. (Org.). **Visibilidade midiática, legitimação e responsabilidade social: dez estudos sobre as práticas de comunicação na universidade**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2004.

PALACIOS, M. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. **Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 37-50, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=143016764002>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PALACIOS, M. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. In: JORNADAS DE JORNALISMO ONLINE, 2002, Beira Interior. **Anais...** Beira Interior: 2002. Disponível em: <<http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/02/palacios-marcos-informacao-memoria.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

RABAÇA, C. A. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SANTA CRUZ, L. Memória e comunicação organizacional no Brasil: interfaces. **Organicom**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 177-188, 2014. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/699>>. Acesso em: 24 out. 2017.

SANT'ANNA, F. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. As vulnerabilidades dos documentos digitais: obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital. **Biblios**, Pittsburgh, n. 59, p. 45-54, 2015a. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16139578004>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 197-217, out./dez. 2015b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n4/1413-9936-pci-20-04-00197.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SCHÄFER, M. B.; CONSTANTE, S. E. Políticas e estratégias para a preservação da informação digital. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 108-140, dez. 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6449>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SILVA, C. R. O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa**. Fortaleza: CFETC, 2004.

SILVA, J. A. Por uma política nacional de arquivos. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CONARQ, 1999.

SILVA, J. Q.; BARICHELLO, E. M. M. R. A representação das organizações no espaço midiático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/113449440676761889709127052557734543044.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SILVA, M. A. T. et al. A importância dos arquivos públicos na construção da memória da sociedade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, p. 1-11, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/3951>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SOUSA, R. T. B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

TAVARES, A. F.; SANTOS, A. O. Comunicação de interesse público e acesso à informação. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 21., 2016, Salto. **Anais...** Salto: Intercom, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/315109065_Comunicacao_de_interesse_publico_e_acesso_a_informacao>. Acesso em: 19 jan. 2018.

TORQUATO, G. **Jornalismo empresarial: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 1984.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo – Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Departamento de Arquivo Geral. **Crítérios na avaliação de documentos**. 2018a. Disponível em: <<http://dag.ufsm.br/index.php/criterios-na-avaliacao-de-documentos>>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. Gabinete do Vice-Reitor. **Resolução nº 016/1998**. Institui a Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM, absorvendo a infra-estrutura da rádio universidade e da assessoria de imprensa do gabinete do reitor. 1998. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=4507700>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Índice de reportagens em periódicos informativos da UFSM**. 2018b. Disponível em: <<http://dag.ufsm.br/index.php/inicio/noticias/178-indice-de-reportagens-em-periodicos-informativos-da-ufsm>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Novo site institucional da UFSM está no ar**. 2018c. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2018/08/07/novo-site-institucional-da-ufsm-esta-no-ar/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. **Página Inicial**. 2018d. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

UNESCO. **A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação**. Vancouver: UNESCO, 2012. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/images/mow/unesco_abc_vancouver_declaration_pt.pdf> . Acesso em: 16 jan. 2018.

WEB ARCHIVE. 2018. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/19970728143308/http://www.ufsm.br:80/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de estado e a disputa por visibilidade. In: KUNSCH, M. (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 101-120.

WEBER, M. H.; CARNIELLI, F. Z. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 25., 2017, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/166215>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

WEBER, M. H.; COELHO, M. P. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, G. et al. (Orgs.). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EduFBA, 2011. p. 51-78.

WOLTON, D. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A - SUGESTÕES PARA OS SETORES DA UFSM ENVOLVIDOS COM A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL

Para a Coordenadoria de Comunicação Social:

- Buscar, após a implementação do Repositório Digital Confiável Arquivístico (RDC-Arq) e das definições da Política de Preservação e Acesso aos Documentos Digitais, contato com o DAG para discutir formas de viabilizar a guarda definitiva da produção jornalística escrita digital da Agência de Notícias.

- Discutir a possibilidade de formação de um Grupo de Trabalho, com integrantes do DAG, para debater questões referentes à preservação permanente do conteúdo jornalístico do *site*, em especial a discussão sobre a guarda integral ou seletiva da produção, com a definição de critérios de seleção, se assim for deliberado.

- Dependendo dos encaminhamentos via Política de Preservação e Acesso aos Documentos Digitais, buscar debater a guarda da produção jornalística escrita no âmbito da Política de Comunicação, conforme sugerido por uma das entrevistadas.

- Analisar a eficácia de uma medida alternativa, como por exemplo a impressão de relatórios com a produção parcial das notícias para o *site*, como forma de amenizar eventuais perdas em caso de indisponibilidade do conteúdo pela internet, conforme sugerido por uma das entrevistadas.

Para o Departamento de Arquivo Geral (DAG):

- Buscar agilizar, assim que houver respaldo legal, via Política de Preservação e Acesso aos Documentos Digitais aprovada e sancionada, o contato com as unidades institucionais, em especial a Agência de Notícias, a fim de definir e encaminhar os processos para o início do recolhimento do conteúdo jornalístico do *site* ao RDC-Arq.

- Procurar garantir que o repositório a ser implementado na UFSM atenda a todas as demandas institucionais e garanta de fato a guarda, a autenticidade e o acesso à documentação permanente.

- Estudar formas de conscientizar os servidores, tanto técnico-administrativos quanto docentes, quanto à necessidade de preservação dos documentos institucionais considerados de guarda permanente, seja de atividade-fim ou atividade-meio, sensibilizando para o fato de que é necessária a colaboração de cada um em seu local de trabalho. Neste aspecto, iniciativas de esclarecimento sobre o ciclo vital dos documentos e demais conceitos arquivísticos seriam salutares.

- Com o término da Comissão de Estudos da Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais (GeDAI), certificar-se de que as propostas resultantes do trabalho do grupo sejam de fato concretizadas, não permitindo que as relevantes discussões mantidas pela Comissão, que resultaram em propostas viáveis, sejam relegadas a segundo plano ou mesmo esquecidas na Instituição.

- Dar prosseguimento, cada vez com mais ênfase, aos projetos de preservação permanente da produção dos núcleos da Coordenadoria de Comunicação Social já em execução, como por exemplo o “Fotografia e Gestão: o Arquivo Digital da Agência de Notícias da UFSM”, relatado neste projeto e que suscitou a problemática aqui discutida.

- Sugerir à Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) que, em suas ações de recepção de novos servidores e de formação de lideranças, destine um espaço para exposição dos serviços do DAG e orientação quanto à guarda de documentos nos setores da Instituição.

Para o Centro de Processamento de Dados (CPD):

- Procurar agilizar a viabilização da estrutura técnica necessária para o início do recolhimento da documentação digital permanente da UFSM ao Repositório Digital Confiável Arquivístico (RDC-Arq), garantindo as condições técnicas necessárias para seu pleno funcionamento.

- Apurar se o conteúdo jornalístico publicado antes de 9 de setembro de 2011 no *site* da UFSM ainda está preservado em *backups* e, em caso positivo, se há a possibilidade de ser recuperado e novamente disponibilizado por meio do portal.

- Desenvolver um olhar mais sensível à preservação do conteúdo jornalístico do *site* institucional, a exemplo do que foi feito por ocasião da recente reformulação, com a migração de todo o conteúdo disponível, evitando a repetição de erros ocorridos no passado.

APÊNDICE B - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS SERVIDORES DA UFSM

Questões de perfil (aplicadas para todos)

NOME:

IDADE:

FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO E PÓS):

CARGO:

TEMPO DE SERVIÇO NA UFSM:

FUNÇÃO EXERCIDA:

DESDE QUANDO/PERÍODO DA FUNÇÃO EXERCIDA:

Roteiro para servidor da Coordenadoria de Comunicação Social:

A entrevista abordou os seguintes tópicos: veículos impressos produzidos no passado e a partir da criação da Coordenadoria/Agência de Notícias; lacuna de impressos entre o Fatos (1985) e o Informativo da UFSM (1996); questões sobre o Jornal da UFSM: periodicidade, editorias; quando foi publicada a última edição do Jornal da UFSM; como foi a decisão de substituir os impressos pela internet; quando os servidores da Agência passaram a produzir conteúdo para o *site*; como foi a transição do papel para a internet; como passou a ser a produção jornalística para a internet; coberturas importantes produzidas; se houve, no início do *site*, alguma preocupação/alerta quanto à preservação do conteúdo publicado; se lembra de algum caso de conteúdo perdido/indisponível após a publicação; opinião pessoal sobre a importância da preservação permanente da produção digital da AN; entre outras questões.

Roteiro para servidor do Centro de Processamento de Dados e integrante da Comissão GeDAI:

A entrevista abordou os seguintes tópicos: se existe alguma ação que garanta a preservação permanente das notícias publicadas pela Agência por meio do atual administrador no *site* da UFSM; como se dá o processo de publicação de notícias no portal; onde este conteúdo fica hospedado; se há garantia de integridade, segurança e disponibilidade de acesso por um período mínimo; o que poderia ter ocorrido com as notícias publicadas antes de setembro de 2011 e que não estão mais disponíveis; se este material poderia ser recuperado; se, nas atuais condições, há o risco de que mais notícias sejam perdidas; se, com a mudança prevista no *site* para breve, há garantia de manutenção de todo o conteúdo jornalístico

atualmente disponível; como o CPD vê a questão da preservação permanente do conteúdo digital produzido pela Agência; se alguma ação ou política neste sentido já chegou a ser cogitada; se, com a criação da Comissão GeDAI, há perspectiva de avanços neste sentido; se haveria viabilidade técnica e financeira para esta preservação; de que forma isto poderia ser feito; opinião pessoal sobre a importância da preservação permanente da produção digital da Agência; entre outras questões.

Roteiro para servidora da Coordenadoria de Comunicação Social:

A entrevista abordou os seguintes tópicos: como a atual coordenação da CCS vê a questão da preservação permanente da produção jornalística digital da Agência; se em algum momento este assunto chegou a ser ventilado em reuniões com a Reitoria, CPD, DAG ou Comissão GeDAI; se há interesse da Coordenadoria em uma ação voltada ao conteúdo jornalístico do *site* e se haveria condições de aporte de recursos em equipamentos, por exemplo, se houvesse necessidade; se com a Política de Comunicação, recentemente aprovada, surge alguma perspectiva no sentido da preservação; opinião pessoal sobre a importância da preservação permanente da produção digital da Agência; se esta preservação deveria ser geral, indiscriminada, ou selecionados os conteúdos a serem preservados, e como poderia ser feita esta seleção; entre outras questões.

Roteiro para servidora do Departamento de Arquivo Geral:

A entrevista abordou os seguintes tópicos: como a atual coordenação do DAG vê a questão da preservação permanente da produção jornalística digital da Agência; se em algum momento este assunto chegou a ser ventilado em reuniões com a Reitoria, CCS, CPD ou Comissão GeDAI; se há interesse da direção do Departamento em uma ação voltada ao conteúdo jornalístico do *site* e se haveria condições de pessoal e recursos, se necessário; opinião pessoal sobre a importância da preservação permanente da produção digital da Agência; sugestões que daria em relação à preservação permanente deste conteúdo; entre outras questões.

Roteiro para servidora do Departamento de Arquivo Geral:

A entrevista abordou os seguintes tópicos: de que forma se verificou que notícias publicadas antes de setembro de 2011 no *site* da UFSM não estavam mais disponíveis; como esta lacuna afetou o andamento e os objetivos do projeto voltado ao acervo fotográfico digital da Agência; se esta questão da indisponibilidade de notícias chegou a ser levada ao CPD, à

CCS ou à Comissão GeDAI e qual foi o retorno; como qualifica esta perda de conteúdo arquivístico digital, tendo em vista o prejuízo à memória institucional; quais sugestões daria em relação à preservação permanente deste conteúdo; se a preservação deveria ser geral, indiscriminada, ou selecionados os conteúdos a serem preservados e como poderia ser feita esta seleção; entre outras questões.

Roteiro para servidora do Departamento de Arquivo Geral e integrante da Comissão GeDAI:

A entrevista abordou os seguintes tópicos: como a Comissão GeDAI vê a questão da preservação permanente da produção jornalística digital da Agência; se esta questão chegou a ser discutida por ocasião da elaboração da Política de Preservação Digital da UFSM, se foi contemplado algo neste aspecto e se há possibilidade de que venha a ser no futuro; de quem seria a incumbência pela preservação; informações relativas ao trabalho da Comissão GeDAI, avaliação do trabalho e expectativas futuras; como qualifica a perda do conteúdo jornalístico digital já ocorrida, tendo em vista o prejuízo à memória institucional; quais as sugestões que daria em relação à preservação permanente deste conteúdo; entre outras questões.

Roteiro para servidor do Centro de Processamento de Dados:

A entrevista abordou os seguintes tópicos: questões técnicas sobre o funcionamento do *site*, plataformas, armazenamento, banco de dados; o que pode ter ocasionado a perda do conteúdo jornalístico, se poderia ter sido evitada e se este material poderia ser recuperado; se, com a mudança de plataforma do *site*, havia garantia de migração do conteúdo atualmente disponível; quais as garantias atuais de preservação do conteúdo jornalístico do *site*; o que seria o ideal neste sentido; opinião pessoal sobre a necessidade de preservação da produção jornalística da Agência; entre outras questões.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: “A preservação da informação jornalística digital como garantia da memória institucional da UFSM: o caso da Agência de Notícias”

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dr^a. Fernanda Kieling Pedrazzi

Instituição/Departamento: UFSM/PPGOP

Telefones: (55) 99966-1224 e 3220-9256

Endereço: Av. Roraima, 1000, prédio 74A, sala 2148, 97105-970 - Santa Maria - RS

Responsável pelas entrevistas: servidor TAE Ricardo Bonfanti, mestrando do PPGOP

Telefone: (55) 99958-6062

E-mail: proricardo@gmail.com

Local da coleta de dados: Locais de trabalho ou outros espaços do campus da UFSM

Eu, Fernanda Kieling Pedrazzi, responsável pela pesquisa “A preservação da informação jornalística digital como garantia da memória institucional da UFSM: o caso da Agência de Notícias”, e o mestrando do PPGOP Ricardo Bonfanti, meu orientando, o convidamos a participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa pretende enfatizar a importância de se garantir a preservação permanente do conteúdo jornalístico digital produzido pela Agência de Notícias da Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM. Acreditamos que este trabalho é importante principalmente porque busca garantir a preservação da memória institucional, que poderá ser recuperada, no futuro, a partir do relato jornalístico.

Para sua realização, serão feitas pesquisas documentais e entrevistas semiestruturadas com servidores da Coordenadoria de Comunicação Social, do Departamento de Arquivo Geral, do Centro de Processamento de Dados e da Comissão GeDAI, para que estes falem sobre a atual situação, manifestem sua opinião a respeito da importância da preservação permanente do conteúdo jornalístico digital da Agência de Notícias e relatem o que poderia ser feito com vistas a assegurar esta preservação. Estas entrevistas serão uma fonte a mais para esclarecimento de questões pertinentes ao trabalho. Após análise das respostas, deverão ser feitas recomendações no sentido de que a Instituição adote uma política de preservação permanente a este material.

Sua participação consistirá em responder à entrevista. Esta entrevista será gravada, com o seu consentimento, e ficará sob a guarda do mestrando responsável, em arquivo digital, pelo período de cinco anos após o término da pesquisa. A entrevista será transcrita na íntegra

para análise, mas no trabalho deverão ser utilizados somente alguns trechos das respostas. Não haverá a identificação nominal dos entrevistados no trabalho, apenas por cargos. Algumas entrevistas deverão fornecer dados gerais relacionados ao âmbito do trabalho, servindo também para esclarecer dúvidas, podendo não ser utilizadas para análise no projeto.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar.

Autorização

Eu, (nome do entrevistado), após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o mestrando responsável pela realização da entrevista para esclarecer minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos a serem adotados e de que esta entrevista será confidencial, apenas para utilização nesta pesquisa e sem minha identificação nominal. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais me foi entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pelas entrevistas

Data e local da entrevista

ANEXO A - E-MAIL RECEBIDO E TEXTO PUBLICADO APÓS EDIÇÃO

Aviso de Notícia: credenciamento de laboraorio

Entrada x



nao-responda@site.ufsm.br

08:35 (Há 3 horas) ☆ ↶

para mim, henrique

Assunto: credenciamento de laboraorio

Email: [REDACTED]

Telefone:

O que?: rucelose animal

Onde: SANTA MARIA

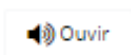
Quando:

Quem:

Mais: Para satisfação de toda a comunidade do centro do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 22 de dezembro de 2017, foi assinada a Portaria Nº 147 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-Secretaria de Defesa Agropecuária, a qual credencia o Laboratório de Microbiologia Veterinária – MICROVET da Universidade Federal de Santa Maria a realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles Oficiais em Sanidade Animal com Escopos em teste de triagem (Antígeno Acidificado Tamponado, Teste do Anel em Leite) e confirmatório (teste do 2mercaptoethanol / Prova Lenta em Tubo) para obtenção do Diagnóstico da Brucelose Animal, pertencente ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O MICROVET está situado na Universidade Federal de Santa Maria, no Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Microbiologia e Parasitologia, da UFSM e é coordenado pelo professor Geder Paulo Herrmann, esse projeto tem a coordenação financeira e administrativa da FATEC – Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC . A Portaria de credenciamento foi publicada no Diário Oficial da União em 26/12/2017, Edição 246, Seção: 1, página 6, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –Secretaria de Defesa Agropecuária. Objetivo do projeto de diagnóstico de Brucelose animal é atendimento dos produtores rurais que necessitam certificar rebanhos livres de Brucelose animal da cadeia leiteira e de Corte do Estado do Rio Grande do Sul.

Estão envolvidos no projeto de extensão também, técnico em Química da UFSM, e alunos de graduação dos cursos de Medicina Veterinária e de Engenharia de Produção. No Brasil existem somente 13 laboratórios credenciados e dois estão situados no Rio Grande do Sul. É um grande avanço em sanidade animal no RS, pois o projeto visa o atendimento dos animais da maioria dos produtores rurais que fornecem matéria prima para as indústrias de leite e de carne

Laboratório da UFSM é credenciado para diagnóstico de brucelose animal



Publicado em 10/01/2018, 10h15



No último dia 22 de dezembro foi assinada a Portaria nº 147, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Secretaria de Defesa Agropecuária, a qual credencia o Laboratório de Microbiologia Veterinária (Microvet) da UFSM a realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais em sanidade animal com escopos em teste de triagem (Antígeno Acidificado Tamponado, Teste do Anel em Leite) e confirmatório (teste do 2mercaptoethanol/Prova Lenta em Tubo) para obtenção do diagnóstico da brucelose animal, pertencente ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A portaria de credenciamento foi publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro (edição 246, seção 1, página 6).

No Brasil existem somente 13 laboratórios credenciados e dois estão situados no Rio Grande do Sul. Trata-se de um grande avanço em sanidade animal no RS, já que o Microvet poderá atender produtores rurais que fornecem matéria-prima para as indústrias de leite e de carne.

O objetivo do projeto de extensão de diagnóstico de brucelose animal desenvolvido pelo Microvet é o atendimento dos produtores rurais que necessitam certificar rebanhos livres de brucelose animal da cadeia leiteira e de corte do Rio Grande do Sul. Estão envolvidos neste projeto também um técnico em Química da UFSM e alunos de graduação dos cursos de Medicina Veterinária e de Engenharia de Produção. A coordenação financeira e administrativa do projeto é da Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec).

Situado no Departamento de Microbiologia e Parasitologia do Centro de Ciências da Saúde (CCS), o Microvet é coordenado pelo professor Geder Paulo Herrmann.

ANEXO B - PRINT DE NOTÍCIA DIVULGADA NO SITE EM 17/01/2015

Reitor dá boas-vindas aos novos acadêmicos da UFSM

🔊 Ouvir

Publicado em 17/01/2015, 10h05

Compartilhar



A Comissão Permanente do Vestibular (Coperves) divulgou na manhã deste sábado (17) a lista com os 4.666 aprovados no Vestibular 2014.

A solenidade ocorreu na Câmara de Vereadores de Santa Maria.

A listagem está disponível para consulta no endereço eletrônico da Coperves.

Durante a rápida solenidade, o presidente da Câmara de Vereadores, Sérgio Cechin, destacou a importância da UFSM para Santa Maria.

O presidente da Coperves, Edgar Durante, disse que, com este vestibular, um ciclo se encerra, e outros virão. Ele agradeceu a Reitoria, a equipe de servidores e a todos que "vestiram a camiseta" do processo seletivo. Ele passou as mãos do reitor, Paulo Afonso Burmann, o listão dos aprovados.

O reitor salientou que o processo seletivo encerrado foi um dos mais bem organizados e bem sucedidos da história da Instituição, e agradeceu a equipe da Coperves, pelo esforço concentrado, com toda segurança e seriedade necessárias em todo o processo, até a elaboração da lista de aprovados, após o acesso às notas do Enem, no final da tarde de quarta-feira (14).



Ele deu as boas-vindas aos aprovados. "Estamos esperando por vocês", disse. Aos que não conseguiram a aprovação, afirmou que a UFSM continuará de portas abertas. "Esperamos poder acolher a todos no mais breve espaço de tempo, para que possam juntar-se aos nossos outros 30 mil estudantes", disse.

Burmann ainda salientou que, com a adesão ao Sistema Único de Seleção Unificada (Sisu), a partir de agora, a UFSM amplia as oportunidades e democratiza o acesso ao ensino superior. "Mudanças no processo seletivo são uma constante. Não há motivo para catastrofismo, muito pelo contrário", ressaltou, lembrando que o Processo Seletivo Seriado segue até 2016.

Na sequência, Burmann repassou o listão para a Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM, representada pela jornalista Anaquell Rubin. Cópias foram distribuídas no plenário e repassadas aos veículos de imprensa.

Também compuseram a mesa o vice-reitor, Paulo Bayard, e a pró-reitora de Graduação, Martha Adalme.

As 4.666 vagas estão distribuídas em 105 cursos nos campi de Santa Maria (3.805), Frederico Westphalen (305), Palmeira das Missões (356) e Silveira Martins (200).

Os candidatos classificados para Ingresso no 1º ou no 2º semestre letivo deverão fazer a solicitação de confirmação da vaga e a entrega de documentos no período de 26 a 30 de janeiro, das 8h30min às 11h30min e das 14h às 17h. Mais informações, aqui.

Fotos: Rafael Happke

Últimas notícias

Nota sobre o reequadramento dos servidores aposentados e pensionistas

Terminam na segunda-feira as inscrições na seleção para 1.072 vagas de ingresso e reingresso

Fórum Regional Permanente de Extensão será realizado em Santa Maria na terça-feira

Editais de seleção pública abre três vagas para professores substitutos na UFSM

Entrevista: Nel Lisboa fala sobre sua apresentação com a Banda Sinfônica da UFSM

Direção do campus Frederico Westphalen publica nota

Editora e Livraria UFSM na 64ª Feira do Livro de Porto Alegre

Maurício Schneider abordará importância do empreendedorismo de negócios

Encontro de Talentos dos Servidores cantou com apresentações variadas no Centro de Convenções

Curso de boas práticas em serviços de alimentação ocorreu nos dias 22 e 23 de novembro

ANEXO C - PRINT PARCIAL DE NOTÍCIA DIVULGADA NO SITE EM 30/07/2015

ACESSO RÁPIDO

- Estudantes
- Servidores

A UFSM

- Institucional
- Organograma
- História
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- Avaliação Institucional
- Identidade Institucional
- UFSM em Números

INGRESSE NA UFSM

- Estude na UFSM
- Trabalhe na UFSM
- Inclusão Social
- Assistência Estudantil

ENSINO

- Básico e Técnico
- Graduação
- Especialização
- Mestrado e Doutorado
- Educação a Distância

Lançada a pedra fundamental do campus de Cachoeira do Sul

🔊 Ouvir

Publicado em 30/07/2015, 20h49

[Compartilhar](#) [Twitter](#)

Na tarde desta quinta-feira (30), a comunidade de Cachoeira do Sul, servidores da Prefeitura e da UFSM, gestores públicos e parlamentares acompanharam o lançamento da pedra fundamental do campus da UFSM em Cachoeira do Sul. Para o começo da primeira fase, com a construção de dois complexos de prédios, do Restaurante Universitário e da Casa do Estudante, está previsto o investimento de R\$ 121 milhões. Cedida pela prefeitura, a área onde o campus será construído tem 88 hectares, estando situada na localidade de Passo d'Areia, no interior do município.

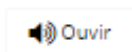


Saudando a comunidade cachoeirense, o reitor Paulo Burmann falou do avanço na proposta para o campus de Cachoeira do Sul. Inicialmente considerada por ele aquém do necessário para a cidade, "Nós tínhamos uma proposta muito tímida, muito acanhada, incompatível com as expectativas e as necessidades de Cachoeira do Sul e da região, e da UFSM".

O prefeito Neiron Viegas relembrou a série de articulações e de visitas em gabinetes de deputados e no Ministério da Educação para viabilizar o campus da UFSM em Cachoeira do Sul. Neiron citou a articulação que teve em conjunto com o ex-prefeito Sérgio Ghignatti para viabilizar o campus, ainda no seu projeto original. O prefeito ressaltou que na gestão do reitor Paulo Burmann a ideia de um campus da UFSM ganhou outro fôlego, projetando a criação de um centro de referência na área de tecnologia. "Tenho certeza que Cachoeira nunca mais será a mesma", disse o prefeito.

ANEXO D - PRINT PARCIAL DE NOTÍCIA DIVULGADA NO SITE EM 16/03/2016

Com o SiSU, UFSM atinge índice histórico na ocupação de vagas



Publicado em 16/03/2016, 8h17



Há pouco mais de uma semana, os quase 21 mil alunos de graduação da UFSM adentraram às salas de aula. Dentre eles estão os calouros que ingressaram na Universidade por meio de um novo sistema, implantado este ano.

Seguindo uma tendência crescente nas instituições federais de ensino superior, a UFSM substituiu o vestibular tradicional pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A mudança pode ser considerada positiva, se analisados os índices obtidos.

Para o primeiro semestre de 2016, a instituição ofereceu, pelo SiSU, 2.221 vagas, distribuídas em 75 cursos, nos campi de Santa Maria, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Cachoeira do Sul. Destas, 2.089 foram ocupadas por meio da chamada regular e das chamadas orais.

Este número mostra que apenas 5% das vagas ofertadas não foram preenchidas. "É um dado histórico", relata o reitor da UFSM, Paulo Afonso Burmann.

Segundo ele, a Universidade nunca havia tido um índice tão alto de ocupação de vagas, e há projeções otimistas de que o ingresso no segundo semestre seja semelhante ao do primeiro.

"Estamos inseridos num sistema de seleção completamente diferente do modelo que tínhamos anteriormente, e que está mostrando resultados positivos. Bom para a Universidade, bom para a população", ressalta o reitor.

Dados preliminares mostram, também, que 24% das vagas foram ocupadas por alunos de baixa renda, e outras 18%, por autodeclarados pretos ou pardos. Esses números se alinham aos de outras universidades do estado que já haviam adotado o SiSU como sistema de ingresso.

ANEXO E - PRINT PARCIAL DE NOTÍCIA DIVULGADA NO SITE EM 29/06/2017

Paulo Burmann e Luciano Schuch vencem consulta para Reitoria da UFSM

 Ouvir

Publicado em 29/06/2017, 4h53

 Compartilhar  Tweetar

A Chapa 1 – Para Mudar Ainda Mais foi a vencedora da consulta à comunidade para escolha de reitor e vice-reitor da Universidade Federal de Santa Maria. Paulo Afonso Burmann foi reeleito para o cargo de reitor e Luciano Schuch escolhido como vice.

No total, 11919 alunos, técnico-administrativos e docentes foram às urnas para a consulta nos dias 27 e 28 de junho. A Chapa 1 teve 51,94% dos votos. Em segundo lugar ficou a Chapa 2, com 35,89% e, em terceiro, a Chapa 3, com 12,17%.

Confira na tabela a seguir o total de votos nos três segmentos que cada candidatura obteve nas zonas eleitorais. Confira aqui a tabela completa com os votos por segmento e, também, brancos, nulos e abstenções. As informações foram repassadas pela Comissão de Consulta à Comunidade para a Escolha de Reitor e Vice-Reitor



ANEXO F - NOTÍCIAS MAIS ANTIGAS DISPONÍVEIS NO *SITE*

 UFSM

 Notícia

 09/09/2011

 17:28

Jardins japoneses são tema de palestra no dia 30 de setembro

O arquiteto, paisagista e professor Sergio Kaloustian Sarkis, da Universidade Anhembi Morumbi, ministra no dia 30 de setembro a palestra Jardim Japonês [...]

Categoria: Geral

Tags: **Geral**

 UFSM

 Notícia

 09/09/2011

 17:24

Simpósio de Biodiversidade ocorre em dezembro na UFSM

Estarão abertas a partir da próxima quinta-feira (15) as inscrições no 3º Simpósio de Biodiversidade, que terá como tema "Filosofia da ciência [...]"

Categoria: Geral

Tags: **Memória**

[« Anterior](#) [1](#) [...](#) [1.595](#) [1.596](#) [1.597](#)